



CAVES: 70709030
Desenvolvimento ambiental e comportamento humano

Nadja Janke

Número de chamada
Clas. 7/UNESP
FHA LJ 340
Tombo n.º 1 324

PESQUISA-AÇÃO-PARTICIPATIVA:
COMPARTILHANDO CONHECIMENTOS.



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, área de concentração Ensino de Ciências, da Faculdade de Ciências da UNESP/Campus de Bauru, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação para a Ciência, sob a orientação da Profa. Dra. Marília Freitas de Campos Tozoni Reis.

Bauru
2005



Ficha catalográfica elaborada por
DIVISÃO TÉCNICA DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
UNESP - Bauru

Janke, Nadjá

Pesquisa-ação-participativa: compartilhando
conhecimentos / Nadjá Janke. - - Bauru : [s.n.], 2005.
128 f.

Orientador: Marília Freitas de Campos Tozoni Reis.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências, 2005.

1. Educação ambiental. 2. Pesquisa-ação-participativa.
3. Qualidade de vida. I – Universidade Estadual Paulista.
Faculdade de Ciências. II - Título.

Aos grandes amigos:
Fernanda, Graziela, Isadora
e Reinaldo, pelos muitos
motivos para sorrir!



Agradecimentos

Aos companheiros de trabalho, e eternas lembranças: Joel, Ricardo, Ronie e Isadora: pelo conhecimento e crescimento construídos no decorrer dos dias em que, juntos, renovávamos a esperança no compartilhar;

Aos professores: Profa. Dra. Jandira L. B. Talamoni, Prof. Dr. Carlos B. Loureiro, Profa. Dra. Sueli Terezinha F. Martins e Profa. Dra. Marília Freitas de C. Tozoni Reis pelas contribuições e aprimoramentos para a melhoria deste trabalho;

A Profa. Dra. Marília Freitas de C. Tozoni Reis pela orientação, pelos grandes exemplos e pela amizade de todos esses anos;

Aos meus pais: Célia e Ewald, pelos ensinamentos de vida e por tudo o que representam em cada momento da minha trajetória;

Às minhas queridas irmãs: Tatiana e Helena, pela saudade de todos os dias e por todos os bons momentos, de hoje e de sempre;

Ao meu companheiro, amigo, amado, Lucas Del Bianco Faria, pois que mesmo distantes, de um jeito ou de outro, os caminhos não seriam os mesmos longe de tudo o que vivemos;

A CAPES, pelo financiamento ao projeto.



Sumário

Resumo ----- p. 03

Introdução ----- p. 05

Procedimentos metodológicos ----- p. 21

Construção coletiva de indicadores
de qualidade de vida: o processo grupal ----- p. 35

Construção coletiva de indicadores
de qualidade de vida: o processo de pesquisa ----- p. 71

Construção coletiva de indicadores
de qualidade de vida: o conhecimento produzido ----- p. 91

Construção coletiva de indicadores
de qualidade de vida: as ações propostas ----- p. 103

Considerações finais ----- p. 119

Referências ----- p. 125



Resumo

Partindo do pressuposto de que a pesquisa em educação ambiental é essencialmente qualitativa e que as metodologias alternativas de produção de conhecimentos, social e cientificamente relevantes, vem se consolidando, este trabalho tem como objetivo contribuir para o aprofundamento das pesquisas participativas. O problema de pesquisa formulado refere-se à construção coletiva dos indicadores de qualidade de vida mais significativos para os moradores de um bairro popular, como norteadores de ações educativas ambientais, pela metodologia da pesquisa-ação-participativa. Os resultados sobre o processo grupal que desencadeia-se nesta metodologia e os conhecimentos produzidos, coletivamente, sobre indicadores de qualidade de vida dos moradores foram base das ações participativas de educação ambiental propostas e aqui relatadas e analisadas sob a perspectiva da educação ambiental para a sustentabilidade, de caráter crítico emancipatório.

Palavras-chaves: educação ambiental, pesquisa-ação-participativa, qualidade de vida.



Introdução



"Na nossa casa amor-perfeito é mato
E o teto estrelado também tem luar
A nossa casa até parece um ninho
Vem um passarinho pra nos acordar
Na nossa casa passa um rio no meio
E o nosso leito pode ser o mar

A nossa casa é de carne e osso
Não precisa esforço para namorar
A nossa casa não é sua nem minha
Não tem campainha pra nos visitar
A nossa casa tem varanda dentro
Tem um pé de vento para respirar

A nossa casa é onde a gente está
A nossa casa é em todo lugar
A nossa casa é onde a gente está
A nossa casa é em todo lugar".

Arnaldo Antunes / Alice Ruiz / Paulo Tatit / João Bandeira / Celeste Moreau Antunes / Edith
Derdik / Sueli Galdino - "A nossa casa"



Para dar início à redação deste estudo, deparei-me com um problema importante para discussão: a maturidade conceitual, epistemológica e metodológica da pesquisa em educação ambiental.

Não menos interessante e instigante, surgiu a necessidade de apresentar aqui reflexões do que, para mim, representa a educação ambiental e como sua (des)construção pode auxiliar na compreensão de seu espaço epistemológico. Proponho então, a (des)construção do termo 'educação ambiental' como forma interpretativa significativa no entendimento dos objetos e objetivos desta área de pesquisa. Em outras palavras, pretendo discutir porque educação ambiental é educação, com toda sua carga valorativa e contextualização histórica, e como a introdução do termo ambiental propõe um novo olhar ao que parecia esquecido na educação moderna. De certa forma, isso explicaria também porque a educação ambiental está melhor abrigada em programas de pós-graduação em educação do que em outros programas, de diferentes áreas do conhecimento. Uma breve análise da produção científica em educação ambiental, hoje farta e pujante, nos mostra seu vínculo acadêmico com programas de pós-graduação em educação.

Não se trata, pois, de separar educação e educação ambiental, tendência minoritária, mas ainda presente em alguns debates nos encontros acadêmico-científicos da área. Trata-se, antes, de encontrar seus pontos comuns; ou melhor, trata-se de encontrar a educação ambiental no horizonte educacional, e, então, problematizar como e porque se fez necessária, historicamente, a agregação do termo "ambiental".

Nesse sentido, quando falamos em educação ambiental corremos o risco de sermos redundantes: será possível educar fora de um ambiente, de um espaço, e, nesse espaço, não refletir sobre os problemas nele causados em função da história das relações sociais com o mesmo? Parece que não, e apesar disso, o uso do adjetivo "ambiental",



qualificando a "educação", se justifica para destacar dimensões esquecidas pelo fazer educativo no que se refere ao entendimento das inter-relações da vida e da natureza, em suas dimensões biofísicas, sócio-históricas, filosófico-políticas, sócio-culturais, etc.

Para Grün (1996) esse esquecimento se dá pela grande influência da ética antropocêntrica na educação. Ou melhor, mais do que influência, para este autor, a ética antropocêntrica é a própria base estrutural da educação moderna.

Para entender tal influência é preciso detalhar a ascendência do pensamento antropocêntrico para a concepção de vida no processo histórico de modernização das sociedades, a forma de se relacionar com o ambiente e a força deste novo olhar para o sistema educacional. Segundo Grün (1996) esta mudança conceitual do pensamento humano entendida como uma revolução, ou seja, uma nova forma de ver o mundo, à qual chamou de *alquimia do moderno*, reformulou radicalmente as concepções pré-científicas, filosóficas e artísticas do mundo de então, e, por isso, não poderia deixar de (re)construir também os paradigmas da área educacional.

Mais do que isso; não podemos deixar de detalhar que no século XIX, tendo em vista as necessidades do processo de industrialização e, para esse fim, a consolidação da educação de massas e o conseqüente surgimento da educação obrigatória, parecem mesmo ter promovido o esquecimento do ambiente natural como espaço social e histórico, e sua conseqüente objetivação como mercadoria, transformando-o de valor de uso em valor de troca (ENGUITA, 1989).

Portanto, para ascender a esse pensamento e transmiti-lo a toda a sociedade, os novos currículos foram construídos baseados nos ideais antropocêntricos representados pelo pragmatismo, individualismo e racionalismo (GRÜN, op.cit.). O intuito era tornar a educação instrumento científico de assimilação do novo projeto político, econômico e social para o povo, e eleger a escola como principal instituição social



responsável pelo processo educativo, assim como o eram a família, o estado e a igreja; garantindo assim a perpetuação do novo modo de vida, o capitalismo, e a consolidação do sistema de classes.

O autor ainda explica que, para os currículos educacionais, esta nova ética propunha a filosofia experimental. Assim sendo, conhecer é experimentar de forma concreta, visto que a ciência se transforma, portanto, num instrumento mecânico e prático de medição e uso (MANACORDA, 1989). Como consequência, todas as coisas ao redor tornam-se passíveis de serem medidas, quantificadas, objetivadas. Ao conceito de ambiente, ou ao entendimento das inter-relações ecológicas, essa característica determina a sua subestimação e desvalorização, e o ambiente é somente o 'para que serve' e 'quanto vale'.

Porém, esses ideais além de objetivadores da natureza, uma vez que consideram-na por seu valor utilitarista, supervalorizam o homem, a racionalidade humana, dando total autonomia à razão: subvalorizam a natureza, o ambiente, e as inter-relações entre os homens e destes com o ambiente em que vivem. Para os currículos escolares, essa subvalorização determina o esquecimento destes conceitos, destes determinantes, gerando, para Grün (1996), as 'áreas de silêncio do currículo escolar'.

Podemos concluir que o que vimos repassando pelo processo educacional é que, tratado desta maneira, o ambiente só tem valor quando nos oferece algo, quando dele podemos nos utilizar para fins de benefício próprio. E assim, a educação tem perpetuado este modo de ver o mundo.

Lembremos também que a história da humanidade está fundamentada predominantemente no conhecimento adquirido, acumulado e repassado, ao longo dos anos, durante as gerações. Portanto, o homem de hoje é resultado daquilo que criou como espécie, e, sobretudo, como ser histórico. E esse é o grande papel educacional. Ao transformar a natureza para criar a humanidade em si, o homem construiu uma série de manifestações cuja apropriação tornou-se imprescindível à



adequação dos indivíduos no conjunto da sociedade, para sobreviver no ambiente. Esta característica, que possibilita a construção histórica da humanidade, exercida pela coletividade e por cada indivíduo singular, através da transmissão de conhecimentos, atitudes, símbolos lingüísticos e fonéticos, valores, entre outros, demonstra a especificidade e a natureza complexas do processo educativo (SAVIANI, 1997).

Portanto, segundo esse autor, diferentemente dos demais animais, o homem necessita produzir continuamente sua existência para garantir a continuidade de sua espécie, transformando a natureza, adaptando-a a sua realidade, e o faz através do trabalho. Constrói, assim, atividades de ação intencional, subtraindo e modificando a natureza de forma a criar um ambiente humano, o ambiente da cultura. Do ponto de vista histórico, portanto, podemos observar a existência desta relação direta entre o homem e o ambiente, repassada através do processo educacional, que torna possível um melhor entendimento dos problemas ambientais a que hoje nos deparamos. Esta mesma capacidade educacional responsável, entre outras coisas, pela apropriação individual e coletiva das formas de atuação do homem no ambiente, e do tipo de uso que faz dos recursos naturais disponíveis, através de sua transformação, determina o tipo de ocupação histórica do meio.

Não podemos esquecer, no entanto, que a educação moderna não é a única responsável por este panorama. E é importante ressaltar que este pensamento é resultado de todo um conjunto de valores éticos, sociais, políticos, econômicos, científicos e culturais que influenciaram todo o pensamento moderno. Mesmo porque estaríamos sendo demasiado reducionistas ao conferirmos à educação toda a responsabilidade pela atual crise que, mais do que educacional e ambiental, é uma crise civilizatória.

O que gostaria de assinalar, tentando aglutinar as idéias expostas anteriormente, é que fica claro como a evolução histórica deste conceito de trabalho, e a própria organização do trabalho em nossa sociedade,



transformaram a natureza a ponto de colocar em risco o planeta e todos os seres que o habitam. Ao mesmo tempo, e caminhando juntos, a incorporação desta nova ordem filosófica, representada pelo antropocentrismo, que influenciou todas as produções conceituais humanas como a ciência, a arte e a educação, convalidando-a, produziu o quadro sintético que poderia ser entendido como o grande responsável pelo tipo de ocupação, histórica, que viríamos a exercer no ambiente.

Podemos dizer que tal desenvolvimento humano, embora nos tenha permitido por muito tempo a expansão e manutenção dos importantes conhecimentos e ações sobre o ambiente, até mesmo nas regiões mais adversas do planeta resultou, e são resultados, de comportamentos, atitudes e padrões de ocupação negativos à manutenção do ambiente natural, padrões estes que vêm agravando cumulativamente a qualidade ambiental ao longo dos anos. Muitos costumam denominar esses problemas ambientais de externalidades do desenvolvimento do sistema político econômico. Podemos entendê-las, no entanto, como muito mais do que externalidades e sim como propriedades fundamentais do capitalismo, como o acúmulo de capital, o aumento da produção em consequência da maior extração de recursos, entre outros. Muito mais do que simples consequências do tipo de produção capitalista, estas características são a própria base do sistema, são o que o fundamenta, ainda que estes sejam os padrões responsáveis pelo agravamento cumulativo da degradação ambiental ao longo dos anos.

É importante destacar que uma dessas características é a sensação de onipotência que a atual relação dos indivíduos em sociedade despertou, estimulando-os a continuar praticando com o meio, com os outros seres vivos, e até mesmo com os demais seres humanos, uma relação polarizada de poder causando, pela exploração dos homens pelos homens, e do ambiente onde vivem, desigualdades sociais e degradação ambiental. O que se observa é a destruição graduada dos

ambientes, o esgotamento dos recursos naturais, o desaparecimento de inúmeras formas de vida, a desigualdade social e acúmulo de riquezas entre os povos, sendo todos estes fatores igualmente responsáveis pelo desequilíbrio ambiental; todos frutos do histórico da organização capitalista dos sujeitos em sociedade.

Sobre isso, Porto Gonçalves (1990) nos explica que o modo como conhecemos e identificamos a natureza se reflete nas relações sociais e na cultura de nossa sociedade, servindo de suporte ao nosso modo de vida e de produção. Porém, se é possível identificar a origem deste problema em nossa cultura, no nosso modo de produção e nos princípios educacionais que praticamos continuamente, é possível também encontrarmos no movimento histórico de nossa organização social e cultural os parâmetros para as transformações destes paradigmas e a consolidação de uma forma de atuação mais harmoniosa, social e ambientalmente. Isto significa dizer que os problemas ambientais não podem ser entendidos quando não se consideram todos os fatores que corroboram para fazê-los tais quais se apresentam. Tomemos, como exemplo, os esforços para influenciar a saúde, entendidos por muitos como a mudança dos fatores que conduzem à doença. Os especialistas os relacionam diretamente ao crescimento populacional, má distribuição de riquezas, questões de trabalho e poder, entre outros, identificando, nestes componentes, focos para a intervenção em prol da melhoria da saúde de uma forma geral (DUPUY, 1980). No caso das questões ambientais, quando estas enfrentam relações desiguais de poder, estabelecidas pela visão antropocêntrica de mundo e pelo modo de produção capitalista, as propostas seguem em direção da articulação dos seres humanos com os conhecimentos estabelecidos sobre sua relação complexa com o ambiente, a fim de capacitar os grupos e/ou indivíduos a formularem suas próprias decisões, visando o equilíbrio sujeito-meio.



Mais do que guiar pensamentos em prol desta busca por um ambiente mais democrático, inclusivo e harmônico para todas as espécies vivas, a educação ambiental procura fundamentar práticas efetivas, ações relevantes e multiplicadoras, que ultrapassem a barreira dos discursos e do pensamento abstrato, num movimento que leve à reestruturação de nosso modo de vida e mais ainda, do nosso modo de entender a vida.

Seria simples se pudéssemos analisar o desenvolvimento das sociedades humanas com o determinismo biológico tomado da ecologia da espécie. No entanto, a necessidade de superar os padrões biológicos pré-estabelecidos através do exercício da inteligibilidade, que possibilita a construção de valores sociais, culturais, ambientais, entre outros, e problematizar sobre tais eventos, formulando hipóteses de superação destas formas de atuação humana, nos torna muito mais responsáveis frente a estas questões e nos impossibilita a neutralidade e a não-atuação. Em outras palavras, se os indivíduos observam, compreendem e refletem sobre as questões ambientais e sociais é possível que se sintam responsáveis por sua atuação histórica e reconstruam, intencionalmente, esta relação, com o objetivo de torná-la mais harmônica e equilibrada. E se assim pretendem, e se assim o conseguirem, esta reestruturação relacional dependerá, em grande parte, de um esforço educacional capaz de consolidar esse novo e pós-moderno paradigma ambiental a toda a sociedade. Denomino pós-moderno, como conceitua Santos (1989), dada a impossibilidade de melhor designação ao paradigma científico emergente. Este autor faz um interessante contraponto entre a ciência moderna e o novo paradigma, e coloca a questão da mudança não somente para a ciência, mas para todo o olhar que se lança ao mundo, às coisas, às relações, em que se quebrem as dicotomias entre homem/natureza, ciência/senso comum, racionalidade/subjetividade.



A ciência pós-moderna ao sensocomunizar-se, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida (Santos, 1995, p.57).

Obviamente que esta denominação implica ainda em superação de toda a situação social atualmente vigente, causadora das desigualdades. Falar em pós-modernidade significaria transcender também, e principalmente, o próprio sistema econômico atual, o capitalismo, que representa o cerne do pensamento moderno. Não parece fácil, e de fato não o é. Trata-se de uma transformação radical, revolucionária: uma nova proposta a todas as esferas do saber/fazer humanos. É nesta lógica que trabalha a educação ambiental:

Entendemos que falar em Educação Ambiental transformadora é afirmar a educação enquanto práxis social que contribui para o processo de construção de uma sociedade pautada por novos patamares civilizatórios e societários distintos dos atuais, na qual a sustentabilidade da vida, a atuação política consciente e a construção de uma ética que se afirme como ecológica sejam seu cerne (LOUREIRO, 2004, p. 90).

Alcançá-la é uma luta política, participativa e, por seu longo alcance, educacional. É neste sentido que a educação ambiental se inscreve no horizonte educacional, não em seu contexto produtor, como se possível fosse produzir o 'homem consciente'; mas em seu contexto promotor, de introdução e capacitação do indivíduo quanto à contextualização histórica, ao conhecimento dos condicionantes sociais, à atuação consciente frente ao ambiente, ao reconhecimento da complexa rede de interações engendradas nesta problemática. Em face aos argumentos anteriores, em espaços educacionais formais, a prática se consolida somente se refletir essa perspectiva complexa, sistêmica, compreendida pelo compromisso com o trabalho interdisciplinar, ao contrário da concepção cartesiana de alocação em disciplinas (CARVALHO, 2002).



Grün (1996) assinala essa possibilidade pelo (re)conhecimento do horizonte histórico ambiental, ou seja, das formações culturais que construíram nossa inter-relação com o meio. Para o autor "a dimensão ética da educação ambiental deveria ser buscada na história recalcada de nosso relacionamento com o ambiente" (p.112). De fato, o homem imprime uma forte relação de poder sobre a natureza e entendê-la, como uma construção histórica, é mais do que necessário para que possamos modificá-la. Para que isto ocorra é preciso que o indivíduo esteja ciente desta construção e reconheça sua historicidade, imprimindo novas atitudes a esta relação. Imprimir novas atitudes, segundo Foucault (2000), é também reavaliar os fundamentos que resumem as relações consigo mesmo, com os outros, e porque não, com o ambiente. Para este autor, desprender-se de si mesmo, buscando romper os limites do saber, das relações de poder, dos critérios e normas, em prol de uma prática da ética - através da qual, e tendo por finalidade, uma prática da liberdade - significa promover o total desprendimento de nossos próprios fundamentos, liberando-nos de conceitos individualistas, isolados, numa busca de atitudes e exercícios de comunhão, de percepção do respeito a si mesmo, ao outro e ao ambiente.

Por esses motivos, essa reordenação dos componentes nesta relação não é um ato isolado, é trabalho compartilhado, em que todos os indivíduos envolvidos devem estar articulados. Porém, é também evidente que o trabalho não deve partir de "cima para baixo", isto é, como uma orientação, um mandamento, uma conduta externa imposta ao indivíduo, pois pode não encontrar mecanismos de interiorização e efetivação. É preciso que o trabalho seja interno, íntimo, de entendimento da relação do próprio indivíduo com ele mesmo e com o ambiente que o circunda para que se construa uma nova relação, equilibrada, através do conhecimento historicamente construído.

A educação ambiental, como uma tentativa de ascender o homem ao comprometimento com sua vida, suas formas de interação

com o mundo e com os outros seres vivos, pode ocupar-se da Estética da Existência (FOUCAULT, 2000) em construção sinestésica com a necessária responsabilidade ambiental, ou seja, numa construção ética que busque a "estética" como um estilo em prol do homem harmônico, do homem consciente, do homem crítico sobre suas formas de ação e possíveis potencialidades.

É necessária uma construção dialógica entre conhecimento sócio-histórico e estética pessoal, construída também pela vivência cultural, ética e social, para imprimir à prática ambiental um caráter contestador, contextualizado e responsável.

Assim, se a educação é mediadora na atividade humana, articulando teoria e prática, a educação ambiental é mediadora da apropriação, pelos sujeitos, das qualidades e capacidades necessárias para à ação transformadora responsável diante do ambiente em que vivem. Podemos dizer que a gênese do processo educativo ambiental é o movimento de fazer-se plenamente humano pela apropriação/transmissão crítica e transformadora da totalidade histórica e concreta da vida dos homens no ambiente (TOZONI-REIS, 2004, P.147).

Neste sentido, segundo Loureiro (2004), a educação ambiental adota um caráter transformador e emancipatório, desvelando as esferas ideológicas e de alienação, pela possibilidade do diálogo entre diferentes e da construção e compreensão da realidade concreta e sua dinamicidade.

Assim, o processo de conscientização deixa de ser unidirecional, e passa a se definir como um movimento coletivo, com o mundo, pelo qual o 'eu' é sujeito e objeto do conhecimento e no qual ocorre um desvelar da realidade, que se realiza pela prática social (LOUREIRO, 2004, p.96).

Realidade ambiental esta que está sempre muito próxima de todos nós. Basta lembrar que as cidades são atuais grandes centros de degradação, tanto em relação ao ambiente físico quanto na revelação escandalosa das diferenças sociais. Se é papel da educação ambiental ajudar o sujeito a revelar a si mesmo a responsabilidade histórica de cada



um para a realização de uma sociedade mais justa e de oportunidade a todos, o primeiro passo seria proporcionar condições para que este sujeito possa interpretar o próprio ambiente em que vive. Interpretação esta que requer muito mais do que conhecimentos sistemáticos sobre condições ambientais favoráveis. Requer subjetividade, requer reconhecimento sobre necessidades individuais e coletivas, requer participação e comprometimento com a luta social e emancipatória por um ambiente saudável. Fatores estes que refletem intimamente melhorias na qualidade de vida das populações humanas.

Há algum tempo a preocupação com a qualidade de vida no planeta, das pessoas e de outros seres vivos, tem se destacado em Conferências e outros eventos ambientais, nacionais e internacionais, como o objetivo principal a ser alcançado pela atuação ambiental.

Numa concepção mais aprofundada, a qualidade de vida deve ser encarada como realização das condições de bem estar social, porém é fortemente influenciada por padrões culturais, sociais, estilos de vida, desejos e aspirações. Ou seja, a construção desse tipo de conceito deve possuir a múltipla abrangência necessária para inseri-lo no contexto de cada grupo social.

Segundo Leff (2001), com o neoliberalismo o conceito de qualidade de vida foi sendo esvaziado de seu compromisso, sendo considerado muito mais uma reivindicação social de luxo do que obrigação do Estado na manutenção das necessidades básicas de vida da população. Ou seja, para camuflar as necessidades, as questões de qualidade de vida foram sendo tratadas como característica qualitativa, como privilégio. Ao Estado interessaria trabalhar quantitativamente, importando muito pouco sua qualidade.

Obviamente que, em uma sociedade massificada, caracterizada pela supervalorização do consumo como promoção da individualidade, muitas vezes podemos observar valores muito mais próximos aos ideais capitalistas (acumulação e lucro) do que daqueles que privilegiariam o



bem estar pessoal e social. Ou seja, a incorporação do estilo consumista da sociedade converte em deteriorização do ambiente, sem que isso seja visto como característica contrária à qualidade de vida, subvalorizando ainda, e em conseqüência, a qualidade ambiental como forma de bem-estar (LEFF, op.cit.).

Outra conseqüência importante da valorização do consumo como qualidade de vida, segundo aquele autor, é a discriminação, ou marginalização, daqueles que não podem manter os mesmo padrões de capital. Porém, e ao mesmo tempo, aquilo que se torna acessível a todos é considerado de pouca qualidade, determinando que um padrão positivo de qualidade de vida está na impossibilidade de todos à aquisição de novos produtos.

Isso tem reflexo direto nos padrões de bem estar social básicos, como moradia, alimentação, saúde, educação, entre outros, que, se restritos a aparelhos de estado na organização neoliberal das sociedades, são mal oferecidos e de pouca qualidade. A qualidade desses serviços é garantida, mais uma vez, pelo capital, necessário à aquisição desses serviços de forma autônoma, através de estruturas particulares.

De qualquer modo, a impossibilidade de identificar padrões para as concepções de qualidade de vida de cada indivíduo é explícita, tantos são os fatores que movimentam e orientam as escolhas, os desejos, as vontades e as necessidades de cada grupo social, ainda mais quando considerado individualmente. Porém, qualquer estudo que procure trabalhar com a temática da qualidade de vida deve estar amparado por estas concepções e buscar, através da constatação e compreensão dos problemas ambientais relacionados ao tema, estudá-lo dentro das condições de vida de cada grupo social. E ainda, deve acima de tudo considerar que é impossível se determinar quais são os indicadores de qualidade de vida de uma comunidade sem a intervenção e participação direta de quem vivencia tal realidade, imbuído de suas esperanças, de seus sonhos, de suas necessidades.



O presente trabalho, intitulado "*Pesquisa-ação-participativa: do método coletivo à partilha do conhecimento*" procurou investigar, em parceria com um grupo de moradores de um bairro popular, a temática da qualidade de vida através da metodologia da pesquisa-ação-participativa, para a organização de ações na comunidade, a fim de contribuir para a construção de uma visão crítica da realidade em que vivem. A metodologia foi escolhida na tentativa de investir na participação efetiva dos atores sociais, na experiência do conhecimento de seus próprios conflitos, assim como na possibilidade de intervenção dos problemas identificados. No entanto, esta metodologia se tornou, ao longo do processo de pesquisa, o próprio foco de estudo deste trabalho, como contribuição acadêmica e experimental a esta prática metodológica, fato explicitado ao longo do texto e através da análise formal das etapas de pesquisa. O trabalho foi realizado num bairro da cidade de Bauru, onde foi formado um grupo de pesquisadores comunitários, tendo como membros alguns moradores, na intenção de estudar os indicadores de qualidade de vida mais significativos para aquela comunidade.

Esse processo de pesquisa e ação educativa ambiental está apresentado neste estudo em diferentes capítulos. Nos Procedimentos Metodológicos faço uma reflexão sobre a pesquisa qualitativa, o método da pesquisa-ação-participativa e apresento as etapas da pesquisa realizadas por nós. Os resultados estão apresentados em três capítulos: *Construção coletiva de indicadores de qualidade de vida: o processo grupal*, onde apresento as fases de consolidação dos grupos formados durante o trabalho; *Construção coletiva de indicadores de qualidade de vida: o processo de pesquisa*, onde foi apresentado o processo de pesquisa coletiva; *Construção coletiva de indicadores de qualidade de vida: o conhecimento produzido*, onde apresento os resultados obtidos pelo processo de pesquisa; e *Construção coletiva de indicadores de qualidade de vida: as ações propostas*, onde as ações e possibilidades



futuras são exploradas a partir do resgate, através da pesquisa coletiva, do processo educativo. As análises seguem ao relato dos resultados, tanto sobre o ponto de vista dos temas de estudo realizados por nós, no que se refere, neste trabalho, à questão da qualidade de vida, como também, e prioritariamente, sobre o procedimento da pesquisa-ação-participativa para o processo da educação ambiental.

É preciso que se diga que este é um trabalho compartilhado e que a grande idéia foi produzir conhecimento transdisciplinar sobre a realidade de vida do grupo comprometido sendo, portanto, muito difícil dividir temas ou separar análises e argumentos.

Nosso grande esforço como pesquisadoras, comprometidas com o método acadêmico-científico, foi o de tentar estabelecer essa diferença, de forma que dois trabalhos distintos fossem produzidos sobre esta experiência. Porém os dados coletados, as expectativas vividas e as próprias análises empreendidas foram resultado deste trabalho conjunto, feito de forma coletiva não somente em relação ao grupo de pesquisadores comunitários, como também na nossa relação como uma dupla de pesquisadoras, envolvidas na elaboração, no reconhecimento e na análise desses dados coletados por nós.

Sobre esse aspecto, gostaria de ressaltar que este estudo é parte dos resultados da pesquisa compartilhada por duas pesquisadoras. Neste trabalho, estão expostos os procedimentos e análises relativas à vivência da metodologia da pesquisa-ação participativa, tendo como tema a qualidade de vida. Em trabalho intitulado *(Re)colorir o presente pela aquarela da memória ambiental: pesquisa-ação-participativa em um bairro de Bauru*, Isadora Puntel de Almeida analisa a importância do movimento histórico para o processo educativo ambiental, bem como o trajeto pessoal do pesquisador em busca deste resgate nos acontecimentos da pesquisa, em prol de uma prática educativa (ALMEIDA, 2005). Todos os passos da pesquisa foram realizados de forma compartilhada, tanto em relação à metodologia como ao grupo de



trabalho, já que os temas de pesquisa são muitos próximos e complementares, motivo pelo qual remeto, ao longo deste estudo, ao trabalho de Isadora, como procedimento essencial ao entendimento da totalidade do processo de pesquisa e análise.



Procedimentos Metodológicos



"O rio que fazia uma volta atrás de casa
era a imagem de um vidro mole que fazia uma volta atrás de casa.
Passou um homem depois e disse:
Essa volta que o rio faz por trás da sua casa se chama enseada.
Não era mais a imagem de uma cobra de vidro
que fazia uma volta atrás de casa.
Era uma enseada.
Acho que o nome empobreceu a imagem".

Manoel de Barros – "O livro das Ignorâncias"

O homem sempre se preocupou com o conhecimento da realidade. Em toda a história surgiram várias manifestações que possuíam, como premissa, a explicação das significações da realidade nas mais diversas formas. São exemplos as religiões, a filosofia e a amplitude da produção artística. Entre essas, encontra-se a ciência, que não pode deixar de ser considerada como uma manifestação humana. Ela é, sobretudo, uma forma específica de interpretação, assim como o são a arte, a poesia, a religião e outras. Portanto, não deve ser considerada como a única forma de explicação dos fenômenos, ou seja, não deve ser considerada como exclusiva, conclusiva e definitiva (MINAYO, 1998). Se assim o pretender, a ciência corre o risco de engessar-se em formas e padrões muito estáticos e conservadores, exclusivistas, impedindo a criação e a utilização de novas metodologias e até mesmo seu desenvolvimento qualitativo, possibilitador da sua realização sob novos paradigmas científicos.

Entretanto, a ciência é conhecida como a forma de construção da realidade que tem maior aproximação "à verdade" dos fatos. A hegemonia científica está ligada basicamente ao caráter empírico de investigação e à conseqüente objetivação da realidade. Segundo Kuhn (2003), nada se assemelha, na análise histórica do processo de desenvolvimento científico, "ao estereótipo metodológico da falsificação por meio da comparação direta com a natureza" (p.31). Esse tipo de investigação tem norteado os estudos da maioria das áreas científicas e se tornou um paradigma hegemônico, mais do que isso; é o próprio estereótipo científico. Em face dessa concepção de ciência, estabelecida por Descartes, Newton, Bacon, Locke, entre outros, estão a elaboração de leis causais que, ao serem postas em prática, deveriam sempre coincidir em resultados iguais e esperados (SMITH, 1983).

Em ciências sociais, na qual se incluem as ciências educacionais, esse tipo de observação da realidade foi bastante defendido pelos teóricos conhecidos como positivistas. Além do empirismo como prática



essencial, inclusive na elaboração de leis causais que pudessem ser utilizadas nas diversas realidades sociais/educacionais propunham, preponderantemente, a neutralidade nas investigações, na defesa da metodologia tida como fenomenológica, onde se buscava captar a essência do objeto através da descrição (GEORGEN, s/d). É fácil projetar essa prática em ciências naturais onde, teoricamente, o objeto não possui um substrato comum de identidade com o investigador (MINAYO, 1998).

No entanto, nas ciências educacionais, essa concepção que faz uso de uma metodologia supra-objetiva diminui as interpretações subjetivadas, o que acarreta em análises não contextualizadas do objeto, isentas de intervenção política e de participação social (DEMO, 1992). É preciso destacar que não estamos tratando de problemas que estão além da nossa realidade, pelo contrário, eles são a própria movimentação social, da qual fazemos parte e discutimos diariamente na complexa rede de elementos sociais, e da qual sofremos influências, assimilamos comparações e tecemos comentários. Embora pesquisadores, somos, antes de tudo, elementos dessa grande rede social, e desconsiderar sua influência em nossas posições e na forma como trabalhamos seria ingenuidade e até mesmo, falta de rigor metodológico. Ressaltando esta característica, segundo Georgen (s/d), tratar os temas sociais como elementos isentos de nossa deliberação pode ser considerado um equívoco metodológico, já que a pesquisa não pode ser neutra por tratar de problemas constantemente julgados pela sociedade, problemas que estão em pauta em todas as áreas sociais e que afetam diretamente o cotidiano de todos os indivíduos, sem exceção. Este mesmo autor afirma que a pesquisa que parte da prática não pode excluir a crítica, pois a realidade demonstrada é resultado das situações socioculturais envolvidas, o que exigiria um posicionamento do pesquisador diante dos dados. Complementa, afirmando que a pesquisa educacional possui grande relevância social, por ser ferramenta para a repressão ou



emancipação, o que impossibilita a suposta neutralidade diante de sua interpretação e uso.

A importância das concepções científicas e sociais do pesquisador também é destacada por Minayo (1998, p. 16), que afirma que "a metodologia inclui as concepções teóricas da abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador". Ou seja, ser pesquisador é apenas uma das significações desse sujeito que investiga a realidade. Para ser pesquisador ele deve, de fato, conhecer teoria e método na busca por respostas mais coerentes relacionadas ao tema de pesquisa. Porém esta coerência depende também, e em grande parte, do entendimento de que ele participa como ator social desta mesma realidade, o que possibilita que ele utilize a teoria e a prática de forma contextualizada, no imprevisto e criatividade pela busca do conhecimento.

Portanto, tratar de realidades tão próximas de quem as estuda, e muito mais ainda de quem as vivencia, determina que qualquer conhecimento sobre elas deve reverter não só para a compreensão da realidade social em que o problema está inserido, mas também no posicionamento político frente a essas circunstâncias. Segundo Demo (1992), a pesquisa educacional deve se preocupar com a concepção histórico-estrutural do objeto, que inevitavelmente reflete um condicionamento social e que pode ainda ser um "problema social". Porém, é preciso lembrar, como conclui o autor, que a realidade histórica é dinâmica e complexa, não podendo ser completamente entendida pelo cientista. Isso exige, do pesquisador, a certeza de que a compreensão e interpretação dos fenômenos sociais – em nosso caso, educacionais – não é conclusiva nem definitiva; trata-se de empreender esforços para interpretações que contribuam para tornar o processo educativo mais compreendido, para fazê-lo mais democrático e de qualidade, mas nunca para resolver definitivamente seus complexos problemas.



Essas reflexões nos indicam que a pesquisa em educação caracteriza-se pela existência de outras metodologias como alternativas ao modelo clássico, que procuram abandonar principalmente a exigência da neutralidade nas interpretações da realidade.

A pesquisa em educação, portanto, é essencialmente qualitativa. Embora não exclua o oposto, suas análises, graças à natureza da realidade especulada, não podem ser quantificadas. Há todo um trabalho com significações, hábitos, atitudes e relações que não podem ser expressas por modelos positivistas; dizem respeito às próprias manifestações humanas, de caráter muitas vezes imprevisível ou até mesmo, porque não dizer, caótico. Segundo Alves (1991), as pessoas agem a partir de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e seu comportamento possui um sentido que não se pode conhecer de imediato, necessitando uma investigação. Mais do que isso, lançar o olhar a um estudo que tenha o homem como referência requer um alto grau de reflexão interpretativa, de abstração do pensamento.

A pesquisa qualitativa, por essas características, apresenta a possibilidade de criação de conhecimento, além da aproximação com o objeto em estudo. Portanto, requer um questionamento, uma vivência histórico-crítica por parte do observador, para que haja um diálogo com a realidade (NETO, 1998). Dessa forma, a pesquisa qualitativa é de importância relevante ao estudo proposto neste trabalho, uma vez que o tema em questão necessita de uma abordagem complexa para, como nos ensina Smith (1983), alcançar uma compreensão interpretativa da atividade humana, expressa na linguagem da situação, e não na linguagem científica neutra.

Da mesma forma, como categoria metodológica própria da pesquisa qualitativa, a pesquisa-ação-participativa, metodologia escolhida para o presente estudo, está amparada pelos princípios de compreensão da interpretação humana dos fatos. Porém, ela possui características próprias que precisam ser ressaltadas.



Sobre esta discussão, portanto, é preciso que se contribua no sentido do entendimento deste processo de pesquisa. O conhecimento do senso comum, para esta metodologia, surge como um ponto de partida, um primeiro olhar sobre a realidade a ser estudada e sobre os pontos que necessariamente precisam ser observados. Mas é claro que, como um primeiro olhar, ele é ainda pobre de reflexão, no sentido de que é muito mais relacionado ao viver cotidiano, à experiência corrida do dia-a-dia, do que uma reflexão construída sobre essa experiência, no que se refere ao conhecimento dos seus condicionantes, das opressões e repressões ocultas, dos valores e conceitos que determinam tais situações, entre outras. É então que a metodologia contribui. O senso comum construído a partir das experiências sobre a realidade, muitas vezes pouco refletidas, deve ser superado por um novo conhecimento resultado da pesquisa reflexiva sobre essa realidade, de todas as determinações que a constroem, do papel do indivíduo neste processo, do entendimento da responsabilidade de cada um. Do crescimento deste primeiro olhar à união com o saber sistematizado da academia, que fornece instrumentos à elaboração sistemática para o conhecimento desta realidade, surge um novo saber, o saber pensado, um saber contextualizado, tanto para o pesquisador acadêmico quanto para o pesquisador comunitário, aquele que o resgatou e compreendeu, dentro de suas circunstâncias.

Avançamos muito – e tudo é ainda apenas o começo, quando substituímos a desigualdade pela diferença como um valor de qualificação que substitui na educação e deveria substituir em tudo o mais, escalas de posições hierárquicas entre desiguais, por círculos de escolhas e de situações entre diferentes (...) Sabemos agora que somos apenas um lado (o dos sujeitos) do todo (...) um lado cujo outro lado não é o dos sujeitos passíveis de serem arbitrariamente 'objetivados' pelo e para o nosso conhecimento, mas, sim, o múltiplo e complexo lado de outros sujeitos que nos desafiam a aprender a substituir a manipulação pela comunicação, o controle do outro pela interação com o outro, e a transferência de informações ente sujeitos desiguais pela troca de conhecimentos entre pessoas diferentes (BRANDÃO, 2003, p. 56-57,60).

Este saber que agora não é só fruto do cotidiano, mas da articulação deste com novos conhecimentos, da interação entre

realidades diferentes, não apenas instrumentaliza o sujeito para compreender os mecanismos históricos, sociais e culturais que o fazem oprimido como também imprimem no sujeito a autonomia necessária à possibilidade do 'fazer', do agir sobre essa realidade. Desta forma, a pesquisa-ação vem acrescentar ao estudo uma série de alternativas e interpretações que somente uma metodologia qualitativa, em associação direta com quem produz e vive o conhecimento em seu sentido prático, poderia gerar.

A relação de participação da prática científica no trabalho político das classes populares desafia o pesquisador a ver e compreender tais classes, seus sujeitos e seus mundos, tanto através de suas pessoas nominadas, quanto a partir de um trabalho social e político de classe que, constituindo a razão da prática, constitui igualmente a razão da pesquisa. Está inventada a pesquisa participante. Não porque – como querem tantos, tantas vezes – uma fração obediente de sujeitos populares participa subalternamente da pesquisa do pesquisador, mas porque uma pesquisa coletiva participa organicamente de momentos do trabalho de classe, quando ela precisa se reconhecer no conhecimento da ciência (BRANDÃO, 1999, p.25).

E sob estas circunstâncias é que se inscreve a importância da participação. A possibilidade de iniciar o sujeito em uma pesquisa que procura conhecer a realidade da qual ele mesmo é o agente, coloca-o em posição de assumir sua responsabilidade no que, segundo Demo (2001), é a promoção de sua autonomia, do reconhecimento da cidadania, das regras democráticas, do controle do poder, da burocracia e do entendimento do papel da negociação. Por esses motivos, para o autor, participação não se ganha, mas se constrói, se conquista:

A participação possui a característica de ser meio e fim, porquanto é instrumento de autopromoção, mas é igualmente a própria autopromoção. Prevalece, porém, a conotação instrumental, no sentido de que é vista como caminho para se alcançarem objetivos (...) Se usássemos outra linguagem, diríamos que participação é metodologia (...)" (DEMO, 2001, p. 66).

Por outro lado, a observação direta da temática ambiental, como no caso apresentado aqui, por parte dos sujeitos sociais, faz com que ela se torne muito mais nítida e o aprendizado seja mais facilmente elaborado. Ao ressaltar a aprendizagem enfocamos, desta forma, outro objetivo



imprescindível ao trabalho com este tipo de metodologia: seu caráter educativo. Segundo Thiollent (2000), a pesquisa-ação não pode correr o risco de se transformar em ativismo. Sua pretensão, no entanto, é possibilitar o desenvolvimento do "nível de consciência" e do conhecimento dos envolvidos. Portanto, os princípios teórico-metodológicos da pesquisa-ação-participativa se aproximam dos princípios teórico-metodológicos da educação ambiental.

O ambiente está em processo contínuo e dinâmico de transformação, resultante de fenômenos naturais e ações antrópicas. Uma proposta pedagógica de educação ambiental tem que contemplar essas alterações, considerando que os grupos sociais se apropriam de maneiras diferentes dos recursos naturais, em função de fatores históricos, econômicos e culturais. As leituras e releituras que fazemos do ambiente se inserem nesse contexto de formas diferenciadas, sendo balizadas pelo processo de produção e pelo mundo do trabalho, do lúdico, do imaginário, das crenças e dos rituais (MEYER, 1991, p.42).

Thiollent (2000) afirma que, do ponto de vista científico, a metodologia da pesquisa-ação possibilita a organização da pesquisa social sem enfatizar os procedimentos convencionais de produção de dados, permitindo maior flexibilidade tanto dos meios de aplicação como na concepção. Este tipo de pesquisa pode gerar informações advindas da própria mobilização social, isto é, da ação intencional dos atores frente aos temas problematizados. Além disso, alia o saber sistematizado do pesquisador ao saber espontâneo, prático, dos atores sociais envolvidos, gerando muitas e originais informações significativas. O resultado destas interações é o crescimento das possibilidades pedagógicas da pesquisa no que se refere tanto ao reconhecimento pelos envolvidos sobre os instrumentos metodológicos científicos quanto à problematização dos temas referentes ao entendimento das realidades.

De modo geral, a pesquisa-ação-participante possui algumas características que, independente do valor dado pelo pesquisador ao processo de estudo, ficam explícitas na metodologia, como enumerado em Gajardo (1999, p. 75):

1. Explicitação de uma intencionalidade política e uma opção de trabalho junto aos grupos mais relegados da sociedade;
2. Integração de investigação, educação e participação social como momentos de um processo centrado na análise daquelas contradições que mostram com maior clareza os determinantes estruturais da realidade vivida e enfrentada como objeto de estudo;
3. Incorporação dos setores populares como atores de um processo de conhecimento, onde os problemas se definem em função de uma realidade concreta e compartilhada, cabendo aos grupos decidir a programação do estudo e as formas de encará-la;
4. Sustentação das qualidades de investigação e ação educativa sobre uma base (ou grupo), organizada de sorte que esta atividade não culmine em uma resposta de ordem teórica, mas na geração de propostas de ação expressadas em uma perspectiva de mudança social.

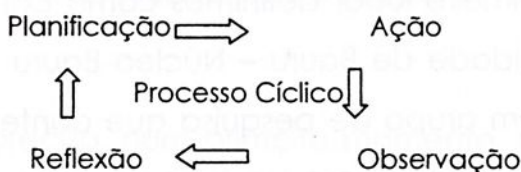
Em termos práticos, a metodologia da pesquisa-ação possui algumas etapas pré-estabelecidas as quais, segundo Vasconcellos (1997, p. 126), compõem os requisitos indispensáveis ao projeto de pesquisa que são:

- a existência de uma pergunta à que se deseja responder;
- a elaboração (e sua descrição) de um conjunto de passos que permitam obter a informação necessária para respondê-la;
- a indicação do grau de confiabilidade na resposta obtida.

A primeira etapa de elaboração do projeto de pesquisa-ação está na formação do próprio grupo de trabalho. Este deve ser formado por pessoas que estejam interessadas, por meio de convite, a participar do processo de pesquisa. Após a formação do grupo, se seguem os processos de escolha do tema, do tipo de atuação necessária para acionar sobre ele, e quais serão as formas de observação dos resultados obtidos. Estas etapas, apresentadas por Angel (2000, p.50), são:

1ª etapa - O desenho da investigação:
desenho teórico e prático.

2ª etapa - O desenvolvimento da investigação:



3ª etapa - Elaboração do informe final.

Devemos ressaltar que todas as etapas devem estar de acordo com a escolha orientada por todo o grupo de pesquisadores, formado no início do processo. É a partir destas decisões comuns que se estruturam, portanto, os temas e os procedimentos estipulados na primeira etapa. A segunda etapa consiste na ação propriamente dita, onde se nota a importância da observação e da reflexão sobre as ações empreendidas, tanto na elaboração de novos planos, como na própria formação ou produção de conhecimento, inerente à reflexão e pesquisa sobre os acertos e erros das ações anteriormente realizadas. A etapa final, não menos importante, consiste na divulgação analítica, que deve ser realizada como forma de socializar os resultados da pesquisa.

Com estas referências teórico-metodológicas, a proposta deste projeto foi tratar um tema relevante para os estudos em educação ambiental, a qualidade de vida, através da pesquisa-ação-participativa, tentando estabelecer a articulação radical da produção de conhecimentos desejada à ação educativa comunitária. Trata-se de uma ação educativa complexa, com caráter fortemente investigativo. A pré-escolha do tema se justifica pela exigência da pesquisa em programas de pós-graduação, pois é preciso que haja certo delineamento da investigação, para melhor se adaptar principalmente ao tempo de trabalho, que é reduzido. No entanto, o tema proposto, pela sua natureza, foi tratado genericamente, de modo a possibilitar que fosse gerador da ação educativa ambiental. De certa forma, a amplitude do tema caracterizou-o sob o ponto de vista da abordagem ambiental, o que significa que a qualidade de vida não foi o único tema tratado, mas tomado como um eixo de trabalho.

Para tanto, em primeiro lugar definimos como campo de atuação um bairro popular da cidade de Bauru – Núcleo Bauru 2000. O trabalho exigiu a formação de um grupo de pesquisa que contemplasse tanto os pesquisadores da universidade como pessoas da comunidade, também chamadas de pesquisadores comunitários. Assim, a metodologia da



pesquisa-ação-participativa garantiu a produção de conhecimento sobre os indicadores de qualidade de vida com o envolvimento concreto e efetivo dos sujeitos sociais que vivem no ambiente em estudo, e, ao mesmo tempo, criou condições objetivas, propostas de ação ambiental significativas em busca de melhoria da qualidade de vida por e para esses próprios sujeitos-participantes.

As etapas que se seguiram à escolha do local de pesquisa foram:

- a) a incorporação de participantes, ou seja, a formação do grupo de pesquisa que, em conjunto, problematizou sobre o entendimento do tema de pesquisa, a qualidade de vida, e organizou a coleta de dados;
- b) a análise dos dados coletados, seguida da escolha de alguns temas de atuação, que serviriam à realização da última etapa correspondente da metodologia, a ação (para isso o grupo sofreu uma reestruturação, na tentativa de aumentar o número de participantes e facilitar a prática - a intenção foi escolher um tema de insatisfação, relacionado aos indicadores de qualidade de vida, e através de seu estudo e de discussão sobre as possibilidades de enfrentamento deste problema, tentar melhorá-lo ou solucioná-lo).

Essas etapas tiveram como preocupação central **conhecer para transformar**, isto é:

Acreditamos que, para mudar algo, é preciso um conhecimento do fenômeno que se quer mudar. Ao mesmo tempo: subjetivo, por isso interno ao sujeito que conhece, e objetivo, para que possa ser socializado. A consciência do problema que impede a qualidade de vida desejada pelo grupo que desenvolve seu processo de EA é favorecida pelo conhecimento da realidade, local e global, do contexto em que tal problema se situa, conhecimento esse produzido nos próprios caminhos teóricos e práticos seguidos para a solução do problema (VASCONCELLOS, 1997, p.270).

Para isto foi preciso, num primeiro momento, muito investimento na organização do grupo de participantes: cerca de 10 pessoas convidadas a partir de contatos com a Associação de Moradores do bairro. As

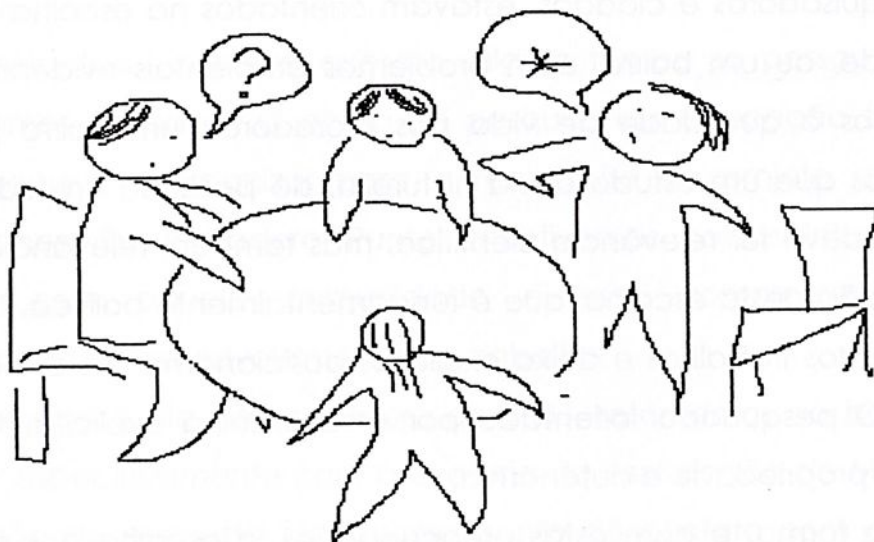


reuniões, desde o primeiro encontro, foram realizadas preferencialmente em duas escolas situadas no bairro, a EMEF Tereza Tarzia e a EE Padre Antonio Jorge Lima. Inicialmente, após o convite formal e a tentativa de agregarmos novos membros, contávamos com cinco participantes. Em seguida, e concomitantemente, uma vez que a organização do grupo não se esgotou nesse primeiro momento, desenvolvemos coletivamente o trabalho de levantamento e análise dos indicadores de qualidade de vida por e para esses sujeitos. Durante a realização deste estudo coletivo, ações sociais e políticas, também coletivas, foram sendo propostas com ou para serem realizadas pelo grupo. Obviamente, nem todas as propostas de ação puderam ser desenvolvidas em consequência do tempo limitado de permanência das pesquisadoras no bairro. Porém, algumas ações para continuidade também foram propostas. Nossa função, como pesquisadoras responsáveis pelos projetos foi, neste sentido, de coordenadoras do grupo de investigação e ação educativa ambiental.

O trabalho é resultado da atuação de duas pesquisadoras responsáveis, eu e Isadora, que, trabalhando juntas, realizamos estudos com dois temas de pesquisa articulados: a história das transformações ambientais do bairro e os indicadores de qualidade de vida mais significativos para seus moradores. Neste trabalho estão relatados os procedimentos gerais, olhados sob o ponto de vista dos indicadores de qualidade de vida, enquanto que no trabalho da Isadora (ALMEIDA, 2005) o ponto de vista é o da história das transformações ocorridas naquele ambiente. No entanto, pela articulação teórico-metodológica entre os dois trabalhos e, principalmente, pela proximidade conceitual e prática dos dois temas, os relatos se misturam, embora as análises tentem, na medida do possível, ser independentes.



Construção coletiva de indicadores de qualidade de vida: o processo grupal



*"Como se fora brincadeira de roda
Jogo do trabalho na dança das mãos
O suor dos corpos na canção da vida
O suor da vida no calor de irmãos*

*Como um animal que sabe da floresta
Redescobrir o sal que está na própria pele
Redescobrir o doce no lamber das línguas
Redescobrir o gosto e o sabor da festa*

*Vai o bicho homem fruto da semente
Renascer da própria força a própria luz e fé
Entender que tudo é nosso, sempre esteve em nós
Somos a semente, ato, mente e voz*

*Não tenha medo meu menino povo
Tudo principia na própria pessoa
Vai como a criança que não teme o tempo
Amor se fazer é tão prazer que é como fosse dor"*

Luiz Gonzaga Jr. - Redescobrir



Etapa essencial das metodologias participativas, a escolha e formação do grupo de pesquisa requer investimento. No caso deste estudo, o tema e a proposta de trabalho já indicavam a escolha de uma comunidade ou um grupo de moradores de bairro interessados em estudar e problematizar o tema da qualidade de vida. Assim sendo, qualquer grupo social poderia ter sido escolhido, porém nossos objetivos, como pesquisadoras e cidadãs, estavam orientados na escolha de uma comunidade, ou um bairro, com problemas ambientais evidenciados e relacionados à qualidade de vida dos moradores, um bairro popular. Entendemos que um estudo desta natureza, de pesquisa em educação ambiental, deve ter relevância científica, mas também relevância social. A explicitação desta escolha, que é fundamentalmente política, facilita a orientação dos trabalhos e deixa explícitos posicionamentos e formas de atuação. O pesquisador orientado por essa escolha explícita, trabalha com maior propriedade e autonomia.

Desta forma, e com estas preocupações, a escolha dos primeiros parceiros de pesquisa ocorreu mediante a apresentação, no Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental da pós-graduação em Educação para a Ciência, de uma proposta de trabalho no bairro conhecido como Núcleo Bauru 2000. A princípio todo o grupo desenvolveria suas pesquisas em educação ambiental neste bairro, o que não se concretizou. No entanto, mantivemos esta intenção articulando dois trabalhos de pesquisa.

Para conhecer o bairro, entramos em contato com a Associação de Moradores do Nobuji Nagasawa – Bauru 2000, já no início de 2003, quando realizamos a primeira reunião. No período da tarde, quando conhecemos alguns membros da diretoria da Associação dos Moradores e apresentamos nossas intenções de trabalho coletivo, os membros presentes da diretoria da Associação apresentaram-nos as dificuldades e problemas que vinham enfrentando com relação à mobilização dos moradores para trabalhar com a comunidade e, a seguir, fizemos um



passeio para conhecer a região. Este contato inicial foi decisivo para estabelecermos nossas metas de trabalho naquele bairro. Nossa primeira impressão foi a de que o grupo já estava bastante envolvido com os temas relativos à qualidade de vida, embora não explicitado sob este termo. Ou seja, para nós foi estimulante saber que aquela comunidade já estava, de certa forma, articulada no sentido de resolver seus problemas ambientais.

Depois desse primeiro contato, algum tempo se passou até que retornássemos ao bairro. O grupo de pesquisa em educação ambiental não conseguiu se organizar para a realização do projeto que todos pretendíamos. Eu e Isadora Puntel mantivemos nossas intenções de trabalhar com aquela comunidade e esse compromisso foi se concretizando no desenvolvimento do trabalho.

No primeiro dia de novembro de 2003, retornamos ao bairro para conversar especificamente com a diretoria da Associação de Moradores, na intenção de que esta fosse nosso ponto de contato com os demais moradores interessados em participar da pesquisa coletiva. Nos reunimos na Escola Estadual Padre Antonio Jorge Lima. Convidamos de antemão todos os membros da Associação para participarem desta reunião, na qual discutimos nossas propostas de trabalho, apresentando nossos temas de pesquisa: a história de ocupação do bairro e os indicadores de qualidade de vida significativos para aquela comunidade. Essa reunião teve o tom de uma conversa informal. Apresentamos ainda, após as primeiras discussões, alguns *slides* com fotos de Bauru e do bairro Nobuji Nagasawa, e mais algumas fotografias da região.

Essas fotografias foram produzidas por nós, com os objetivos de iniciar nosso trabalho de reconhecimento do local onde pretendíamos trabalhar e, ao mesmo tempo, oferecer aos participantes nosso primeiro "olhar" sobre o bairro em que eles vivem. Compartilhamos nossa intenção de realizar trabalhos coletivos. Expusemos as primeiras idéias de como, neste tipo de pesquisa, todos os envolvidos estão profundamente ligados



à produção de toda e qualquer proposta, estudo ou ação durante o processo de pesquisa. Conversamos também sobre a responsabilidade de cada um no sucesso e na continuidade do Projeto. Todos os membros da diretoria da Associação compareceram a essa primeira reunião, e a nós se juntaram algumas outras pessoas, moradores do bairro, que estavam presentes na escola naquele momento. Nossa impressão inicial foi a de que todos ficaram muito "emocionados" com a projeção das fotos em slides. Muitos se entusiasmaram, indicando o que fazer para melhorar a qualidade de vida da população e também relatando o que conheciam a respeito da história do bairro. Isso foi percebido claramente por nós quando os participantes comentavam, com muita empolgação, sobre os locais representados nas fotos, sobre o que havia ao redor naquele ambiente, ou contavam histórias sobre aquele lugar ou sobre pessoas conhecidas naquela rua, etc. A emoção e o entusiasmo foram sinais significativos das dificuldades desta população com relação ao acesso aos meios de registro de espaço e tempo importantes da vida cotidiana, tanto para a construção de sua história pessoal como, e conseqüentemente, para a formação de seu conhecimento sobre o ambiente e a história que o envolve.

Tínhamos proposto que, na próxima reunião, comparecessem os interessados em trabalhar nesta pesquisa, e todos se comprometeram em voltar. Talvez porque imaginassem que essa proposta serviria de apoio aos trabalhos da Associação, como numa parceria, embora tenhamos deixado bem clara nossa preocupação em não misturar os trabalhos da Associação com aqueles pretendidos para este grupo. Quisemos ressaltar, a todo o momento, que este seria um grupo novo, com intenções renovadas.

Neste primeiro contato, no entanto, esses desejos foram confundidos, ou porque não fomos totalmente claras, ou porque eles estavam sentindo, já naquele momento, uma certa dificuldade com os trabalhos da Associação e precisando de novo ânimo.



A formação do GPC (Grupo de Pesquisadores Comunitários)

Mas, como já prevíamos, nem todos os membros da Associação retornaram para a próxima reunião. Em 15 de novembro de 2003, apenas dois interessados compareceram, o Joel e o Ricardo. Realizamos as atividades planejadas com certo êxito. Estiveram presentes também duas estudantes do curso de jornalismo, convidadas por um dos colegas, o Ricardo, que passariam a participar da produção do jornalzinho do bairro, além de outra estudante de biologia que havia feito um trabalho no bairro sobre questões relativas às doenças de veiculação hídrica, pois achávamos que fosse interessante que ela socializasse o resultado de suas pesquisas com os moradores.

A pauta desta reunião ficou clara, no entanto, imediatamente após a constatação do pequeno número de pessoas no local: sentimos necessidade de conversar sobre a participação de outros moradores. Naquele momento todos os presentes expressaram a importância de convidar outras pessoas da comunidade para participarem do grupo. A primeira idéia foi promover um evento, uma reunião ampliada, onde todos nós explicaríamos as intenções do grupo, quem éramos, o que gostaríamos de fazer, etc. Com esta idéia, trabalhamos com tarjetas de papel, onde, após a discussão de cada tema pertinente à pauta do encontro, fomos marcando as idéias principais e organizando sistematicamente o trabalho. O resultado foi o seguinte:

Tema: convite para os moradores do bairro Bauru 2000 para participarem do grupo de pesquisadores comunitários.

Como surgiu a idéia de trabalhar no bairro.

Qual o interesse de Nadja e Isadora em participar deste trabalho no Bauru 2000.

Qual o objetivo da formação deste grupo.

Pensando no futuro: comunidade ação.



Valorização do bairro onde mora; se sentir feliz no bairro.

Apresentação do grupo de pesquisadores comunitários

Fazer algo em comum não só para alguns, mas para todos.

Motivação: o que poderia fazer para melhorar o seu bem estar; auto-estima: a respeitabilidade que encontraria perante a comunidade; liderança: como você se sentiria sendo responsável pelas mudanças.

O que precisa fazer para acelerar o progresso do bairro.

Apresentar o bairro – participante – quantas casas, tamanho, população, quantidade de ruas.

Participante: descrição do comércio local.

Participante – número de igrejas do bairro

Esta reunião foi particularmente importante para o trabalho sobre o tema qualidade de vida. Já nas tarjetas pudemos observar os indicadores que, mais tarde, seriam evidenciados nos dados coletados, mas que foram enunciados neste momento. Como moradores do bairro, conheciam bem os problemas da comunidade e estavam expressando exatamente o que imaginavam que os moradores gostariam de ouvir sobre suas insatisfações.

Lazer: bosque, praça, campo de futebol, play-ground, pista de skate.

Saúde: posto de saúde, fatores causadores de doenças: contaminação da mina de água, lixo, poluição do Barreirinho, higiene.

Segurança: locais escuros e abandonados, sem iluminação e desabitados, casas abandonadas, falta de ronda policial mais eficaz.

Educação: EMEI, creche, biblioteca, informal.

A construção deste quadro sintético, reunindo sugestões para serem discutidas com os demais moradores do bairro, foi significativa para a elaboração da apresentação que passou a ser discutida pelo grupo nos próximos encontros. Ou seja, o conteúdo das tarjetas nos serviria como tema e ordem cronológica para a apresentação aos moradores.

À reunião seguinte compareceram quatro participantes: Joel, Ricardo, Ronie e Pedro. Continuamos a atividade das tarjetas, apenas apresentando-as aos que não haviam comparecido à reunião anterior. Eles também puderam dar algumas idéias, e finalmente terminamos a elaboração dos temas. Ficou evidente que deveríamos dividir o conteúdo da apresentação para a pesquisa e o estudo, mas naquele momento isto foi feito informalmente.

O interesse dos participantes era, então, a discussão técnica relacionada a essa apresentação: conversamos um pouco sobre a data e o local, sem conclusões. Precisávamos ainda decidir sobre uma forma para convidar os demais moradores.

Ao final desta reunião ainda assistimos ao filme "Faça Parte", um clipe animado para-didático com o propósito de auxiliar na execução de um projeto de voluntariado comunitário. O filme apresenta a estrutura de um projeto desta natureza e sua realização junto à comunidade. Foi muito interessante porque clareou, ainda mais, o que já havíamos discutido anteriormente a respeito de um projeto comunitário e, mais especificamente, sobre o trabalho que estávamos pretendendo realizar com o grupo.

Sáímos desta reunião com algumas idéias definidas, mas com muito trabalho pela frente. As reuniões já estavam se tornando um espaço onde conseguíamos socializar o que estávamos fazendo, embora fossem sempre muito curtas, mas grande parte das atividades dependia de momentos de ação em horários extras, quando realizamos atividades autonomamente. O trabalho coletivo implica, principalmente, em decisões coletivas, mas as ações, propriamente ditas, discutidas coletivamente, dependem de que cada um esteja disposto a realizar alguma tarefa para que aquelas se complementem. Portanto, desta reunião saímos com algumas tarefas distribuídas, individuais e coletivas, esperando que elas fossem realizadas antes da próxima reunião.



Porém, com a aproximação do final de ano, todos nós negligenciamos a realização dos trabalhos do grupo. Cada um com um argumento diferente: viagens, férias, trabalhos, etc. Nos afastamos por algum tempo. Nossa próxima reunião foi realizada apenas no início do próximo ano.

Retomamos a discussão sobre nossas tarefas, relacionadas ao grande evento proposto no início de nossos trabalhos, que exigia o convite à participação da comunidade. Quando conversávamos sobre as faixas para divulgação do evento, descobrimos que precisávamos dar um nome ao grupo para nos identificar. Já havíamos nos identificado desde o início como um grupo de pesquisadores comunitários, mas achamos interessante criar uma sigla e até mesmo um logotipo. Nesta reunião surgiram algumas idéias sobre o nome, mas preferimos adiar a decisão para a próxima reunião já que poucas pessoas haviam comparecido.

Nos encontramos finalmente, e desta vez "pra valer", em março de 2004. Aproximando-se a data do evento, precisávamos acertar definitivamente os detalhes. Tínhamos muitas coisas a decidir para a divulgação do evento. Porém, precisávamos ainda decidir o nome do grupo; elaboramos duas siglas: GPC e GRUPEC. Todos deram seus votos, inclusive alguns dos funcionários da escola onde realizávamos nossas reuniões, e optamos pela sigla GPC - Grupo de Pesquisadores Comunitários. Escolhemos a data e o local do evento, distribuimos algumas tarefas. Produzimos, então, alguns materiais para divulgação: as faixas que foram colocadas na esquina de entrada do bairro e na grade da escola; um carro de som; que passou pelo bairro no dia anterior ao encontro, uma nota no jornalzinho do bairro e alguns folhetos para serem fixados nos ônibus que percorrem o bairro e na escola, e para serem distribuídos pelos moradores.

Os participantes decidiram por um texto que não explicitasse diretamente o motivo da reunião, porque acreditavam que isso causaria uma certa curiosidade. Ao mesmo tempo, queriam deixar clara a



necessidade de ressaltar a participação. Então criamos, de forma coletiva, o texto:

*Façamos do
Nobuji-Nagasawa
(Bauru 2000)
um lugar melhor
para se viver!
Moradores, isto
depende de vocês!!!*

PARTICIPEM DO GPC
Encontro dia 26 de
março, sábado
às 20:00h na
EMEF, Thereza de Tárzia.



Cartaz de anúncio do encontro

Esta foi uma reunião muito importante para a sequência de nossos trabalhos. Vínhamos sentindo, desde o início, a preocupação dos membros da Associação com relação à participação dos demais moradores. Estávamos precisando, realmente, de mais gente para nos ajudar nos trabalhos, mas não queríamos que isto gerasse ansiedade ou mesmo frustração, caso não comparecessem muitas pessoas, mesmo após a divulgação. Nesta reunião foi possível discutirmos que a

participação seria importante, mas que seríamos capazes de desempenhar qualquer função caso não aparecessem novos interessados. Decidimos que se não aparecesse mais ninguém isso não deveria ser motivo de desânimo, nem de desistência. Era importante que tivéssemos claros nossos interesses e que estivéssemos certos de que nossa potencialidade não dependia de mais adesões. Essa seria apenas mais uma tentativa, e faríamos tudo para que desse certo e para que servisse, ao menos, para divulgar nossos interesses no bairro. Essa foi uma preocupação nossa, como pesquisadoras, que surgiu a partir da observação, em todas as outras reuniões, do tom de lamentação que se seguia, sempre, após nossas avaliações sobre o interesse das pessoas em participar de ações de mobilização na comunidade. Precisávamos tentar superar esse tom de lamento pela construção, paciente e determinada, da participação dos moradores.

Outro momento importante foi o da escolha do texto a ser divulgado, mais precisamente quanto à inserção do nome do bairro nos materiais de divulgação do evento. À princípio havíamos escolhido colocar apenas "Bauru 2000", pela facilidade textual. Após alguma discussão, ficou muito clara para todos nós a importância de inserir o nome formal, "verdadeiro", do bairro: "Nobuji Nagasawa". Essa discussão revelou um interessante processo: precisávamos valorizar a história do lugar e isso deveria começar pela aceitação do próprio nome, que já vinha carregado simbolicamente e trazia um contexto histórico para conhecimento e compreensão. Essa análise partiu do próprio grupo, sem nossa interferência direta, o que nos deixou a certeza de que não precisávamos trazer, artificialmente, elementos importantes para a valorização do indivíduo, do ambiente, de sua história; esses elementos já estavam muito próximos dos sujeitos comunitários, e não eram percebidos apenas por quem os estuda, por quem os olha de fora. A história do lugar, suas características, suas necessidades, faziam parte do cotidiano e da



realidade de todos os que vivenciam o ambiente, ao menos para aquela comunidade em especial.

Com a data da reunião marcada e algumas tarefas distribuídas ficamos por um tempo nos comunicando sem necessidade de nos reunirmos. Conversávamos por telefone, eventualmente visitávamos pessoalmente os moradores, ou fazíamos contato por e-mail. A Isadora organizou os informativos para serem divulgados na escola e nos ônibus, que foram entregues ao Joel e ao Ricardo. Este se responsabilizou pelo texto que seria divulgado no jornalzinho do bairro, enquanto aquele procurou patrocinadores para a confecção das faixas. Como não encontramos nenhum patrocinador, Isadora e eu ficamos responsáveis pelas faixas, tendo sido confeccionadas duas delas, que foram colocadas no bairro, nos pontos estratégicos escolhidos pelo grupo. Esse material ficou por nossa conta, tanto o contato com o profissional que confecciona como o pagamento das faixas, pois os demais participantes não tinham disponibilidade financeira para isso.

Até mesmo no jornal da cidade conseguimos colocar uma nota sobre a formação deste novo grupo e sobre o evento que seria realizado no bairro. Nos reunimos mais uma vez antes do evento, para que pudéssemos "treinar" um pouco a apresentação, principalmente a divisão das falas, pois acreditávamos que todos deveriam dar seu depoimento, e falar um pouco sobre o grupo. O Joel e o Ricardo concordaram imediatamente, mas o Ronie, a princípio, não se interessou em falar. Preparamos um material em *Power Point* e levamos para que eles pudessem conhecê-lo anteriormente e se familiarizar com o conteúdo.

O encontro para ampliação do grupo

O evento foi marcado por uma grande expectativa por parte dos membros do grupo. Alguns acreditavam que ninguém viria nos prestigiar, enquanto outros estavam extremamente confiantes em relação à



divulgação. Numa das salas da EMEI Tereza Tarzia, preparamos o equipamento de projeção e a distribuição das cadeiras no ambiente. Aos poucos as pessoas foram chegando, de 20 a 25 pessoas. Dentro das expectativas, e adequado ao espaço disponível, o número foi considerado satisfatório. Foram também convidados os alunos do curso de alfabetização de adultos, que acontece todas as noites naquela mesma escola, os quais compareceram ao término de suas atividades escolares. Os membros do GPC se apresentaram e aos poucos, com a ajuda do equipamento de multimídia, fomos informando os ouvintes sobre nosso grupo: quem éramos, o que queríamos e porque queríamos realizar um trabalho coletivo. Todos os membros do GPC falaram com muita segurança, ao apresentarem o grupo e ao ressaltarem as características do bairro, o que foi de fundamental importância para que todos percebessem que ao olharmos de forma um pouco mais cuidadosa a realidade em que vivemos, podemos encontrar satisfações e insatisfações. Esse era nosso objetivo, já que o bairro seria nosso foco de estudo. Destaca-se aqui o fato de que não seríamos nós, pesquisadoras da universidade, que faríamos do bairro nosso "objeto" de estudo, mas nós, parceiros de pesquisa, nós, academia e comunidade. Percebemos que as discussões dessa reunião já nos trouxeram dados importantes relacionados aos nossos estudos sobre a qualidade de vida no bairro, já que a partir da apresentação dos temas ou indicadores de qualidade de vida, relatados nas tarjetas, todos começaram a se manifestar em favor ou contra a educação no bairro, a saúde, a limpeza do ambiente, o lazer, entre outros.



Indicadores destacados nesta reunião:

- ✓ Lixo: em excesso pelos terrenos e ruas do bairro;
- ✓ Saúde: falta de posto de saúde;
- ✓ Educação: todos estão satisfeitos, mas gostariam de uma creche no bairro;
- ✓ Lazer: falta de estruturas de lazer como praças, campo de futebol, locais para as crianças brincarem;
- ✓ Estrutura física: ruas mal asfaltadas, bueiros entupidos e em pequeno número.

Ao final do encontro reforçamos nossas intenções em realizar uma pesquisa comunitária sobre o bairro e reiteramos o convite à participação de todos os presentes neste trabalho. Marcamos uma nova data para um próximo encontro, onde os interessados poderiam comparecer para iniciarmos a fase de coleta de dados sobre os temas qualidade de vida e história ambiental do Bairro Nobuji Nagasawa – Bauru 2000.

Antes de prosseguir é importante ressaltar, ainda, alguns pontos relevantes sobre os acontecimentos desse encontro ampliado. Em primeiro lugar, em conversas informais, anteriores à apresentação do grupo, algumas pessoas relataram que foram ao evento acreditando que este estaria sendo promovido pela Prefeitura, apenas por isso estavam ali. Confundiram as datas e os locais com outro evento programado para uma data próxima, quando os moradores receberiam apoio técnico sobre consultoria jurídica, exames médicos, corte de cabelo, confecção de documentos, etc. Esse é um serviço público que tem sido oferecido gratuitamente à população e pudemos notar sua importância para aquela comunidade. Esse tipo de serviço tem sido relevante para a população que não tem, sequer, instrumentos culturais de acesso a eles, que são a base da cidadania. A confecção de documentos, auxílio jurídico, entre outros, garante à população seus direitos como cidadãos e representa um dever do poder público. O acesso à cidadania, além de um importante movimento social no sentido de que é um avanço



democrático significativo para a população, representa efetivamente um indicador de qualidade de vida.

Um outro ponto que vale a pena destacar é que apareceram por lá duas assessoras de uma vereadora da cidade. Elas disseram ter visto a divulgação sobre o encontro, o que suscitou interesse por parte da vereadora, e estavam ali para conferir quais as metas e formas de ação do grupo. Percebemos também que algum dos participantes, provavelmente mais envolvido com a política do município, teria entrado em contato com esta vereadora, embora tenhamos deixado claro que, em nossa concepção, nosso grupo não deveria se aliar a qualquer partido político com a intenção de conseguir apoio para a realização de nossas ações. Nossa luta, quando nos referimos às conquistas pretendidas, como reflexo de nossas intenções sobre qualidade de vida, seria sim uma luta política e social, uma luta político-participativa, entendendo o termo como nos significa Demo (2001, p.06): "olhada do ponto de vista dos interessados é a conquista da autopromoção". Isso não significa dizer que não queríamos contar com a participação do poder público em nossas ações. Concordamos que as questões relacionadas à qualidade de vida não são "perfumaria", mas sim, e sobretudo, se concretizam também no dever do Estado. Neste sentido, nossa relação com o poder público deveria ser de reivindicação, e não de aliança com um ou outro representante do poder público, menos ainda o compromisso com um determinado vereador. Tudo isso foi muito discutido pelo Grupo, pois sendo ano de eleição, muitos queriam se aproveitar das oportunidades que criávamos. O mais importante foi perceber que todos nós queríamos saber como o grupo conseguiria lidar com seus próprios interesses e como faria para realizá-los, mantendo a discussão e a participação como método.



GPC – você sabe o que é?

A comunidade Nobuijense criou o GPC – grupo de pesquisadores comunitários. O primeiro encontro aconteceu dia 26 de março na EMEF Tereza Tarzia. Contamos com a presença de moradores, estudantes, assessoras da vereadora Catarina Carvalho. O grupo é formado pelas estudantes da Faculdade de Ciências da Unesp, Nadja e Isadora, e os moradores Joel Izidoro da Silva, José Ricardo Ferreira Pinto e Dr. Ronie Tavares. "Façamos do Nobuiji Nagasawa (Bauru 2000) um lugar melhor para se viver! Moradores, isso depende de vocês" foi o tema escolhido pelo grupo.

Texto publicado no jornal do bairro "Comunidade Ativa", após o evento.

A expectativa estava criada. Estávamos todos esperançosos de que nossa próxima reunião contaria com alguns novos participantes, mas em abril de 2004 reconhecemos, todos, que não seria tão fácil assim. O grupo ficou composto, então, por cinco participantes. Nesta reunião apenas uma pessoa a mais compareceu, não retornando nos próximos encontros mas, assim mesmo, iniciamos nossa coleta de dados. As técnicas e instrumentos para isto foram discutidos e organizados coletivamente. Este capítulo trata da formação do grupo, portanto, o processo de coleta de dados, seus resultados e interpretações serão apresentados em outro capítulo deste trabalho.

GPC: o mesmo novo grupo...

A formação do grupo de participantes na pesquisa-ação é tarefa complexa que exige investimento e dedicação dos pesquisadores envolvidos. O que podemos perceber com mais clareza sobre esta primeira fase é que o tempo necessário à sua estruturação é longo. Trata-se de um processo de experimentação e comprometimento, conhecimento e envolvimento crescentes até o fortalecimento dos indivíduos como grupo.

Este período de sensibilização ou de conscientização pode durar vários meses: é preciso estabelecer contatos pessoais com os líderes naturais do grupo, descobrir as redes de influência,



comunicar com as autoridades, e assim por diante. O tempo passado na preparação das bases de uma participação cooperativa é um tempo poupado a ser utilizado para resolver os problemas (MORIN, 2004, p.117).

Porém, a inscrição grupal jamais se finaliza, pelo contrário, ela representa o movimento das relações ao longo de todo o processo de pesquisa. O fato é que a pesquisa-ação é metodologia que vai além do tempo de um experimento científico. Ela é fonte de inspiração e articulação para toda a vida; é movimento de ação. Por isso a dificuldade em articulá-la a um projeto de mestrado, onde os dados precisam estar coesos e denominados durante as fases da pesquisa.

Nesta metodologia, esses dados se misturam em toda a movimentação do processo grupal, o que determina que uma vez finalizado o projeto, jamais se pode concluir que é chegada a fase final, ou que se alcançou a máxima potencialidade deste grupo. Ou ainda, como melhor nos diria Brandão (2003, p.103):

[...] o próprio critério de confiabilidade filosófica e científica de uma investigação não está apenas e principalmente no fundamento teórico, no emprego de métodos e na qualidade do produto final. Está bem mais no todo de seu processo de finalização. E o que avalia este processo não é o rigor do método, mas a qualidade da interação entre as pessoas envolvidas na partilha de um trabalho face a face de criação de sentidos, inclusive através do uso de métodos científicos.

Fica clara, portanto, a importância da qualidade das relações, tanto mais na compreensão dos estudos com a metodologia participativa, o que, do ponto de vista científico, impõe grande valor à discussão sobre o processo grupal.

Lane (1984) observa que para algumas teorias de estudo de pequenos grupos, as características individuais, de harmonia e de manutenção são a base da análise. Para este tipo de estudo, segundo a autora, a função do grupo é definir papéis, garantindo a produtividade social dos indivíduos, sendo que o equilíbrio pode ser alcançado quando o grupo está coeso, definido. No que se refere ao seu crescimento, é

como se as relações estacionassem, e os processos de interação pudessem se tornar circulares.

Outras análises, no entanto, nos levam à idéia de que um grupo não é a soma de vários indivíduos, mas sim a interação entre eles, que refletem as determinações sociais e sua atuação como sujeitos históricos. A maior característica desta análise é o caráter mediatório do grupo entre os indivíduos e a sociedade, sendo que esta característica é o próprio processo pelo qual o grupo se produz (LANE, 1984). A este estudo nos interessa principalmente este último, por suas características de análise coletiva, pela valorização dos determinantes sócio-históricos nas relações grupais, e pelo desenvolvimento dialético do procedimento de análise. É necessário estabelecer tais concepções, uma vez que a metodologia da pesquisa-ação-participativa também imprime maior valor aos processos coletivos de formação do grupo. Portanto, a primeira etapa da pesquisa-ação, isto é, a formação do grupo de pesquisa, depende em grande parte da boa atuação do grupo frente aos seus determinantes, no enfrentamento das mudanças situacionais que o mesmo sofre ao longo de seu processo de formação e do próprio processo de pesquisa, o que indica que o grupo pode nunca estar livre de conflitos. Ou seja, isto significa dizer que o grupo é um processo (LANE, 1984) e que suas características vão sendo alteradas ao longo de seu crescimento histórico, porém jamais alcançam situações definitivas. Os conflitos, nesta perspectiva, não são necessariamente situações negativas, ou antagônicas ao trabalho coletivo, mas sim estágios de mudança, onde o grupo, através de suas relações internas e externas, emerge em uma nova situação (PICHÓN-RIVIÈRE, 1998).

Por essas razões os determinantes sociais mais amplos, também presentes nas relações sociais, são muito importantes. Para essas teorias, as relações grupais não são circulares, a-históricas, pelo contrário, se caracterizam por processos históricos, representados pelos conhecimentos individuais de mundo, pelas práticas sociais que se estabelecem em suas



relações, pelos determinantes sócio-históricos, entre outros. Essas constatações nos permitem enunciar que qualquer discussão sobre a formação de um grupo e sua estruturação não pode deixar de considerar que estes grupos estão inscritos em algo maior, em uma história que os circunda, que os movimenta. Eles não são grupo apenas quanto às suas características internas, dinâmicas; mas estão necessariamente inscritos em acontecimentos mais amplos, em um contexto que, como nos diria Del-Cueto (1985), sendo institucional ou social, é o próprio "texto" grupal. Para esta autora isso significa dizer que não existem situações externas ou internas, dicotomicamente, que movimentam as inscrições grupais. Os próprios acontecimentos grupais são elementos resultantes e resultado das experiências circunscritas. Por estes motivos, o questionamento sobre o que aquele grupo (GPC) já representava é significativo no entendimento dos procedimentos internos e externos de sua formação, e pode explicar os movimentos ao longo do processo.

Nestas circunstâncias, quanto aos conflitos grupais coletivos há que se ter alguma possibilidade de relatá-los e interpretá-los a partir da vivência grupal e do conhecimento e articulação do grupo. É preciso que se determinem as ideologias grupais impostas a esse sistema, e as ideologias do próprio grupo quanto a ele mesmo, no que se refere às suas características e à imagem que querem projetar (LANE, 1984).

Ao escolhermos um grupo já formado, os membros da diretoria da Associação de Moradores do Bairro Nobuji Nagasawa, arriscamos uma escolha que poderia ser decisiva, positiva ou negativamente. De fato, inicialmente, acreditamos que seria um facilitador para nossos trabalhos de pesquisa. Eles já faziam parte de um grupo e tinham interesses muito próximos aos nossos. Lembremos que os temas de nossos trabalhos – história de ocupação ambiental e qualidade de vida no bairro - já eram de interesse dos membros da Associação. Por esses motivos a escolha deste grupo foi muito atraente para nós.



Em primeiro lugar é preciso reconhecer o caráter social de um grupo da diretoria de associação de moradores de um bairro de periferia. Historicamente, são organizações que têm como função lutar fortemente pela melhoria das condições de vida do bairro, já que, na maioria das vezes, esses ambientes são subjugados ao esquecimento das ações pelo poder público no que se refere às questões relacionadas à qualidade de vida.

Todo e qualquer grupo exerce uma função histórica de manter ou transformar as relações sociais desenvolvidas em decorrência das relações de produção, e, sob este aspecto, o grupo, tanto na sua forma de organização como nas suas ações, reproduz ideologia, que, sem um enfoque histórico, não é captada (LANE, 1984, p. 82).

Assim sendo, essa é a função destes grupos, e é neste sentido que se movimenta sua "vontade". Esse era seu objetivo, seu trabalho, a função grupal, sendo essa, também, a representação da vontade deste grupo, considerando-se que era muito provável que se tornasse, também, no novo grupo, o GPC, uma vontade e uma aspiração.

Mas esse grupo parecia se sentir improdutivo. Em entrevista posterior, para análise, ao ser perguntado sobre o diferencial do trabalho, anteriormente e posteriormente à formação do GPC, um dos participantes evidenciou que havia muitas metas, porém pouco conseguiam fazer por não possuírem um plano de ação. Mas o mais importante é que a análise que faziam da improdutividade de seu grupo estava vinculada à impossibilidade gerada pela falta de participação dos demais moradores. Ou seja, para este grupo, o fato de não terem alcançado realizações concretas em prol da qualidade de vida se devia à falta de participação dos demais moradores.

Aliás, desde a primeira reunião, este grupo da Associação se mostrou extremamente descontente com o trabalho que desempenhava, pois, por mais que tentassem realizar ações no bairro, jamais conseguiram contar com a participação de outras pessoas da comunidade. Isto foi discutido em todas as reuniões. A insatisfação era tão grande que, para



eles, a falta de participação inviabilizava qualquer tentativa de melhoria para o bairro. O que não percebemos, nos primeiros encontros, é que esta situação tinha razões construídas pelas relações entre eles e a comunidade. Até então nós não os conhecíamos e, portanto, não contávamos com a reação dos demais moradores do bairro em relação à atual diretoria da Associação de Moradores. Isso foi se evidenciando para nós com o tempo. O fato é que a comunidade do Nobuji Nagasawa não estava satisfeita com os trabalhos da Associação. Nas entrevistas realizadas posteriormente, os moradores demonstraram grande descontentamento com relação às propostas deste grupo e acreditavam, sinceramente, que não estavam sendo bem representados em suas necessidades, o que criava insatisfações. Na realidade, isto estava gerando uma situação de conflito entre eles e, de certa forma, a falta de discussões abertas com toda a comunidade, e a própria expectativa ideológica, estereotipada, quanto à atuação de um grupo de associação de moradores pode ter sido responsável por esta situação.

Este, em particular, foi o ponto que pode nos ter prejudicado como novo grupo, pois este já tinha uma cara: a cara da Associação; os mesmos membros, as mesmas lutas; embora com vontades, esforços e metodologias renovadas. Isto pode também ter sido uma das razões para o afastamento das outras pessoas de nosso trabalho, uma vez que já havia história de um relacionamento insatisfatório entre a diretoria da Associação e o restante dos moradores. Talvez a falta de ações mútuas, coletivas e participativas, tenha inviabilizado nossa expansão. Quando tentamos problematizar isso junto ao nosso grupo, este se esvaziou ainda mais. E as razões só ficaram evidentes para nós, posteriormente. Embora tivéssemos tentado, a todo o momento, enfatizar que este seria um novo grupo, não mais o grupo da associação, não percebemos que essa inscrição já estava muito presente para esses moradores, tanto com relação ao tipo de trabalho que realizavam na comunidade, como com relação aos temas de estudo. Se fisicamente o grupo era o mesmo,

embora com número um pouco menor, e se sua atividade seria relacionada ao mesmo tema, era evidente que teríamos que lidar com as mesmas ideologias presentes no grupo anterior.

As ideologias são sistemas de idéias e conotações de que os homens dispõem para melhor orientar sua ação. São pensamentos mais ou menos conscientes ou inconscientes, com grande carga emocional, considerados por seus portadores como resultado de um puro raciocínio, mas que, no entanto, freqüentemente não diferem em muito das crenças religiosas, com as quais compartilham alto grau de evidência interna, em contraste com uma escassez de provas empíricas (PICHÓN-RIVIÈRE, 1998, P.127).

Segundo Pichón-Rivière (op. cit.), a análise sistêmica (dialética) das contradições do grupo, exercidas muitas vezes por ideologias de caráter ambíguo, contraditório, é tarefa essencial de qualquer grupo, devendo, tais ideologias, serem resolvidas mesmo durante as tarefas do grupo, sob pena de se constituírem em barreiras ao surgimento de soluções inovadoras. Além disso, essas ideologias podem validar estereótipos nas intra e inter-relações grupais, que podem transformar-se em sistemas rígidos de atuação que, dependendo do grau de ansiedade que geram, atuam como círculos viciosos, impedindo evoluções.

Assim, o problema anterior da diretoria da associação de moradores passou a ser nosso problema, pois representávamos, na teoria, o mesmo grupo. Tanto para os membros da diretoria como para a comunidade. Resolver os problemas de qualidade de vida era uma emergência. É por esse motivo que a participação da comunidade, que era um conflito para o grupo anterior, passou também a ser o nosso conflito, imposto tanto à figura da comunidade como a deles mesmos. A participação alicerçou, muitas vezes, a resistência à mudança, impondo entraves a todo o processo de pesquisa e ao próprio processo grupal. Basta lembrar que em várias reuniões a participação foi a pauta, impedindo que novas discussões surgissem, para fazer evoluir os processos do conhecimento e da criação. A falta de participação era uma característica para o grupo



anterior, sendo um problema abandoná-la enquanto característica grupal; mas se tornou um entrave ao grupo posteriormente criado, manifestando-se a todo o momento. Claro que essa situação foi muito angustiante também para nós, pesquisadoras acadêmicas. Nós também tínhamos uma expectativa quanto à participação, ao menos com a participação daquele grupo com que tínhamos contato. E o fato de ter que lidar com a participação como fator de insatisfação para o grupo, nos motivou a vencermos essa expectativa.

Obviamente que não poderíamos abandonar o tema forçosamente, impedindo que ele entrasse na pauta das reuniões. Havia certa emergência, certa necessidade por tratá-lo, explorá-lo, e mesmo que isso representasse um certo esmaecimento nas possibilidades de evolução do processo de pesquisa, foi preciso torná-lo um meio facilitador de alguns avanços significativos para o nosso grupo. É neste contexto que pudemos vivenciar, concretamente, um processo que fez de um apanhado de pessoas um Grupo, lembrando que isto dependeu de avanços e retrocessos.

Tanto quanto nos paralisou, a falta de participação nos uniu. Nos uniu porque nos obrigou a pensar que éramos fortes, que tínhamos nossos próprios ideais, que éramos capazes de realizar nossas tarefas. Isso ficou evidente na ocasião do evento realizado para agregar novos participantes. Naquele momento evidenciamos como o grupo estava crescendo como tal, já que havia uma sinergia de idéias, de falas, de opiniões, de paciência em ouvir as idéias do outro, de unir forças para agregar novas pessoas, entre outras.

Isso se fez também, em grande parte, por termos trabalhado juntos, de forma participativa e através do diálogo, para a realização deste evento, e por termos nos comprometido com algo que todos havíamos criado e nomeado: o GPC. Quando criamos esta sigla, nos unimos por ela. Nós passamos a nos identificar, criamos uma característica em comum: somos todos membros do GPC.



De certa forma isso nos ajudou a lidar um pouco com os medos do grupo: a falta de participação, historicamente reclamada, de insatisfação, foi substituída, em muitos momentos, pela constatação da capacidade do grupo já formado em desempenhar diversas tarefas que não contariam, necessariamente, com a participação de muitas pessoas. As falas do próprio grupo já demonstravam esse crescimento, durante a reunião posterior ao encontro para divulgação. Alguns dos membros disseram considerar muito interessante o esforço que nós, pesquisadoras acadêmicas, realizávamos, ressaltando que não importa o número de pessoas e sim a vontade de empreender e a discussão coletiva. Não podemos dizer, no entanto, que abandonamos essa preocupação ao longo de todo o processo de pesquisa. Aprendemos a lidar com ela, dentro de nossas insatisfações, buscando mecanismos ou formas de atuação que impedissem que a falta de participação engessasse nossas ações.

É neste sentido que considero importante, no decorrer da pesquisa, o estudo teórico do processo grupal, por parte do pesquisador acadêmico. Ao menos é preciso que o pesquisador/mediador esteja ciente de seu papel diretivo, melhor explicitado na dissertação da Isadora (ALMEIDA, 2005), tanto com relação ao processo educativo, mas também, e profundamente, nas mudanças que regem as relações grupais para que elas não se acanhem frente às ideologias, aos preconceitos, às determinações externas ao grupo. Ao mesmo tempo, o olhar do pesquisador/mediador deve estar atento também às inscrições internas ao grupo, ao jogo da dinâmica dos papéis, a situações de discussão que se tornem muito repetitivas e que impeçam o grupo de avançar em suas próprias propostas, reforçando assim o caráter de processo. É muito importante que o pesquisador possa desvelar essas relações, encaminhando o grupo à resolução de seus conflitos para que novas discussões possam surgir e amparar os mecanismos de mudança.



Embora grande parte dos dados coletados seja referente a essa perspectiva coletiva, é possível dizer alguma coisa sobre as características individuais dos atores da pesquisa. Realmente é difícil, como pesquisador sem experiência na área de estudos de psicologia de grupo diferenciar, entre os atores sociais envolvidos neste processo, os conflitos individuais de cada um. Mas especificamente quanto a esse grupo, mais uma vez podemos dizer que as inscrições externas eram tão fortes que continuaram regendo as relações internas do grupo. Por serem anteriormente da associação de moradores, esses indivíduos já possuíam papéis: presidente, diretor, secretário, etc. Todos esses são cargos, hierárquicos, que impõem algumas exigências e tarefas, papéis e ideologias.

Obviamente que no GPC não havia cargos. As relações eram, e precisavam ser, horizontais. E embora realmente houvesse respeito quanto à opinião, igualitária, de cada um dentro do grupo, parece que as tarefas não seguiam a mesma ordem. Os membros que anteriormente eram responsáveis pela divulgação, ou pelo contato com outras pessoas, aquisição de materiais, entre outros, parece que continuaram a manter tais atividades, como se ainda fossem os únicos responsáveis por isso. E alguns continuaram a manter o papel de ouvintes, ou expectadores, se limitando, neste novo momento, a expor sua opinião. O mais interessante é que essa situação era mantida sem qualquer discussão, ou seja, jamais outra pessoa se prontificaria a realizar uma tarefa que todos sabiam, tradicionalmente, ser de outro. Essa distribuição das tarefas da Associação de Moradores obedeceu, anteriormente, às características e à vontade dos membros. Neste novo grupo, porém, ela já era um reflexo, ou um condicionamento, da situação anterior que experimentavam, só sofrendo mudanças posteriormente, quando da necessidade do trabalho coletivo de pesquisa, onde todos foram responsáveis pela atividade, o que, de certa forma, horizontalizou as relações no grupo. Não se trata de imaginar que realmente os indivíduos não possuíssem preferências de atividades, relacionadas às suas próprias características pessoais, de personalidade,



mas apenas de considerar que o modo como continuavam se mantendo parecia espelhar a institucionalização dos papéis. Faz parte da operacionalização do grupo dividir tarefas, o que facilita o andamento dos trabalhos e possibilita maior voluntariedade no envolvimento com o trabalho coletivo.

No plano da co-gestão, espera-se que todas as decisões, para as diferentes tarefas de pesquisa e de ação, sejam tomadas por todos os atores. Isso é o nível mais difícil de ser alcançado porque é considerado como obrigação de decisão, às vezes, mesmo nos menores detalhes. [...] Parece que co-gestão participativa permanece um ideal.

Em resumo a implicação coloca o problema dos papéis. Não é necessário que cada um cumpra todas as funções, porque a PAIS é semelhante a um organismo vivo cuja riqueza de cada órgão tem um papel diferenciado, mas complementar. Assim, cada um desempenha a tarefa atribuída em função da repartição dos diferentes papéis, e isso, em perfeita harmonia (MORIN, 2004, p.132-133).

Obviamente que nossa entrada, como pesquisadoras acadêmicas, determinou pequenas mudanças neste esquema formal. É muito difícil para as pessoas, inscritas em situações hierárquicas em todos os níveis, acostumarem-se à horizontalidade das relações. E é óbvio que nosso papel como pesquisadoras era diferenciado. Tínhamos noção de que isso precisava ser levado em conta. Éramos da universidade, e carregávamos com isso a história desta relação. Encarnávamos ainda, por conta disto, o espírito do "saber é poder", caracterizado pela crença de que qualquer coisa que quiséssemos poderia ser conseguida através da universidade. E para nós foi uma dificuldade estabelecer a diferença entre diretividade e verticalidade. Para o resto do grupo, foi mais difícil ainda, e muitas vezes nos sentíamos como que forçadas a assumir o papel do chefe na organização. Nosso olhar foi mudando aos poucos quando da experiência com o processo grupal, e do entendimento de que diretividade é importante no caminho para desvelar conflitos, na introdução de um novo conceito para uma nova cadeia de discussões, na superação dos conhecimentos, na valorização dos sucessos do grupo,



ou seja, no entendimento e articulação de todo o processo educativo e na possibilidade de garantir ao grupo a horizontalidade.

Sabemos agora que somos apenas um lado (o dos sujeitos) do todo, em todos os planos da Sociedade, da Vida e do Universo. Um lado cujo outro lado não é o dos objetos passíveis de serem arbitrariamente "objetivados" pelo e para o nosso conhecimento, mas, sim, o múltiplo e complexo lado de outros sujeitos que nos desafiam a aprender a substituir a manipulação pela comunicação, o controle do outro pela interação com o outro, e a transferência de informações entre sujeitos desiguais pela troca de conhecimentos entre pessoas diferentes.(BRANDÃO, 2003, p.60).

E esses não são elementos de assimilação e compreensão imediata. Vão acontecendo ao longo do processo grupal, e por isso é importante ao pesquisador acadêmico a reflexão teórica dessas possibilidades. É claro que ele sempre irá lutar com o imprevisível, afinal, assim são as relações. Mas conhecer melhor o seu papel e até que ponto a sociedade e as relações sociais oprimem e imprimem comportamentos estereotipados, individuais e coletivos, facilita o trabalho de pesquisa e auxilia nos mecanismos dinâmicos desta metodologia, que assim pode criar mais do que grupos, pode expandir novos tipos de relação, com o homem e com o ambiente. Assim relata também um dos participantes, entrevistado sob o ponto de vista da análise do processo:

"Fica mais fácil quando a gente percebeu que todo mundo podia dar opinião, que todo mundo podia ter idéia, podia pensar. E que todo mundo ia ouvir. Quem tem mais experiência dá idéia melhor, né. Mas mesmo quando saía discussão a gente sabia que ia ter que chegar, não era só pra brigar."

É importante destacar aqui que no ano de 2005 uma nova diretoria para a Associação de Moradores está eleita. Discutindo em grupo essa questão, e ressaltando a importância da participação e do conhecimento do GPC sobre os problemas enfrentados para a mobilização, um dos projetos de continuidade é relatarmos à nova diretoria os conhecimentos

relativos ao bairro, produzidos pelo grupo. Outra intenção do GPC com o novo grupo da Associação é tentar discutir mais aprofundadamente a idéia de participação, como contribuição deste grupo para a organização mais efetiva da comunidade do bairro.

O novo grupo: a escola

Após a coleta de dados, que serão narrados em outro momento, o GPC sentiu a necessidade de uma reestruturação. Já estávamos com os dados em mãos, estudados e analisados, e agora precisávamos colocar as ações em prática! E nesse momento surgiu novamente o "fantasma" da falta de participação. Nas últimas reuniões relativas à análise dos dados, descobrimos, todos, que seria muito difícil continuarmos o trabalho sem que tivéssemos alguns colaboradores para a realização de algumas tarefas mais práticas, relacionadas à divulgação e às ações ambientais que estavam sendo discutidas a partir dos dados. Segundo Angel (2000), uma pesquisa participativa pode contar também com colaboradores, quando já construídos o tema e um objetivo de trabalho, necessitando de um grupo mais amplo para executá-los. Essa autora diferencia "participantes" de "colaboradores" na pesquisa-ação. Trata-se de uma diferença com relação à intensidade de participação: colaboradores têm menor participação na tomada de decisões do que os participantes mais comprometidos com o processo. A relação com o grupo de colaboradores é diferenciada, uma vez que o projeto participativo não foi elaborado ou pensado diretamente por eles. No entanto, mesmo com o papel colaborativo e, no nosso caso, embora já tivéssemos executado uma investigação, queríamos que a participação do novo grupo fosse proveitosa para os dois lados. Era muito claro que não conseguiríamos novos participantes entre os membros da comunidade, pois nossos esforços para isso não tinham tido resultado positivo e não poderíamos insistir nessa ação sob o risco de não avançarmos em nosso projeto. Uma



nova fase de convocação seria muito exaustiva e desgastante para o grupo, que se encontrava bem estruturado na conformação atual. Precisávamos de colaboradores e queríamos que estes fossem pessoas que pudessem nos ajudar, mas que também aproveitassem dos resultados de nossas pesquisas. Por esse motivo, e pela grande vontade de todos os membros do grupo, decidimos procurar a escola. Em nossa avaliação, aquele era o espaço perfeito às nossas necessidades de compartilhar as informações geradas em nosso trabalho coletivo, pois poderíamos trabalhar nossos temas, conseguir colaboradores para as ações e criar muitas formas de participação, mesmo que esse grupo não tivesse estado conosco em todas as fases do processo de investigação. Além disso, nos justificava o desafio de inverter o processo de produção-transmissão/apropriação de conhecimentos: da comunidade para a escola.

A escola e a comunidade

É preciso destacar a importância da escola estadual Padre Antonio Jorge Lima para o Bairro Nobuji Nagasawa. Esta escola, segundo relatos dos moradores, foi uma reivindicação de toda a população da região, quando da construção do novo bairro, uma vez que milhares de pessoas se mudariam para o local que não possuía infra-estrutura suficiente para suportar esse aumento populacional. Em 2000 foi construída a nova escola, com o intuito de oferecer vagas a alunos de toda a região.

Durante o desenvolvimento de nossas ações no bairro, tivemos oportunidade de observar que a escola é mais do que um espaço educacional para o bairro: é um ponto de encontro dos moradores. Em algumas das informações colhidas pelo GPC em suas entrevistas, que serão mais detalhadamente apresentadas no decorrer deste estudo, a escola é uma referência para a comunidade no que diz respeito ao lazer, já que, com a falta de equipamentos públicos relacionados a esse



indicador de qualidade de vida, é na escola do bairro que as crianças vão nos fins de semana: jogam bola, encontram os amigos, têm aulas de computação, dança, música, entre outras. De fato, para essa comunidade, a escola é um ponto de referência significativo e, por isso, um local privilegiado para a realização de qualquer trabalho relacionado ao bairro. Por isso, os integrantes do GPC há muito vinham insistindo na idéia de aliarmos a escola às nossas pesquisas. Sabíamos, no entanto, que esta articulação dependeria do relacionamento dos dois novos grupos de participantes: os professores e os alunos.

Os professores

Desde que decidimos procurar a escola, percebemos que um bom relacionamento e envolvimento com os professores seriam essenciais para que a formação desse grupo de colaboradores fosse produtivo. Nosso primeiro contato foi com a Diretora da Escola Estadual Padre Antônio Jorge Lima, a Profa Élide Maria Farias C. da Fonseca. Assim que entramos em contato com ela, nos convidou a participar de duas reuniões de HTPC na escola.

A reunião do período da manhã foi muito tranqüila. Eu e Isadora éramos as únicas que poderiam comparecer, pois os outros participantes estariam em horário de trabalho. Fomos bem recebidas pelos professores, a maioria de quinta série a terceiro ano do ensino médio. Expusemos nosso trabalho, apresentamos o GPC, contamos tudo sobre nossos temas de pesquisa e tudo o que pretendíamos para a escola. Previamente preparamos um material (no quadro a seguir), um projeto, contando um pouco sobre o que gostaríamos de realizar; e o entregamos a eles.



História ambiental e qualidade de vida no Bauru 2000: a comunidade e a escola

Em Novembro de 2003 alunas do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Ciências da UNESP, convidaram os moradores do bairro Nobuji Nagasawa, Bauru 2000, para constituírem um grupo de pesquisadores comunitários. A criação do GPC (Grupo de Pesquisadores Comunitários) consolidou a parceria entre a instituição UNESP e membros da associação de moradores do bairro, para um trabalho coletivo de pesquisa-ação. O objetivo foi envolver este grupo na pesquisa da realidade social e ambiental do bairro, para refletir e analisar conjuntamente os dados obtidos pelo diagnóstico, assim como propor e realizar ações. Os temas gerais, objetos de nossa pesquisa, contemplaram a história das modificações ambientais no bairro e o levantamento dos indicadores de qualidade de vida daquela comunidade.

Neste ano, no estudo da história do bairro, o grupo veio coletando, por meio de entrevistas com a comunidade e de documentos oficiais, informações sobre a caracterização do local, anteriormente à construção do conjunto habitacional, assim como a história da ocupação desse ambiente revelando o sentimento e percepções dos moradores que passaram a conviver neste espaço urbano.

No estudo da qualidade de vida as entrevista com os moradores também mostraram as necessidades e aspirações da comunidade quanto às questões relacionadas à saúde, segurança, educação, lazer, transporte, saneamento básico e outras.

A partir deste diagnóstico inicial o GPC vem planejando ações tanto de divulgação da pesquisa realizada como de resolução dos problemas diagnosticados como prioritários para a comunidade. Neste sentido, propõe-se para esta etapa o envolvimento da Escola Estadual Padre Antônio Jorge Lima. Os objetivos desse projeto são:

- Promover um intercâmbio entre comunidade e escola
- Socializar os conhecimentos gerados pelo GPC com a comunidade escolar
- Envolver professores e alunos no planejamento de atividades educativas e sociais para melhorias ambientais do entorno da escola.
- Desenvolver junto aos professores e alunos um projeto interdisciplinar considerando os temas em questão.
- Sensibilizar a comunidade para que a partir do conhecimento de sua própria história no bairro, reconheça seu papel social e de responsabilidade ambiental reflexionando sobre a construção de um bem estar coletivo.
- Promover um evento para a comunidade de finalização das atividades com os resultados alcançados.

Sugestões de atividades:

- Concurso de história em quadrinhos sobre a história das transformações ambientais e das necessidades atuais da comunidade.
- Expressões artísticas sobre os temas
- Visita de reconhecimento do ambiente do bairro (mapeamento ambiental)
- Palestra sobre o cerrado, o rio, resíduos sólidos, planejamento urbano.
- Plantio de mudas nas áreas verdes
- Dia da limpeza
- Atividades de informação para a comunidade: visita às casas do bairro; distribuição de informativos; etc
- Entre outras...

Nossa preocupação, ao escrever esse projeto, foi deixar os passos relativos às atividades muito livres, para serem criados junto com os

professores, para permitir que participassem mais ativamente do processo. Eles demonstraram interesse, deram algumas idéias, se dispuseram a ajudar. Mas o que pudemos perceber é que esperavam ações mais práticas, esquematizadas, ou seja, a maioria deles não queria construir atividades em conjunto, pelo contrário, queriam nossas propostas, prontas, para execução. Alguns, no entanto, já desenvolviam trabalho com temas muito próximos aos nossos e se mostraram dispostos a ajudar a melhorar as atividades. E então foram surgindo algumas idéias.

A Diretora apresentou-nos um projeto que a escola realiza todos os anos: a feira de trabalhos escolares – FETESC. Ela propôs que desenvolvêssemos, com nossos temas, algum trabalho que pudesse ser exposto na feira, como uma forma de divulgar nossas atividades. Gostamos da idéia, pois já tínhamos pensado em realizar um evento final, de divulgação dos dados coletados em nossos trabalhos, etapa proposta pela metodologia da pesquisa-ação. Desta forma, concordamos com a proposta da Diretora.

A reunião com os professores do período da tarde, no entanto, não foi a mesma coisa. Não fomos tão bem recebidas pelos professores. Já sabíamos que existe uma resistência grande dos professores em desenvolver projetos na escola junto com alunos universitários. É preciso reconhecer que essa resistência é fruto da história de inserção dos acadêmicos nas escolas públicas; pudemos sentir isso nesse encontro. Vários pesquisadores têm escutado dos professores, com bastante razão, que as pesquisas realizadas na escola têm tido, em geral, uma postura utilitária com relação a ela: dados são coletados, textos críticos são escritos, mas a escola não tem recebido, por parte dos pesquisadores, nenhuma contribuição concreta, resultante dos trabalhos de pesquisa. Sentindo essa resistência por parte dos professores, tentamos apresentar nosso projeto para a escola, porém fomos, o tempo todo, intensamente argüidas. Os professores reclamaram do tempo que teriam que dedicar a essa atividade, diziam ter trabalho demais, sendo impossível que ficassem



responsáveis por mais este projeto. Sendo assim, nos comprometemos em realizar, nós mesmas, todas as tarefas necessárias; nos comprometemos em trazer as idéias das atividades mais preparadas, caso os professores pudessem nos ajudar, mas eles continuavam muito resistentes. No entanto, tantas foram as perguntas e questionamentos que, acredito, pudemos expor com muito mais clareza as propostas do grupo: nossos objetivos e dinâmica de trabalho. Embora os professores não se mostrassem interessados, a apresentação de nossa proposta foi para nós um desafio, pois pudemos enfrentar com argumentos, todos os questionamentos, provocações e recusas dos professores. Ao final, ficou decidido que eles nos ajudariam como pudessem, mas saímos com a expectativa de que eles não iriam participar. Embora estivéssemos preparadas para essa resistência, foi difícil vivenciá-la, mas já contávamos com a participação dos professores do período da manhã.

A escola mantém alguns projetos muito próximos do que estávamos propondo. Já havia sido feito, por exemplo, um mapeamento ambiental no bairro com os alunos do segundo ano do ensino médio, que descobriram um rompimento na tubulação de esgoto, razão pela qual este estava sendo diretamente lançado no rio que atravessa o bairro, o Córrego Barreirinho. Esse problema foi tratado por eles nas aulas da professora de ciências, e através de um ofício para o Departamento de Água e Esgoto da cidade, conseguiram que o problema fosse resolvido. Em outra atividade, realizada nas aulas de educação artística, a professora propôs uma ação referente ao grave problema do lixo no bairro e os alunos confeccionaram um folheto para ser distribuído para a comunidade, com o objetivo de conversar com as pessoas e informá-las sobre o problema. Eles já haviam realizado também, com a mesma professora, uma atividade fotográfica com o tema "Nobuji Nagasawa, um bairro em construção e mudança", e haviam tirado fotos das casas e da infra-estrutura do bairro.



Todas as atividades realizadas por professores e alunos no entorno da escola nos empolgou. Eles já realizavam atividades relativas aos nossos temas, mesmo que não estivessem pensando sob o mesmo ponto de vista. Conversamos muito com a professora de Educação Artística, pois ela expressou-nos sua vontade de continuar o trabalho das fotos e, para nós, era uma grande oportunidade de aliarmos novos participantes para as ações.

Essas eram algumas das possibilidades a serem exploradas. Quando chegamos na escola tínhamos muitas idéias na cabeça, mas sabíamos que as coisas aconteceriam de maneira mais prática, a partir também das possibilidades e necessidades deste novo grupo da escola, dos professores e dos alunos. Aos poucos, nosso envolvimento com a escola tornou-se cada vez mais constante e intenso, partilhamos das dificuldades impostas a este sistema e fomos observando que nossos objetivos foram se emoldurando pelas possibilidades de realização na vida escolar. Isto é, observamos nossas idéias de atividades se transformando e o projeto inicial, entregue aos professores no primeiro dia, se modificando, à saber:

Atividades para realização na escola

Participação no concurso da Bandeira da escola:

- características e procedimentos da criação de uma bandeira;
- o que representam algumas bandeiras importantes;
- história do bairro e da escola como assunto interessante na orientação da criação da bandeira;

Oficina de fotografia:

- palestra sobre fotografia e seus procedimentos técnicos e artísticos;
- passeio pelo bairro com o propósito de realizar fotos que tratem das questões de qualidade de vida do bairro;
- problematização sobre um dos temas escolhidos nas fotos;
- elaboração de um plano de ação a partir do tema escolhido.

O que pretendíamos, inicialmente, era que esse novo grupo pudesse participar mais intensamente de todo o projeto. Por isso sempre tivemos a preocupação de tentar construir, com aquelas pessoas, todas as



atividades, e aceitar as novas idéias construídas por esse grupo. Por esta razão, também, não chegamos à escola levando um rol de atividades prontas. Sabíamos que poderíamos contar com a adesão de diferentes professores, do ensino fundamental ou do médio; do professor de ciências, português, de matemática, bem como da ajuda do corpo administrativo da escola, como as secretárias, a diretora, e a coordenadora. Vivemos, como nos ensina Angel (2000), em uma investigação onde o tema de ação já estava pré-estipulado e que portanto é importante que o objeto de investigação, ou no nosso caso, de ação, se ajuste às características do grupo colaborativo. E essa foi nossa intenção: abrir um grande leque de possibilidades de ação para que esse variado grupo fosse o mais participativo possível. É claro que encontramos muita resistência, o que significa dizer que, mesmo procurando diversificar os trabalhos, não tivemos toda a adesão que queríamos.

Os alunos

Outra preocupação, ao procurarmos a escola, era a construção da relação com os alunos que se envolvessem no trabalho. Embora tivéssemos realizado atividades mais gerais, para as quais foram convidados todos os alunos da escola, definimos como parceiros um grupo que já estava envolvido com temas semelhantes aos nossos. Lembremos que as classes de segundo ano do ensino médio já trabalhavam com temas de qualidade de vida, embora não colocadas desta forma, e tinham intenção de continuar este estudo. A professora de educação artística, desde o início, mostrou-se muito interessada com o trabalho, sendo responsável pelos projetos em andamento: contamos com a ajuda da mesma para entrarmos em contato com esses alunos.

Procuramos os alunos das duas salas de segundo ano do ensino médio para agregar novos participantes em nossas propostas de ação



ambiental no bairro. Assim, precisávamos envolver os alunos diretamente nos temas, informando-os sobre o que havíamos feito até então.

Tínhamos claro que o tipo de relação que manteríamos com os alunos seria de professor-aluno. Naquele ambiente, era isso o que representávamos para eles. Entendemos que toda pesquisa realizada pelo GPC poderia ter novo sentido.

Mais um grupo: alunos e professores do Curso de Arquitetura

Antes mesmo que pudéssemos realizar, junto com alunos e professores, qualquer ação mais efetiva no bairro relacionada à qualidade de vida, encontramos outro grupo interessado nesta questão: um grupo de alunos e professores da Faculdade de Arquitetura da Unesp de Bauru.

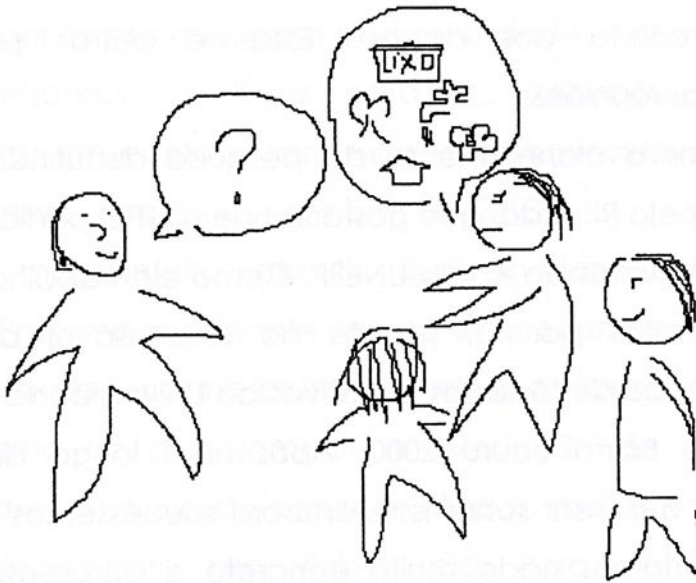
Ao procurarmos viabilizar uma das idéias que estávamos planejando sobre um dos indicadores de qualidade de vida, encontramos uma professora do curso de Arquitetura, a Profa Ms. Silvana Aparecida Alves, tutora de um projeto de extensão cuja ação está focada justamente no bairro Nobuji Nagasawa. O Arquihab, arquitetura habitacional, como é chamado, é um grupo formado por professores e alunos do Curso de Arquitetura, que desenvolve alguns projetos em parceria com membros da comunidade para melhorar a qualidade ambiental do bairro. Já tínhamos conhecimento informal sobre este grupo, pois quando começamos a trabalhar no bairro soubemos que havia um grupo da Unesp construindo uma maquete para uma Praça. Como o Projeto aparentemente não teve continuidade, acreditamos que aquele grupo não estivesse mais trabalhando no bairro. Porém, eles continuavam com essa intenção, tendo, inclusive, novos projetos para serem desenvolvidos. Nos encontramos quando percebemos que ambos estávamos pretendendo ações semelhantes para uma mesma área: a revitalização das vielas.



Com esse grupo, uma nova relação precisava ser mantida. Sabíamos da dificuldade em se lidar, de forma participativa, com um grupo já formado. Principalmente por ser este um grupo técnico-profissional empenhado na realização de projetos arquitetônicos. A parceria com a comunidade, para eles, não está na elaboração dos projetos, mas sim na aceitação desses projetos por parte da comunidade. Isso significa dizer que os projetos são preparados pelos estudantes e, concluído, é apresentado a comunidade, possibilitando a adesão, ou não, dos moradores, que devem então, com recursos próprios, executar o projeto. Ou seja, a intenção do grupo Arquihab é, acima de tudo, valorizar o papel e o trabalho do profissional em arquitetura. Portanto, é com essa intenção que eles nos vêm, além da possibilidade de contar com ajuda para a execução de suas propostas. De nossa parte, sabíamos das dificuldades para se revitalizar um espaço público. Embora esta fosse nossa intenção, nossa articulação com esse novo grupo traria também a possibilidade de compartilhar responsabilidades, pois todos queríamos a revitalização das vielas. Esse foi nosso maior desafio na fase final do projeto: incentivar a participação de alunos e professores na elaboração da execução do projeto de melhorias das vielas, apresentado em detalhes no Capítulo 6 deste estudo.



Construção coletiva de indicadores de qualidade de vida: o processo de pesquisa



Queremos saber, queremos viver
Confiantes no futuro
Por isso se faz necessário prever
Qual o itinerário da ilusão
A ilusão do poder
Pois, se foi permitido ao homem
Tantas coisas conhecer
É melhor que todos saibam
O que pode acontecer

Queremos saber, queremos saber
Todos queremos saber.

Gilberto Gil - "Queremos saber"

O trabalho coletivo sobre o levantamento de dados relativo à história de ocupação do bairro e aos indicadores de qualidade de vida com algum sentido para os moradores, teve início com o planejamento da própria coleta: que técnicas e instrumentos utilizaríamos? Como entendíamos o método de investigação? Quantas pessoas estariam envolvidas na coleta dos dados? Essas e outras preocupações permearam nossas reuniões.

Começamos o planejamento da pesquisa discutindo sobre uma proposta trazida pelo Ricardo, que gostaria que o GPC participasse de um programa de entrevistas da Rádio UNESP. Como ele trabalha na UNESP e tem muitos contatos por lá, propôs ao responsável do programa apresentar um pouco de todas as iniciativas da Universidade com relação ao ambiente do Bairro Bauru 2000. Após uma longa discussão, nos comprometemos a pensar sobre isso, embora soubéssemos que naquele momento não teríamos nada muito concreto a apresentar. Havíamos acabado de consolidar o grupo, entrávamos agora na fase de organização da investigação, mais especificamente na fase de organização da coleta de dados, e avaliamos que para apresentar algum resultado, precisávamos produzi-lo.

Naquele momento discutimos sobre a divulgação de nossos trabalhos: os participantes do grupo achavam que não deveríamos divulgar mais amplamente o que estávamos realizando, porque "corríamos o risco de sermos copiados". Percebemos que essa preocupação relacionava-se à possibilidade de aproveitamento político eleitoral de nossas atividades. Na verdade, os participantes não gostariam que nossas idéias fossem "copiadas" por outras pessoas, principalmente por políticos em campanha, porque acreditavam que eles poderiam se apropriar do projeto com o propósito de conseguir votos, já que a eleição aconteceria logo. Por serem membros da Associação de Moradores tinham certo contato com o meio político e um pouco de desconfiança, já que raramente conseguiam apoio para a realização das



propostas da Associação. Mas, ao final da discussão, houve consenso de que quanto mais pessoas trabalhassem em grupos comunitários de pesquisa como o nosso, mais oportunidades surgiriam para que outros se beneficiassem com esse tipo de experiência. Esse assunto trouxe, novamente, para discussão no grupo, a falta de participação dos outros moradores e concluímos que, para cada atividade, tentaríamos conseguir novos colaboradores, auxiliares para a execução dos trabalhos. Decidimos entrar em contato com mais pessoas, inclusive para dividir as tarefas e não sobrecarregar os membros do GPC.

Não é meu intuito discutir aqui, novamente, o tema da participação. Porém é importante lembrar que, embora a metodologia preconize a ação do mesmo grupo em todos os passos da pesquisa, da escolha do tema ao planejamento e execução da ação, é preciso salientar que a efetivação de algumas etapas, muitas vezes, necessitam de colaboradores para sua viabilização. Para nós, entender essa necessidade foi importante. Conhecendo as etapas da pesquisa e entendendo-as em sua fundamentação, pudemos avaliar a necessidade, a vontade legítima do grupo, na socialização dos métodos e no engajamento de outras pessoas no processo. Segundo Morin (2004), a finalidade geral de um projeto de pesquisa-ação só pode se concretizar-se em objetivos ulteriores mais específicos, sugeridos pela execução das tarefas. Ou seja, para alcançarmos nossos objetivos pré-estabelecidos, relacionados aos temas de pesquisa, alguns outros objetivos foram sendo identificados, ou mesmo desmistificados, ao longo do trabalho de investigação, relacionados à execução das tarefas. Obviamente que o incentivo à participação vinha sendo um objetivo a ser alcançado. A coleta de dados foi o momento que deu início às reflexões mais contextualizadas sobre participação, entendendo as dificuldades e buscando o maior nível de adesões.



Gostaria de refletir aqui um pouco sobre a prática da pesquisa participante, advinda da nossa experiência com ela. Afinal, segundo Demo (2000), teoria necessita de prática, e vice-versa. Ou seja:

[...] teoria tem pretensões universalizantes, enquanto prática é localizada; esta, ao mesmo tempo em que diminui a teoria, tem a vantagem de a realizar; aquela ao mesmo tempo em que se sente traída em toda prática, tem a vantagem de apontar para a crítica alternativa; para renovar-se, toda prática carece voltar para a teoria, onde descobre que sua prática era uma entre outras e sempre incompleta; a pretensão de completude da teoria é apenas pretensão, mas como utopia negativa exerce o papel de crítica permanente às histórias concretas, pois essas nunca esgotam a riqueza visualizada na teoria [...] (DEMO, 2000, p. 111).

Esta discussão, dialética, reforça a idéia de que teoria ou, neste caso, o método, não pode e não deve ser engessante. Obviamente que o rigor metodológico deve ser um objetivo, dada a importância em conceituar a pesquisa a partir de padrões científicos, o que imprime relevância aos conhecimentos e práticas. Porém, e no caso de metodologia tão particular, o método é instrumento norteador, sendo que a criatividade e o imprevisto que parte da prática, da contextualização com o real, são também ferramentas de trabalho e podem determinar o sucesso dos trabalhos. Trata-se, pois de entender porque muitas vezes a teoria precisa ser compreendida à luz das possibilidades e necessidades práticas, para alcançar seus objetivos. As teorias devem ser capacitadoras da prática concreta porque, por elas, construímos de maneira mais consciente nossa prática. As necessidades da prática investigativa são inegáveis, e o pesquisador, conhecendo bem o método, tem maior autonomia para avaliar de que forma ele pode ser flexível ao modelo de realidade que se apresenta, a fim de obter os melhores resultados. Como nos diria Morin (1996) a ciência erra quando supõe uma estrutura da realidade pouco real e, ao pretender sua exploração analítica, obriga-a a curvar-se ao método, enquanto que o método é que deveria estar a serviço da captação da realidade. Esse foi nosso norteador neste

trabalho. Sempre amparadas pela capacidade elaborativa e criativa do método e, cientes de seus objetivos e das suas potencialidades, buscamos vivê-lo na realidade concreta contextualizada, avançando em nossa formação, como pesquisadoras acadêmicas, e na formação destes novos parceiros, os pesquisadores comunitários. Para eles, muito mais do que para nós, a pesquisa precisava ser alternativa prática à consolidação dos trabalhos, e jamais uma "ditadura do método". Afinal, são pessoas que lidam com a prática de ação em seu cotidiano e sistematizar esse trabalho era importante, mas nunca a ponto de permitir a cristalização dos métodos, impossível pela complexidade das relações. Queríamos que para eles a pesquisa representasse uma nova alternativa, tanto relacionada ao modo de trabalho na pesquisa-ação, enquanto grupo, como nos métodos de coleta de dados.

Para iniciar o trabalho de coleta de dados, portanto, o primeiro passo seria esclarecer as questões metodológicas representadas pelos caminhos ou etapas da pesquisa científica e recolocar aos participantes o papel social da ciência no mundo contemporâneo.

Conhecendo a metodologia de coleta de dados

Essa discussão esteve em pauta algumas vezes, mas era importante que a retomássemos para definir a metodologia de nossa pesquisa coletiva. As discussões sobre a ciência e o seu papel social destacaram a importância da curiosidade, da criatividade e da criação e retomamos os passos sistemáticos da pesquisa. Entramos então no tema metodologia, e explicamos, Isadora e eu, que o método precisaria estar de acordo com o tipo de dados que gostaríamos de coletar. As decisões foram sendo tomadas por todo o grupo. Percebemos, coletivamente, que a melhor forma de coletar as informações sobre a história do bairro e sobre qualidade de vida seria através de depoimentos, entrevistas nas quais poderíamos conversar mais diretamente com as pessoas do bairro,



coletando informações sobre os temas propostos. Decidimos também que algumas informações poderiam ser buscadas nos órgãos públicos, como a Prefeitura e suas Secretarias, que poderiam ter dados oficiais quantitativos e qualitativos importantes sobre o bairro.

Iniciamos a organização das entrevistas discutindo suas possibilidades: entrevistas individuais, em grupos, estruturada em um questionário, como uma "conversa", etc. Percebemos que os membros do GPC já tinham uma grande experiência com entrevistas. Como moradores do bairro, estavam acostumados a participar, como entrevistados, de algumas pesquisas de opinião, ou mesmo de pesquisas acadêmicas realizadas pelos estudantes das universidades. O bairro Bauru 2000 é intensamente procurado pelos estudantes para a realização dos trabalhos acadêmicos. Naquele momento a contribuição do grupo foi essencial para o entendimento sobre a proposta metodológica: as experiências dos moradores com entrevistas eram, na avaliação dos membros do grupo, frustrantes; diziam-se cansados de responder a longos questionários, com questões complexas, constrangedoras, e muito difíceis para eles. De imediato, se colocaram contra o uso do questionário.

Aqui se configura outra característica importante do pesquisador acadêmico nesta metodologia: ele deve estar aberto, atento, disponível e à escuta do outro. Segundo Morin (2004, p.133) "essa atenção aos outros exige uma capacidade de viver a incerteza e de reconhecer o caráter único de cada situação". Embora assumindo nosso papel diretivo, tínhamos que lidar com as experiências do grupo, que poderiam ser contrárias ou favoráveis aos métodos que proporíamos. A diretividade neste caso não é, portanto, a imposição de uma idéia, mas a elaboração de uma linha de discussão coletiva, que leve o grupo a verbalizar seus pontos de vista, por esta ou aquela experiência, na busca de decisões compartilhadas. Neste caso, por exemplo, a experiência do grupo com os questionários era um ponto que precisava ser conhecido e debatido por todos para, enfim, transformar-se em prática alternativa elaborada pelo



coletivo. Assim, o papel do pesquisador acadêmico é o de "co-autor, e ele tem de descobrir a experiência dos outros e aceitá-la como válida e capaz de contribuir para as soluções dos problemas" (MORIN, 2004.).

Decidimos então trabalhar com entrevistas semi-estruturadas, nas quais o uso de um roteiro com algumas questões ou temas pertinentes orienta a conversa para que não sejam esquecidos os objetivos da pesquisa. Essa discussão precisou ser mais aprofundada quanto ao entendimento dos dois temas principais: a história do bairro e os indicadores de qualidade de vida. Ficou claro a todos os participantes que as questões históricas deveriam ser tratadas por uma conversa informal, o que possibilitaria que o depoente fosse guiado pela sua própria memória, para que as lembranças fossem fluindo na conversa. Assim sendo, teriam a oportunidade de contar suas histórias pessoais sem precisar, necessariamente, falar sobre os temas específicos pensados por nós. O estudo que a Isadora tinha realizado sobre história oral e memória ambiental (ALMEIDA, 1999) nos inspirou nessa discussão. No tema da qualidade de vida, por outro lado, o roteiro seria necessário para que o entrevistador não esquecesse os pontos a serem discutidos, relacionados aos indicadores sociais de qualidade de vida: educação, saúde, saneamento básico, transporte, segurança, lazer, moradia, vias públicas. Meus estudos sobre qualidade de vida (JANKE, 2002) muito contribuíram para que pudéssemos destacar esses indicadores, o que não impediu que novos indicadores de qualidade de vida surgissem nas entrevistas; sabíamos que essa identificação está fortemente relacionada aos significados de qualidade de vida para os diferentes atores sociais.

Sobre a elaboração do roteiro, é importante ainda destacar alguns pontos. O roteiro sobre os indicadores de qualidade de vida foi elaborado, inicialmente, tentando dar ao entrevistado a oportunidade de se manifestar à idéia de qualidade de vida, de forma muito espontânea. Isso significa dizer que as perguntas iniciais deveriam ser amplas, abertas, genéricas. Nessas perguntas os indicadores ainda não apareceriam como



temas. Decidimos que iniciariamos a "conversa" assim: 'como é viver aqui no bairro?', 'o que você mais gosta na vida aqui no bairro?' Ou 'o que você menos gosta?', etc. Nossa intenção inicial foi tentar que os indicadores de qualidade de vida surgissem da própria leitura dos moradores sobre o ambiente e sua vida no bairro. A seguir, e dependendo destas respostas iniciais, os indicadores identificados pelo grupo, e assinalados anteriormente, poderiam ser lembrados pelo entrevistador ao longo da conversa, possibilitando a sua interpretação por parte do entrevistado.

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SOBRE QUALIDADE DE VIDA

1. Como é viver no bairro? Você gosta ou não de morar no bairro?
2. O que você mais gosta do bairro e o que você menos gosta?
3. Caso não apareça nada sobre, por exemplo: transporte, lazer, educação, segurança, moradia, etc, pode ser perguntado mais especificamente:
4. O que você faz para se divertir aqui no bairro?
5. Qual sua forma de locomoção? É bom?
6. Você consegue encontrar tudo o que necessita aqui no bairro?
7. Você utiliza o posto de saúde mais próximo? Você tem plano de saúde?
8. Você se sente seguro/a morando aqui?
9. Você acha que o seu bairro é limpo e bem cuidado?
10. Você utiliza as áreas verdes do entorno do bairro? Você acha que o bairro é bem arborizado?
11. Você está satisfeita com sua casa? E sobre o saneamento básico, esgoto, fornecimento de água, energia elétrica, etc?
12. O que você acha que poderia melhorar no bairro? De exemplos de como poderiam ser feitas essas melhorias.

Obs: no caso das entrevistas sobre qualidade de vida, as perguntas podem ser feitas mais objetivamente (diretamente, como estão no roteiro), no entanto é importante perceber o momento certo em que elas devem ser feitas. Devemos ouvir o entrevistado, suas opiniões completas sem muita interrupção e a partir do que ele diz, devemos encaixar as perguntas.



ENTREVISTA – QUALIDADE DE VIDA

NOME DO PESQUISADO _____

DATA: _____

NOME DO ENTREVISTADO:	
IDADE:	
POSIÇÃO FAMILIAR:	
QUANTAS PESSOAS MORAM NA CASA:	

SAÚDE	
EDUCAÇÃO	
LAZER	
TRANSPORTE	
SEGURANÇA	
LIXO	
ÁREA VERDE	
MORADIA	
INFRA-ESTRUTURA	
SANEAMENTO BÁSICO	

Obs: Caso os entrevistados se refiram a outros temas sobre qualidade de vida, devem ser anotados nas linhas finais reservadas para este fim.

DICAS PARA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

1. O entrevistador deve se apresentar (como integrante do grupo de pesquisadores comunitários – GPC) e explicar as intenções da entrevista (conhecer a história do bairro desde antes de sua origem até dias atuais; pesquisar sobre as necessidades e desejos dos moradores do bairro – qualidade de vida)
2. O entrevistador deve se referir ao entrevistado sempre pelo nome
3. O entrevistador deve pedir permissão para gravar a conversa e pedir que assine o termo de permissão
4. A entrevista deve ser como uma conversa bem solta para que o entrevistado se sinta à vontade de contar sua história
5. O roteiro servirá neste caso somente como um guia para ajudar o entrevistador a estimular a conversa.
6. O acompanhante do entrevistador deve anotar no roteiro:
 - a. o nome do entrevistado
 - b. idade
 - c. qual a papel na família (se esposa, marido, filho, etc)
 - d. quantas pessoas tem na família que moram no bairro
 - e. deve estar muito atento e anotar às reações do entrevistado como: emoção; como o entrevistado se refere às coisas do passado (se com saudades, raiva, felicidade, tristeza, indiferença, etc);
7. O entrevistador deve estar atento ao término da fita e utilizar o outro lado se precisar. O uso do gravador é simples: basta apertar o REC para começar a gravação do início da fita.
8. O gravador deve estar em posição que capte bem a conversa.
É importante agradecer pela entrevista e dizer que ela servirá para nossos estudos que serão apresentados para toda a comunidade posteriormente.
Perguntar se o entrevistado conhece mais pessoas que poderiam contar sobre a história do bairro (pessoas mais antigas). Assim podemos construir a "rede de entrevistados."



Isadora e eu ficamos responsáveis por organizar os itens discutidos em forma de roteiro e trazê-los ao grupo para que as entrevistas pudessem ser iniciadas. É importante destacar que essa era nossa colaboração. Além de imprimir alguma diretividade nas discussões, embora neste momento estivéssemos trabalhando a partir da experiência dos próprios membros do grupo, nosso papel prático, como membros deste grupo de pesquisa, era trazer nossos conhecimentos sobre o método e, mais especificamente aqui, na elaboração do instrumento de pesquisa, o roteiro para entrevista. É nesse ponto que as especificidades e as experiências próprias se tornam importantes no trabalho de pesquisa-ação. Cada um pode, e deve, desempenhar suas habilidades de forma a facilitar e fazer evoluir o trabalho em grupo.

A atribuição dos papéis para cumprir as tarefas permite justamente eficácia na execução do projeto. Se um professor de universidade se juntar a um grupo, ele poderá, por exemplo, assumir certas tarefas na elaboração de instrumentos de pesquisa para coletar os dados, sem impedir a participação de outros atores. Os que são excelentes animadores terão como tarefa a de organizar as reuniões de pesquisa ou os encontros de coleta de dados. Alguns poderão redigir as atas de reunião, com sistema de rodízio (MORIN, 2004, p.129).

Quanto à realização das entrevistas, como éramos poucos participantes, cada um ficou responsável por encontrar algum colaborador para auxiliá-lo na coleta de dados, e com cada um desses novos membros realizariam, pelo menos, duas entrevistas. Achávamos que seria um bom número, já que seriam entrevistas complexas, com muitos dados, e teríamos muito trabalho para analisarmos em conjunto todas as informações. O número de entrevistas foi um ponto importante de discussão. Em se tratando de uma pesquisa qualitativa, preferimos investir, como grupo, na qualidade das conversas. Embora o número de entrevistas fosse importante, sabíamos que demoraríamos muito para, em grupo, analisarmos todas elas se o número fosse muito grande e era importante que cada uma delas fosse bem explorada qualitativamente.



Vivenciando a coleta de dados

Com os roteiros prontos e os gravadores distribuídos fomos a campo. Os parceiros de pesquisa se organizaram de forma diferenciada daquela que havíamos pensado na reunião. Dois dos membros se juntaram para realizarem as entrevistas, eu e a Isadora também saímos juntas, e outro preferiu trabalhar sozinho, devido as suas possibilidades de tempo livre. A primeira dupla, Ronie e Ricardo, realizou quatro entrevistas. Eu e Isadora conversamos com mais dois moradores, e o Joel fez apenas uma entrevista, totalizando, portanto, sete entrevistas com, mais ou menos, vinte minutos de duração cada uma.

As pessoas foram escolhidas em função do tempo em que moravam no bairro. Como estávamos coletando informações, também, sobre a história da ocupação do bairro seria importante conversarmos com pessoas que o conhecessem desde o início e, se possível, que conhecessem a região antes mesmo da construção do bairro. Sobre os dados relativos à qualidade de vida, qualquer morador poderia ser entrevistado, pois todos trariam contribuições significativas para o entendimento desses indicadores.

Embora com poucos entrevistados, levamos algumas semanas realizando essas entrevistas. Por um lado os participantes precisavam se organizar em função de seu tempo livre, pois todos tinham compromissos com horários de trabalho e, por outro, porque localizar as pessoas a serem entrevistadas, as que se encaixavam no perfil pretendido, demandou algum tempo. Realizadas as entrevistas, marcamos as datas para análise coletiva e a avaliação dos resultados obtidos.

Waldir e o histórico de reivindicação da região

Em meados do ano de 2004 entramos em contato com uma pessoa que contribuiu imensamente para o trabalho do grupo. O nome dele é



Waldir Caaso. Ele é membro de uma ONG chamada "Amigos de Bauru", fundada pelas associações dos bairros vizinhos ao Bauru 2000, e realiza um trabalho voltado para a conservação do Córrego Barreirinho, que cruza também o Bauru 2000.

Tomamos conhecimento do seu trabalho através dos membros do GPC, que já o conheciam. Entramos em contato com ele, Isadora e eu, e ele nos convidou para participar de um evento da ONG, que seria realizado em uma escola de um bairro vizinho, o Pagani. Na ocasião desse convite, o tema de trabalho era o Rio Barreirinho e esse grupo apresentou um vídeo sobre o Córrego para as crianças da educação infantil da EE Antônio Guedes de Azevedo. As crianças participaram com opiniões e tiraram dúvidas sobre os problemas ambientais relacionados ao córrego e, logo após, foram convidadas a participar de um plantio de mudas ao redor do Rio Barreirinho.

Esse foi nosso primeiro contato com o Waldir, e percebemos que ele conhecia muito mais sobre a região e o bairro Bauru 2000, tanto com relação à história da construção do bairro quanto com relação aos indicadores de qualidade de vida da região. Resolvemos convidá-lo para uma reunião, uma entrevista coletiva, com os membros do GPC. Ele aceitou.

Nosso interesse pelo histórico de atuação comunitária deste cidadão estava muito relacionado à possibilidade de aprender com ele, de entender com ele como estava organizado o movimento comunitário da região e com isso articular novas idéias e planos de ação ao nosso grupo. Ao realizarmos essa entrevista, esta discussão coletiva, pudemos apreender mais do que isso. Realçou-se a lacuna que existia até então, gerada pela falta de articulação da Associação de Moradores do Bauru 2000 com esse movimento popular regional. Essa articulação mostrou-se, nesta reunião, essencial aos novos trabalhos. É neste sentido que esta entrevista é tida, por nós, como um momento chave para novas decisões. Uma possibilidade de atuação seria a articulação da Associação do



Bauru 2000 a esse grupo. Com a eleição de uma nova diretoria para a Associação de moradores do bairro, ao iniciar o ano de 2005, algumas atividades foram propostas para a apresentação deste novo grupo à esse trabalho desenvolvido pelas associações vizinhas, numa tentativa de aliar o bairro à esse movimento.

A importância dos dados contidos nesta entrevista é decisiva para o GPC, pois conhecer o caráter histórico de participação reivindicatória era conhecer a própria história da ocupação do bairro, como também as lutas e os movimentos populares que até então negociavam as melhorias ambientais para essa população. E conhecê-las a partir do ponto de vista de alguém que vivia as mesmas condições, as mesmas necessidades, os mesmos conflitos históricos. O esforço coletivo pela qualidade de vida depende de muita luta e consciência política, e neste sentido, conhecer os passos de uma realização prática é reconhecer o caráter emergencial da mobilização social.

Cremos que a desigualdade social só pode ser superada em seus conteúdos históricos, mas não na forma, o que coincide com uma visão histórico-estrutural da dialética. Se, de um lado, a desigualdade é a desgraça histórica, porque funda o vale de lágrimas, de outro, é a fonte estrutural da mudança. É dos desiguais que ela provém, de modo típico, desde que saibam organizar-se participativamente para tanto. Ao entrarmos em nova fase histórica, reencontramos a desigualdade social, com outros conteúdos, o que caracteriza, precisamente, tanto a possibilidade do novo, como da marca provisória de fase histórica (DEMO, 2001, p. 16)

Com a construção das novas casas na região, a população saltaria de 22.000 para 39.000 pessoas. Os problemas começaram antes mesmo da construção. O terreno da pastaria tinha um grande declive, causando erosão. Para iniciar o trabalho de construção passaram máquina em tudo, aumentando a erosão que, até hoje, é um dos mais graves problemas ambientais enfrentados, tanto nas áreas de vegetação que ainda restam, como também com o próprio asfalto, que desaparece a cada chuva.



Esses moradores, sensibilizados com a falta de infra-estrutura, tanto para os novos moradores como também com relação à qualidade de vida de quem já habitava a região, resolveram desempenhar algumas ações. Segundo Waldir, as reivindicações eram as seguintes:

– O que pedíamos: as associações de moradores da região leste - Santo Luzia, El dourado, Pagani, Jardim Flórida e Mery Dotta - vem requerer a não inauguração dos conjuntos habitacionais da região na cidade de Bauru sem antes tomar algumas providências necessárias para que o caos não se instale na região como:

- escola de primeiro e segundo graus (acabou saindo esta daqui);
- construção de um novo posto artesiano para abastecimento de água (eles construíram um posto com 550 metros de profundidade, pega água do aquífero Guarani, abastece aqui, o Bauru 1, a Quinta da Bela Olinda, o Nova Bauru;

- construção de duas EMEIs, porque a gente achava que aqui, como o Mery Dotta já estava muito carregado, que tendo duas EMEIs resolveria o problema do Mery Dotta também;

- a construção do posto de saúde, nós conseguimos uma verba do estado para fazer e aí a secretária de saúde da época negou fogo e disse que aqui não precisava, que já estava bem atendido;

- construção de uma avenida perpendicular ao córrego Barreirinho desviando o trânsito para a Rondon, no sentido parque Vista Alegre. Isto desafogaria o trânsito ali no Mery Dotta, todo mundo depende daquela via no Mery Dotta (fica um caos). Isto era para começar em 2002... O secretário de obras disse que dependendo do dinheiro gasto para obras de recuperação de estrago das chuvas, poderá ser realizado o projeto da avenida perpendicular ao córrego Barreirinho... A construção da avenida ligando o Bauru 2000 ao Jardim Flórida;

- pedimos também a construção de pelo menos uma creche pública.

Então eles prometeram que o pedido de uma creche seria estudado, mas que a prioridade era a conclusão de 4 creches que já estavam em obra. Os pedidos que nós fizemos foram resolvidos em parte.

Algumas das lutas desses moradores resultaram em melhoria na qualidade de vida para esta população. É o caso da construção da escola:

E o que eu perguntava era se eles não iam fazer escola. Eles disseram que isto não era problema deles. Em abril de 1991. Então nós das associações dos bairros vizinhos fomos na audiência. Nós queríamos saber onde é que iam colocar todas aquelas pessoas para estudar, não tinha uma creche, posto de saúde. Dissemos que não iríamos aceitar isto: mandarem um monte de gente pra lá sem estrutura. Tínhamos um estudo da estrutura dos bairros vizinhos e vimos o que iria acontecer com os bairros com este deslocamento de gente pra cá. E dizíamos que até 1990 tinha a escola Antônio Guedes de Azevedo (escola do Pagani), centro educacional de Santa Luzia, escola João Marangoni do Beija-Flor e a EMEI que fica na Santa Luzia. De assistência social nós temos uma creche no Santa Luzia.. A escola Guedes de Azevedo tinha 1000 alunos matriculados e não tinha nenhuma vaga, no centro educacional Santa Luzia tinha 750 alunos e nenhuma vaga, no Marangoni tinha 3043 alunos, é nossa maior escola, com 14 salas de aula, tinha 31 vagas de segundo grau e mais nada, a EMEI tinha 350 alunos e sem vagas, a EMEI do Mery Dotta tinha 455 alunos e não tinha vaga; então como é que nós íamos trazer mais gente pra cá se não tinha mais vagas nas escolas. A Escola do Cardoso tinha 72 alunos, eles começaram com uma sala só com 72 alunos lá no Santa Mônica, nenhuma vaga também, no Ada Cariane também super lotado, com 1777 alunos e nenhuma vaga também num total de quase 7.000 alunos matriculados em 1999.

Na área de educação disse que seria aberto em breve uma licitação para a construção de uma escola de primeira à oitava série que é a Thereza Tárzia (que hoje é uma escola de ensino

fundamental), e ampliação da escola do Chapadão (Ersila Cardoso) que realmente foi ampliada e já tem de primeira a quarta série. E na medida que os alunos do ensino fundamental passarem ao ensino médio indo das escolas estaduais do Mery Dotta para as escolas Municipais, seriam abertas mais vagas para os alunos de primeiro grau.

Daí em setembro de 1999 o prefeito veio aqui para inaugurar o bairro. Subiu no palanque e disse: estamos entregando um núcleo de primeiro mundo, asfalto de qualidade, não é aquele asfalto casquinha que o outro fazia. Então este povo começa a mudar para cá em outubro de 1999 e quando chega no ano seguinte que iria começar as aulas empenhou tudo... Onde iam matricular as crianças... A escola Ada Cariane teve que abrir 4 turnos, estava saindo gente pelo ladrão, abriram 2 salas de emergência de madeira no fundo para poder acomodar as crianças. No Maringone não cabia mais gente, tinha mais de 2000 crianças, não tinha mais vaga. Então começaram a levar as crianças para a cidade de ônibus. E o pessoal procurava a gente. Era um ônibus contratado pela prefeitura, porque não tinha ônibus coletivo ainda. Fomos então no promotor Dr. Lucas Pimentel. Fizemos uma denúncia. As pessoas não têm onde estudar! Então ele fez uma ação civil pública contra a prefeitura e o estado por não ter escola aqui. Marcaram uma audiência no dia 12 de setembro de 2000. Tem uma lei que diz que os núcleos habitacionais no ato de sua entrega deverão conter obrigatoriamente: rede domiciliar de abastecimento de água; rede coletora de tratamento de esgoto; rede de iluminação pública; guias e sarjetas, pavimentação, área reservada para instalação de comércio, núcleo de saúde compatível com o número de casas, creche compatível com o número de casas, escolas de primeiro e segundo graus, centros comunitários, linha de ônibus, área reservada para posto policial, área verde em natureza de 2 metros quadrados por casa construída, área para instalação de templos religiosos. Prazo de 180 dias para entrega da escola de primeiro e segundo graus. Em 180 dias tinha que ter escolas. Nós mostramos para o prefeito e ele disse que não tinha sido ele quem fez e sim o prefeito anterior. No dia da audiência eles perguntaram para mim se eu conhecia alguma criança que não tinha onde estudar na região... Então eu mostrei uma lista. Decretou uma multa de 1000 reais por aluno se elas ficassem sem estudo, a não ser que a prefeitura transportasse os alunos para uma outra escola. Foi aí que a prefeitura começou a transportar esses alunos. Pedimos para o deputado que interferisse e pedisse para a junta do estado uma escola. Ele pediu para detalharmos o número de casas e alunos e o estado aprovou a construção da escola. A prefeitura doou o terreno. Era um buraco aqui, onde a construtora tirava terra para fazer a camada de terra com cimento para do recapeamento. Saindo a autorização, nós viemos aqui para fotografar quando começou a escola. A prefeitura demorou a liberar o terreno. Veio a construtora e ergueu a escola.

Isso foi pelo interesse das associações dos bairros vizinhos. Depois que a escola foi feita nós queríamos botar um nome nela. Daí vem a história do padre que era meio ambientalista, que vivia no meio dos índios, que era de Santa Luzia.... Então pedimos para que fosse o nome do padre. A escola Estadual seria entregue em julho. A irmã do padre morava em Avaré e nós escrevemos para o pessoal do instituto italiano em São Paulo para mais informações. Pedimos para o deputado e saiu o nome da Escola. O pessoal da Educação quer que coloque o nome de professores, etc... Como era da igreja católica a gente teve que pegar assinaturas dos moradores para conseguir... Mandamos para São Paulo. Nós pedimos para o padre vir benzer a escola... Mas ele não queria vir... Nós marcamos a data e ele não tinha como não vir.

Aí a escola lá de cima ainda não existia. Nós ficamos em cima do pessoal da secretaria da educação. Eles soltaram a concorrência. A previsão de entrega era de setembro de 2000. Quem ganhou a concorrência apresentou um valor de 252.529,22 reais. A empreiteira Catar Engenharia começou a fazer lá, fez uma parte e abandonou a obra. Fizeram um serviço de péssima qualidade. A prefeitura acabou terminando... Então ela foi entregue bem depois..

Outra grande ação desses moradores também esteve relacionada às condições de infra-estrutura do local. Segundo Waldir, quando foi entregue o Núcleo, em 1999, a primeira chuva quebrou a galeria de esgoto, por ter sido mal projetada, já que não obedeceu ao projeto técnico com relação ao seu diâmetro. A chuva arrastou tudo, inclusive



árvores. Calcula-se que mais de 1000 caminhões de terra tenham sido carregados para baixo.

O ano passado veio um corregedor em 17/07 e mostramos a situação do interceptor. Então denunciemos: falamos com a professora da escola e agrupamos os alunos. Eles visitaram e viram a situação. Foram (comissão de 5 alunos) para conversar com a presidente do DAE e falar sobre a situação. Disseram que iriam mandar a engenheira para verificar. Ela veio, desceu com os alunos lá em baixo mas não resolveu nada.

Na Conferência Municipal de Meio Ambiente ela estava lá, e eu reclamei. Disseram que nós cobrávamos demais e que era difícil a máquina descer lá em baixo, e que isso não era prioridade. Nós argumentamos que não era certo ter gastado um dinheirão ali para depois estragar tudo, e que era só ele levar o material até o asfalto que eu e minha turma iríamos pegar e levar até lá em baixo.

Então denunciemos novamente em documento que fala do assoreamento do riacho e destruição da mata ciliar e despejo direto do esgoto. A HO abandonou a obra...O processo visou multar a HO por danos ambientais. Agora há dois meses atrás eles arrumaram.

A gente vai fiscalizar para ver. Tem lugar ainda que o cano ficou meio aparente, não custa nada colocar terra por cima porque o pessoal põe fogo e o cano pode derreter. Eles arrumaram e não colocaram terra em cima do cano. No dia 13 de janeiro de 2002.

Em 1996 o Barreirinho recebeu o título de primeiro córrego de Bauru totalmente despoluído de esgoto, pois havia sido construído em suas margens um interceptor de esgoto. Como podemos admitir que a construtora construa um núcleo habitacional como o Bauru 2000 com galeria de água pluviais com dimensões insuficientes a demanda de água, e que por isso causou rompimento e conseqüentemente erosões enormes que quebraram a dois anos o interceptor e que continua lançando até hoje esgoto de mais de 1200 casas no córrego, que era limpo e que agora está com suas águas poluídas, sem vida; e ninguém é responsabilizado! Estima-se que mais de 1000 caminhões de terra das erosões foram carregadas pelas águas através do córrego, até o rio Bauru e Tietê. Podendo inclusive esta ser uma das causas da destruição da passagem para o Mery Dotta. Vejo freqüentemente aplicação de multa de crimes ambientais de menor seriedade como o caso daquele pobre senhor que retirou a casca de uma árvore para fazer um chá e foi preso. Neste caso em que destruiu a vida do córrego, o assunto é tratado com indiferença pelas autoridades, agravando o problema a cada dia. É necessário autuar os responsáveis e consertar as redes de esgotos que estão quebradas na rotatória, proibir a instalação de barracos naquele local e transferi-los para um local seguro e salubre além da implantação do bosque que será uma proteção natural do córrego, como também servirá de lazer para as famílias da zona leste, evitando assim futuras enchentes e a destruição como acompanhamos em outros locais em nossa cidade. Sugerimos as entidades que cuidam da questão ambiental que façam uma visita no local e peçam as autoridades a preservação do córrego Barreirinho e da vegetação às suas margens. O córrego é patrimônio natural da cidade e tem que ser preservado para futuras gerações. Hoje a área do rio está toda fechada. Estamos plantando mudas. O projeto é de 28 meses. São 35.000 mudas. O Vidá'gua contratou um pessoal que tem retro cavadeira, etc. É uma área verde que vocês deveriam se movimentar para fazer ocupação. Ao menos já está bloqueada pra que possam ser feitas as melhorias. Nós e o Instituto Vidá'gua denunciemos na OAB.

Waldir nos apresentou ainda, ao longo da entrevista, um arquivo com todos os ofícios, cartas e documentos enviados aos órgãos públicos e às secretarias, contendo as reivindicações, os dados quantitativos coletados por ele sobre número de moradores, infra-estrutura do local, possibilidades de crescimento da região, entre outros. Além disso, ele também nos ofereceu um grande arquivo histórico sobre essa mobilização popular, com a reprodução dos jornais da época, contando a sua história

de atividade político-participativa, que é muito significativa na reivindicação e na construção de melhorias populares.

Após a entrevista ele também nos indicou um morador da região, um dos primeiros a habitar uma das fazendas da área, o Sr Guerino Silvestri, como um contato importante para nosso estudo. Este ainda vive em sua antiga fazenda e conhece muito das transformações ocorridas na região. Fomos até sua propriedade e marcamos uma entrevista. A Isadora foi quem realizou esta entrevista e os dados coletados estão apresentados no trabalho descrito por ela, pois são relativos, principalmente, à história das transformações do ambiente do bairro.

Aprendemos todos?

Na perspectiva de quem vive a metodologia, em sua prática, alguns pontos merecem ainda ser destacados. Faço tal análise aqui, por se apresentar emergencial, já que, após a constatação da necessidade de novos participantes, a chegada à escola na busca de novos colaboradores, inviabilizou a permanência dos membros do GPC nas demais fases do trabalho.

Com o objetivo de compreender melhor a desestruturação do grupo, tentamos analisar, através de entrevistas realizadas por mim com estes membros, até que ponto teria havido uma ruptura no nível de competência metodológica e educativa. Será que nada foi apreendido? O que ficou para esses moradores?

Por meio de entrevista semi-estruturada, retomamos os passos da pesquisa coletiva, desde a formação do grupo até a sua desestruturação, tentando avaliar os motivos e até que ponto esses sujeitos se transformaram ao longo desse processo. Realizei apenas duas entrevistas, pois um dos membros do GPC não foi encontrado. Nossa intenção também era realizar uma entrevista coletiva, o que não foi possível pela impossibilidade de tempo.



Quando tratamos de mudança, na metodologia da pesquisa-ação-participativa, é preciso que ela seja entendida não somente no que se refere à ação, mas ela está expressa também no caráter do pensamento (MORIN, 2004). Neste sentido a ação e o discurso são elementos interdependentes no entendimento desta transformação.

No que se refere à ação, não podemos dizer que alcançamos um estágio satisfatório com este grupo, para entendê-lo quanto à sua transformação. No entanto, esse processo não esteve em todo perdido de conteúdo. Isso aconteceu no plano da ação, com a realização dos passos da pesquisa, mas ficou mais claro ainda no nível do discurso, quando os pesquisadores comunitários relataram, em entrevista, como o conhecimento sobre os métodos e passos da pesquisa foram considerados elucidativos no que se refere ao entendimento de como pesquisar e lidar com a realidade em que estão inseridos. Para eles, de fato, a pesquisa se caracterizou como um método importante, e agora incorporado, de conhecimento da realidade. Para nós isso foi um ponto representativo da mudança, pois no discurso pudemos perceber o caráter esclarecido deste entendimento.

Filosoficamente o discurso é entendido por oposição à intuição. Procede pelo raciocínio, ou nele se apóia; há uma gradação no enriquecimento do discurso. De entendimento mais intuitivo ou espontâneo, ele passa a ser cada vez mais esclarecido, consciente e engajado (MORIN, 2004, p. 75).

Fenômeno semelhante aconteceu com o discurso sobre a qualidade de vida. Enquanto anteriormente ele estava norteado a partir das necessidades físicas do ambiente, nesta entrevista pudemos observá-lo incorporado ao conhecimento sobre as necessidades relativas, aos desejos de cada um, e à responsabilidade social de cada indivíduo na busca por condições mais harmônicas e democráticas, como observado nos trechos expostos a seguir:



"A pesquisa foi feita pra gente conhecer melhor o que era importante para os moradores. Pra gente poder trabalhar com as necessidades do bairro".

"Pra melhorar o bairro a gente não pode ficar esperando da prefeitura. A gente também tem que fazer a nossa parte, estudar o que precisa ser feito pra poder mudar".

Algumas vezes, de forma ainda tímida, pudemos observar também uma relação direta entre o cuidado com o ambiente e a melhoria da qualidade de vida para os moradores:

"A gente tem que fazer as pessoas entenderem que se elas cuidarem do lugar onde vivem o ambiente fica muito melhor. Não pode pensar que só é ruim porque a gente não tem as coisas (...) tem que pensar que algumas coisas são culpa nossa mesmo, e é por isso também que o bairro está desse jeito".

Mas algumas frustrações ainda residem no discurso. A falta de mobilização popular é um entrave ao cuidado com o ambiente do bairro. Daí também surge a frustração de não ter realizado uma ação prática, efetiva, em prol da melhoria de algum dos temas relacionados à qualidade de vida:

"... o que a gente queria mesmo era ter conseguido fazer alguma coisa. Mas tinha pouca gente e sem a ajuda dos outros moradores não dava. Nunca deu certo por causa disso. Pena que a gente não conseguiu trazer mais gente pro nosso grupo!"

Enfim, não podemos afirmar com certeza que houve transformação dos indivíduos em sujeitos ambientalmente mais responsáveis. No plano do discurso, parece que isso pode, de certa forma, ser concluído, mas segundo Morin (2004) é através da prática, da articulação com o vivido, que podemos visualizar de forma mais satisfatória a aprendizagem significativa. Porém, no que concerne à atuação destes pesquisadores comunitários ao longo deste processo de pesquisa, e até o ponto em que puderam chegar, fica claro que a metodologia foi significativa, em grande parte, na promoção de atitudes necessárias ao enfrentamento e



resolução dos problemas deste grupo, mesmo que alguns desses não possam ter sido efetivamente enfrentados por nós, GPC.



Construção coletiva de indicadores de qualidade de vida: o conhecimento produzido



"As coisas têm peso massa volume
Tamanho tempo forma cor
Posição textura duração
Densidade cheiro valor
Consistência profundidade contorno temperatura função
Aparência preço destino idade sentido
As coisas não tem paz."

Arnaldo Antunes – "As coisas"

Após a fase de coleta de dados nas entrevistas, nos encontramos para examiná-los e para tratar das próximas fases do trabalho. Fizemos quatro reuniões para essa discussão. Na primeira delas discutimos sobre a forma de análise destes dados. Concordamos em ouvir todas as fitas, anotando informações importantes sobre cada tema. O roteiro preenchido pelo auxiliar de pesquisa facilitaria a transcrição das entrevistas. As entrevistas, no que diz respeito às questões sobre qualidade de vida, não traziam dados muito densos e, quando ouvidas em grupo, novas informações se destacaram. Nosso objetivo, nesta fase, era que os demais membros do GPC se familiarizassem com esse tipo de leitura e análise de dados de pesquisa, uma vez que este era um grupo de pesquisa e, para alguns, também a primeira experiência em procedimentos deste tipo. Queríamos colaborar para que o grupo pudesse realizar seus próprios estudos sobre a realidade em que vivem, independentemente da nossa participação, dos pesquisadores acadêmicos. Tivemos a preocupação de criar instrumentos capazes de dar continuidade a nosso trabalho; incomodava-nos a possibilidade de todo o processo de apropriação dos instrumentos de investigação da realidade da comunidade ser interrompido com o fim de nossos estudos, relacionados às nossas dissertações de mestrado.

Na próxima reunião todos compareceram e começamos a ouvir as fitas. Fiquei um pouco incomodada, nesta reunião, com o trabalho monótono, desinteressante, já que combinamos ouvir e anotar as observações que achávamos importantes. Talvez isso pudesse ter sido feito de outra forma, mas o próprio GPC escolheu essa dinâmica. Ouvimos uma parte de uma das fitas, o que fez com que todos percebêssemos a dificuldade e a responsabilidade envolvidas nesta fase da pesquisa. Todos compreenderam que os dados, em uma entrevista, muitas vezes não estão explícitos, mas "garimpados" nas sutilezas; podem estar nas entrelinhas do diálogo e dependem da sensibilidade e da capacidade interpretativa do pesquisador. Decidimos que os dados sobre qualidade



de vida seriam agrupados em categorias, considerando-se os indicadores de qualidade de vida: saúde, educação, segurança, etc. Sobre os dados relativos à história, a narrativa seria o ponto mais significativo, portanto não estabeleceríamos pré-categorias. Ouvimos em grupo, registrando os resultados e comentando uma entrevista. As outras transcrições foram feitas por nós, Isadora e eu, para posterior análise participativa dos dados transcritos.

Isso aconteceu nas próximas duas reuniões do GPC. Em uma delas, a Isadora levou os dados sobre a história ambiental do bairro e eles foram discutidos pelo grupo quanto à sua importância e também sobre os próximos passos que seriam tomados a partir deles. Em outra reunião, da mesma forma, eu fiquei responsável por socializar os dados sobre qualidade de vida. Nós discutimos sobre os indicadores mais significativos para aquela comunidade, comparamos o que foi dito sobre esses indicadores, por cada um dos entrevistados, e sobre as diferenças do discurso de cada um, e fizemos uma listagem sobre os principais indicadores de qualidade de vida do bairro, usando como critério de classificação hierárquica o grau de insatisfação aos indicadores, manifesto pelos entrevistados. Nossa idéia inicial era desenvolver ações com um dos problemas ambientais revelados nas entrevistas. Nesses depoimentos encontramos também pontos positivos sobre a qualidade de vida no bairro, que foram comentados pelos membros do GPC naquela ocasião. Esses pontos também nos serviram de referência para analisar a situação do ambiente quanto ao convívio, quanto às possibilidades de satisfação, quanto às formas de atuação para melhorar as condições de vida, quanto aos referenciais positivos da vida no bairro e seus significados.

Assim que conseguimos visualizar os indicadores de qualidade de vida e refletir sobre sua importância, ficamos novamente preocupados com a falta de participação da comunidade, mas as falas eram tão ricas que imaginamos ações que funcionariam como motivadoras para novos colaboradores. Surgiram algumas idéias interessantes, como por exemplo,



a utilização dos entulhos jogados pelo bairro para cobrir os buracos das ruas. Todos ficaram entusiasmados com a idéia, porque assim poderíamos tentar trabalhar com dois problemas de uma só vez. Outra idéia foi fazer um mutirão de limpeza pelo bairro, já que o problema do lixo foi citado em 100% das entrevistas. Ressaltamos a importância de buscar novos integrantes e sugerimos, mais uma vez, a participação da escola. Pensamos em como seria interessante socializar os dados da pesquisa com os demais moradores, através da escola.

Indicadores de qualidade de vida para o Bairro Bauru 2000

SAÚDE:

- necessidade de Posto de Saúde e Pronto Socorro no bairro, porque os mais próximos são muito afastados (um dos entrevistados falou em Hospital para o bairro);
- a saúde não foi tratada por ninguém sob o ponto de vista da prevenção, relacionada ao lixo, à poluição ou à higiene, foi tratada apenas quanto à necessidade de equipamentos públicos para o atendimento em saúde;

EDUCAÇÃO:

- as escolas do bairro foram consideradas suficientes para a maioria dos entrevistados, porque são próximas e são consideradas por eles como de boa qualidade;
- expressaram a necessidade de uma escola de educação infantil e uma creche para o bairro;

SEGURANÇA:

- o bairro foi considerado tranquilo, sem grandes problemas de segurança;
- há serviço de vigilância particular;
- o que causa certa preocupação são as casas abandonadas, que se transformam em local de invasão por pessoas que, segundo os entrevistados, usam drogas;

- as favelas próximas ao bairro são consideradas como lugares perigosos;
- a falta de ronda policial também foi indicada, obrigando a contratação de segurança particular que não é muito eficiente;

MORADIA:

- a construção das casas é precária: os cômodos são mal divididos, a estrutura é mal feita, ocasionando problemas como infiltrações, rachaduras nas paredes, e problemas com o esgoto;
- melhorias nas moradias foram conseguidas por iniciativa própria, quando da reforma da casa ou de alguma estrutura deficiente;

LAZER:

- as escolas foram apontadas como o espaço de lazer para as crianças: o Programa Escola da Família, que acontece nos finais de semana, na escola estadual, e a quadra de esportes da escola municipal;
- a falta de infra-estrutura de lazer no bairro, principalmente para os adultos, foi apontada como um problema;
- a construção de praças pela Prefeitura, em locais já definidos por ela, até hoje não foi concretizada;

ÁREAS VERDES:

- existem muitas áreas verdes naturais no bairro.
- as áreas verdes estão mal cuidadas e não têm infra-estrutura para o lazer, que seria a função ideal dessas áreas, segundo os moradores entrevistados;
- não existe arborização nas vias e muito menos nas praças.

POLUIÇÃO:**1) O Córrego Barreirinho**

- o córrego e suas margens são apontados como um local para o lazer, a diversão.
- o córrego está poluído; a contaminação da água e o risco de doenças foram considerados;



- é impossível nadar, pescar e usar a água do córrego para outros fins;

2) Limpeza Pública

- a coleta de lixo foi considerada satisfatória, incluindo a coleta seletiva que também acontece no bairro uma vez por semana;
- o problema com o lixo está no comportamento dos próprios moradores: depositam o lixo nos terrenos baldios, nas vielas, que são locais de passagem, nas casas abandonadas e nas áreas verdes do bairro;
- a preocupação com o lixo depositado nesses lugares obedece a razões estéticas - nenhum dos entrevistados ressaltou a articulação deste problema com a saúde pública – trata-se de um problema visual;
- o entulho depositado nesses mesmos locais tem o mesmo tratamento que o lixo, nas entrevistas;
- as justificativas para os problemas relacionados aos entulhos estão relacionadas ao fato de que as pessoas não têm condição de contratar caçambas;

TRANSPORTE:

- o transporte foi considerado satisfatório pela maioria dos moradores entrevistados.
- no entanto, os ônibus transitam em poucas ruas do bairro, o que significa que quem mora na parte de baixo fica longe dos pontos, portanto tem que subir um longo declive, o que é particularmente ruim para os idosos, e é motivo de atrasos nos compromissos;

VIAS PÚBLICAS

- o asfalto é de péssima qualidade; as ruas não têm boca de lobo e a enxurrada das chuvas destrói o asfalto, fazendo grandes buracos;
- algumas ruas estão sem asfalto;



- o bairro não possui ligação com os demais bairros da região: só tem uma saída para carros, o que faz com que o trajeto seja muito longo e tudo fique longe para os moradores
- se houvessem mais vias de ligação na região, o comércio, os hospitais, o lazer, ficariam mais próximos.

REDE DE APOIO

- a rede de apoio que apareceu nas entrevistas refere-se às relações sociais entre vizinhos, que apóiam ou auxiliam na manutenção da vida dos envolvidos;
- os moradores parecem considerar muito importante e necessário que se tenha boas relações com a vizinhança, o que foi citado neste bairro como um indicador positivo, já que as relações entre os vizinhos são boas e ajudam na manutenção da vida comum.

Os dados que trouxeram esses indicadores de qualidade de vida também foram organizados pelo grupo que os classificou da seguinte forma:

- 1º - Limpeza Pública;
 - 2º - Qualidade das moradias;
 - 3º - Lazer e áreas verdes;
 - 4º - Vias públicas.

Qualidade de vida: do compromisso do Estado à luta política.

Os indicadores de qualidade de vida relacionados ao ambiente urbano, identificados entre os moradores entrevistados pelo GPC, são aqueles que mais caracterizam a vida desses moradores neste ambiente. Olhados de forma tão sistematizada parecem peças de um quebra cabeça a ser montado e compreendido. É preciso, no entanto, que eles sejam compreendidos de forma complexa, pois só assim podem demonstrar muito mais do que a especificidade na qual estão determinados. Isto porque eles estão intimamente ligados ao modo de



viver urbano, e dizem respeito muito mais do que morfologicamente, aos processos sociais, históricos e políticos da organização nas nossas cidades.

Segundo Lefebvre (1991), as cidades sofreram modificações profundas ao longo da história. As cidades pré-industriais, por exemplo, já se diferenciavam dos centros feudais, onde o poder estava contido nas mãos do dono das terras, que investia improdutivamente grande parte de sua riqueza na cidade que dominava. Com o dinheiro e o poder passando à mão dos comerciantes, graças ao comércio, banco e à usura, as cidades vão se tornando cada vez mais centros de vida social e política, acumulando não apenas as riquezas como também conhecimentos, técnicas e obras, como monumentos (LEFEBVRE, op.cit.). Segundo o autor, os lugarejos e aldeias essencialmente agrícolas, que mantêm apenas um comércio local, vão desaparecendo em função da mudança dos habitantes para os centros urbanos, que agora sustentam a agricultura e oferecem novas oportunidades. Neste sentido, a cidade centraliza todo o movimento social e a luta pelo espaço urbano, de todas as classes, todas as segmentações sociais, pelo direito ao espaço comum.

Com o início da industrialização, e a instalação dessas indústrias muitas vezes fora do ambiente urbano, as cidades passam a se tornar cada vez mais o centro econômico, financeiro e comercial, esvaziando-se em seu caráter residencial, já que as pessoas se deslocam para as periferias distantes, residenciais ou próximas aos centros de produção (LEFEBVRE, op.cit.). Esse movimento faz com que os centros da cidade sejam esquecidos, perde-se o caráter da luta desse espaço como ambiente democrático. Essa perda também acontece nas periferias, mas em sentido contrário. A mudança para um novo lugar, estranho e incompleto do ponto de vista urbano, descaracteriza, desarticula as lutas e movimentos sociais. O indivíduo não se sente pertencente aquele espaço.

Esse ponto em particular é de grande valia à análise estrutural dos bairros populares de periferia. Segundo Lefebvre (1991), com o aumento

crescente da população nestes centros urbanos, graças à expansão industrial e necessidade crescente de mão de obra, iniciam-se as construções de bairros populares residenciais, nas periferias próximas às indústrias. A consequência imediata, segundo o autor, é o afastamento dessas pessoas do centro social, político e econômico representado pela cidade. Ao mesmo tempo, há uma desfragmentação imediata do modo de vida urbano desses indivíduos, já que estes estão agora afastados de todos os serviços públicos que, na grande maioria, se concentram nos centros das cidades, como hospitais, escolas, posto de saúde, etc (DUPUY, 1980). Além disso, e aumentando o quadro desfavorável, a emergência pela construção de um grande número de moradias para esses novos habitantes fez com que as necessidades fossem diminuídas enquanto prioridades. Para essa grande expansão prioridade era moradia, e isso foi feito. Não importava que fossem necessários também equipamentos de saúde, educação, lazer, o importante é que essas pessoas agora tinham lugar para morar.

Embora essa análise tenha sido feita para um outro momento histórico, em outra realidade, parece haver grande contemporaneidade nestas constatações. De fato o ambiente da periferia é totalmente desfragmentado da vida e da realidade urbana. Quando discutimos a questão da qualidade de vida, é muito importante que estejamos atentos ao detalhe de que não se trata de trabalhar apenas com as prioridades, mas sim com as necessidades. O que podemos observar em muitos bairros de periferia ou conjuntos habitacionais é que eles são espaços construídos apenas enquanto prioridade, não havendo preocupação alguma com as necessidades, tão complexas, relacionadas ao ambiente urbano. É por esse motivo que esses locais são tão carentes em infra-estrutura. Essencial não é somente, e apenas, um lugar para morar. Essencial é a proximidade a escolas, serviços de saúde, áreas verdes e arborização, estruturas de lazer, entre outros; equipamentos presentes, em grande maioria, apenas nos centros das cidades, ou seja, deslocados do convívio das periferias.



O entendimento dos indicadores de qualidade de vida, não apenas em suas características físicas, de falta, mas no que essa falta representa em comprometimento político, em ação reivindicatória, planejamento participativo e a própria autopromoção era nosso interesse neste estudo, caracterizando os indicadores como temas geradores dessa mobilização.

Entendemos por autopromoção a característica de uma política social centrada nos próprios interessados, que passam a autogerir ou pelo menos a co-gerir a satisfação de suas necessidades, com vistas a superar a situação assistencialista de carência e ajuda. Em política social, não se promove ninguém propriamente, caso não chegue a autopromover-se (DEMO, 2001, p.67).

Para tomá-los como temas geradores de uma proposta de educação ambiental participativa, temos que tomá-los como conteúdos concretos da luta política pela reforma urbana, da luta pelo direito à cidade.

A relação entre o movimento social pelo direito à cidade e o movimento ambientalista tem registros significativos. O tratado "Por Cidades, Vilas e Povoados Justos, Democráticos e Sustentáveis", foi pactuado no Fórum Internacional de Reforma Urbana que aconteceu paralelo a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente, a Rio-92, que debateu desenvolvimento sustentável e reforma urbana, assentamentos, moradia e saneamento básico, cidadania, poder local e qualidade de vida (BENJAMIM, 1993).

Lefèbre (1991) discute que a vida urbana não é um sistema que se impõe aos sujeitos, mas é construída por eles, social e historicamente. Esse autor afirma que compreender a cidade como "uma projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento que determina a cidade e o urbano" (p. 56), exige compreendê-la como um todo dinâmico, como "síntese de múltiplas determinações".



A participação popular na construção de uma reforma urbana que tenha a sustentabilidade como fundamento foi debatida por Coelho (1993), que apontou como diretrizes políticas a superação da dominação territorial do espaço urbano, a crítica à lógica dual de cidade – de exclusão social – o direito à vida na cidade, o direito ambiental urbano, a construção de uma esfera pública politicamente ativa e democrática e a dimensão radicalmente pública dos serviços urbanos.

A sustentabilidade, como fundamento para repensarmos a vida urbana, também foi discutida por Leff (2001). Neste sentido, construção do saber ambiental, objetivo maior da educação ambiental, exige a problematização do processo de urbanização. Para esse autor:

O progresso implicará passar do habitat como um potencial produtivo, suporte de significações culturais e valores estéticos. Isto significa pensar o habitat como projeto transformador do meio, como um processo de apropriação social das condições de habitabilidade do planeta, regido pelos princípios de racionalidade ambiental, sustentabilidade ecológica, diversidade cultural e equidade social (Leff, 2001, p. 295)

A construção da proposta de educação ambiental que emergiu dos dados coletados pelo grupo tinha, então, a luta pela reforma urbana e sustentabilidade como eixo de atuação. Então entendemos que esse processo educativo ambiental, ou seja, que a proposta de educação ambiental neste ambiente urbano, a partir desses indicadores de qualidade de vida, deveria ser mais do que contribuir para a organização dos moradores para o enfrentamento pontual desses problemas. Entendemos que esses indicadores de qualidade de vida – limpeza pública, qualidade das moradias, lazer e áreas verdes, e vias públicas – deveriam ser tomados como temas geradores de um processo participativo de conscientização das condições de vida das pessoas em busca da realização, plena e transformadora, da sociedade urbana. Entendemos que o direito à cidade era, naquela comunidade, naquele



espaço social, histórico e político, o tema aglutinador de nossas ações educativas ambientais.

Nas reuniões que se seguiram à coleta de dados discutimos algumas idéias para aliar os novos conhecimentos gerados pela pesquisa a uma ação prática que pudesse enfrentar esses problemas ambientais encontrados. Uma das idéias foi aquela de organizar um mutirão de limpeza no bairro, para usar o entulho para tampar os muitos buracos existentes no asfalto. Outra idéia, também pensada em reunião, foi discutir com os próprios moradores a responsabilidade de todos sobre os resíduos, e informá-los sobre todos os problemas que o lixo acumulado em local indevido pode ocasionar.

Como éramos poucos, resolvemos retomar a idéia de agregar novos participantes. Desde o início de nossos trabalhos, o GPC expressou a vontade de trabalhar com os alunos das escolas do bairro, avaliando que eles seriam parceiros ideais porque estavam diretamente ligados ao ambiente e também aos demais moradores. Além disso, a escola é um local privilegiado para as práticas educativas e com a parceria e ajuda dos professores, poderíamos organizar atividades a partir das disciplinas do currículo escolar, tentando trabalhar interdisciplinarmente.

Após a coleta e análise de dados, porém, um dos participantes vendeu sua casa no Bairro Bauru 2000 e mudou-se. Nosso grupo ficou ainda mais reduzido, o que desanimou ainda mais os outros participantes. Foi quando resolvemos, então, procurar a escola e começar a fase de socialização dos resultados e estímulo a ações.



Construção coletiva de indicadores de qualidade de vida: as ações propostas



"Claro, você aprovou as valentes ações dos outros, sem se dar ao incômodo de praticá-las. Desaprovou as ações nefandas, e dispensou-se de corrigir-lhe os efeitos. Assim é fácil manter a consciência limpa. Eu queria ver sua consciência faiscando de limpeza é na ação, que costuma sujar os dedos e mais alguma coisa".

Carlos Drummond de Andrade – "Hoje não escrevo"

Em nosso primeiro encontro com a diretora da escola, a professora Élide, foi-nos proposto que trabalhássemos nossos temas de forma que pudéssemos apresentar o resultado dos mesmos na feira de trabalhos escolares (FETESC), que seria realizada no início de novembro de 2004. Aceitamos prontamente, mas sabíamos que muitas das coisas que gostaríamos de realizar não estariam prontas em tão pouco tempo, e talvez também não pudessem ser expostas nesse evento. No entanto, pensamos em algumas alternativas como caminhos metodológicos para a evolução do potencial participativo para a ação, e, esses procedimentos poderiam ser perfeitamente expostos na feira. Ou seja, antes mesmo de realizar uma ação, precisávamos socializar com os alunos todos os procedimentos e a pesquisa produzida pelo GPC. Mais do que isso; precisávamos que os alunos entrassem em contato com os temas de pesquisa, como forma de fazê-los interessarem-se pela ação sobre esses temas. Para isso, começamos a realizar algumas atividades, teóricas e práticas, com aqueles alunos. Essas atividades seriam então apresentadas na FETESC.

Como já apresentado, nosso contato com a professora de Educação Artística foi produtivo. Ela já realizava trabalhos sobre o ambiente do entorno da escola e esses temas estavam muito próximos aos de qualidade de vida, como era o caso do tema do lixo trabalhado por eles. Como eram duas turmas de 2º ano do ensino médio, sendo que apenas uma delas estava diretamente envolvida nesses projetos, resolvemos convidar as duas turmas e socializar o conhecimento sobre os temas da qualidade de vida e da história ambiental que construímos no GPC e definir, com os dois grupos, os próximos passos de ação ambiental em busca da qualidade de vida.

Apresentamos a todos o GPC, bem como nossas intenções como grupo e nossa forma de trabalho. Contamos um pouco sobre as informações que havíamos produzido e falamos sobre a nossa vontade de trabalhar alguns dos temas de forma mais prática, como uma ação para



contribuir no sentido de melhorar a realidade do bairro. Ressaltamos que esse encontro com a escola poderia ser muito interessante, pois juntos poderíamos, nesta etapa, realizar algumas ações práticas no entorno da escola. Convidamos os alunos para participar deste trabalho e apresentamos nossa proposta de atividade.

Inicialmente, realizamos a socialização dos conhecimentos produzidos pelo GPC, e dos dados que uma das turmas de 2º colegial já havia coletado, através de um trabalho de campo em que fotografaram as condições do bairro. Explicamos que isso havia sido muito significativo e que queríamos que todos, mais uma vez, participassem de uma atividade semelhante, de forma que todos pudessem olhar o entorno da escola e pensar em propostas de ação sobre ele. Nossa idéia foi realizar um novo ensaio fotográfico do bairro para que essas fotos, agora de maior abrangência, fossem expostas na FETESC.

Nas fotos do ensaio já realizado encontramos temas interessantes, que coincidiam com os temas analisados pelo GPC. Um conjunto de fotos que nos chamou muito a atenção, foi o das que retratavam as "vielas" do bairro. No GPC havíamos identificado a situação das vielas como um tema a ser trabalhado pelo grupo e, agora, o encontrávamos também na atividade dos alunos. Isso muito nos estimulou para trabalharmos, de forma prática, na realização de uma ação de revitalização destes espaços, potencialmente importantes para a vida comunitária.

As "vielas" transformaram-se em vias de passagem para os moradores do bairro. Como os quarteirões são extensos, e obedecendo à necessidade e obrigatoriedade de facilitar a circulação dos moradores por todo o bairro, foram projetadas vias alternativas, no meio das quadras, para a circulação de pedestres, de forma que os moradores não precisassem caminhar grandes distâncias para atravessar o bairro. Porém, esses espaços, essas "vias" alternativas, estão muito mal tratadas, cheias de mato e com muito lixo, que é continuamente jogado ali pelos moradores. Pelo fato desse tema ter sido identificado como significativo



em ambas as pesquisas, a do GPC e a dos alunos da escola do bairro, pensamos que uma ação sobre ele, uma intervenção em busca de revitalização das vielas, seria uma ação comunitária significativa para aquela população.

Conversamos, então, com os alunos sobre isso. Propusemos construir coletivamente um projeto de revitalização em uma dessas vielas, que serviria como estímulo para que os moradores se interessassem em cuidar das demais. Nossa intenção foi articular o trabalho já iniciado pelos alunos, sobre o problema dos resíduos, pois a limpeza dessa área era essencial nesse sentido, em vista das preocupações higiênicas e estéticas relativas à vida no bairro. Outra proposta sobre essa revitalização das vielas, que discutimos, foi a possibilidade deste espaço público ser também um espaço de lazer, tendo sido este um dos temas que emergiu no estudo do GPC sobre a melhoria de qualidade de vida no bairro. É claro que essa área é prioritariamente de passagem, porém, e dependendo da proposta de revitalização que conseguíssemos realizar, a via que iríamos trabalhar poderia vir a ser um espaço social significativo para encontro dos moradores; poderíamos colocar bancos, mesinhas para jogos, entre outras possibilidades.

Os alunos se envolveram nas discussões dessa proposta. Foi importante nossa mediação para organizar as ações de forma que pudéssemos planejar a realização de uma coisa de cada vez. Ficou decidido então que, em primeiro lugar, faríamos uma Oficina de Fotografia (que incluiu dois momentos articulados, um de aprendizagem da técnica fotográfica e outro, de exploração do ambiente do bairro). Além disso, apresentamos a proposta de expor os resultados da Oficina na FETESC, para depois tratar do planejamento do projeto para a via.



A Oficina de Fotografia

Iniciamos essa oficina com uma "aula expositiva" sobre as técnicas de fotografia, tanto com relação ao equipamento fotográfico, quanto à importância da visão ou da criatividade e competência estética do fotógrafo, que é aquele que olha e interpreta a realidade. Como a Isadora tem bastante experiência com a técnica fotográfica e o uso de imagens, essa "aula" foi ministrada por ela. Depois de nos apropriarmos dos conhecimentos teóricos sobre o fotografar, fomos a campo para praticar. Saímos do ambiente da escola com esses alunos em duas ocasiões. A primeira, logo após a aula teórica, onde propusemos aos alunos que 'passeassem' pelo bairro, tentando encontrar um tema de trabalho para a sessão de fotografias. Dividimos as salas em quatro grupos, e cada um desses grupos desenvolveria um ensaio fotográfico sobre o bairro. Nos preocupamos em estimulá-los a caminhar atentos, a observar o ambiente em que vivem, numa espécie de "pesquisa fotográfica", tentando reconhecer pontos que eles julgassem interessantes para serem fotografados.

Em outra data, também durante o período de aula, saímos novamente com os alunos, desta vez com as câmeras fotográficas em mãos. Com os temas de estudo já escolhidos, os alunos realizaram as fotos sobre o bairro. Acompanhamos os alunos, nos preocupando em não interferir muito em suas observações. Nosso objetivo, nestas atividades, foi possibilitar a todos a oportunidade de olhar para a realidade do bairro, para a sua estrutura, os seus pontos positivos e negativos, tentando, de forma lúdica, identificar indicadores de qualidade de vida, naquele ambiente, que fossem mais significativos para eles. Nossa intenção foi socializar, de forma mais concreta, os estudos do GPC e incentivá-los para que participassem, com certo conhecimento, das ações ambientais propostas para serem realizadas posteriormente.



Esperávamos que as fotos fossem mais representativas da realidade do local, onde muitos deles moram. Contávamos que eles fotografassem a rua, as pessoas, o movimento do bairro, o que lhes parecesse insatisfatório, etc. No entanto, nos quatro grupos estruturados, o que apareceu mais freqüentemente como tema de estudo foi a área natural do bairro: o bosque e a região do córrego Barreirinho. Por não quisermos direcionar os resultados, achamos que não poderíamos propor temas para esses grupos. Não houve diferenças significativas entre o estudo fotográfico dos diferentes grupos de alunos. Talvez isso tenha sido um pouco influenciado pelas fotos expostas durante a aula teórica; fotos profissionais da natureza, cedidas pelo fotógrafo Haroldo Palo Jr. O tema natureza e a qualidade das fotos chamou muito a atenção de todos a ponto de, avaliamos, inspirar os alunos a fotografar a natureza natural. Além disso, é preciso levar em conta que existe, como senso comum, a idéia de que fotografias, para serem bonitas, têm que registrar "coisas" bonitas. Isso é representativo da ideologia da estética como expressão da vida cotidiana.

Uma oportunidade surgiu então relacionada à Oficina de Fotografia: convidar o fotógrafo Haroldo Palo Jr. para a FETESC. Levamos a idéia à diretora da escola, para que encontrássemos uma maneira de trazer sua exposição 'Cores da Natureza', produzida pelo SESC-São Carlos. Todos os esforços foram empreendidos para trazer a exposição, que proporcionou-nos oportunidade de realizar um contraponto, na exposição da FETESC, entre as fotos desse profissional e as fotos do ambiente do bairro, realizadas por quem vive essa realidade. Assim, pudemos reunir na escola o olhar do profissional sobre a natureza e o olhar dos alunos, potencializando os ensaios fotográficos destes últimos.

Organizamos a exposição com a ajuda dos professores da Escola Estadual Padre Antonio Jorge Lima; escolhemos algumas das fotos dos alunos para serem ampliadas com a ajuda do próprio Haroldo e, nos dias 9, 10 e 11 de novembro a escola foi o palco desta exposição fotográfica,



onde também ocorreu uma palestra ministrada pelo fotógrafo. Nesta palestra, o fotógrafo abordou aspectos relevantes do trabalho de fotografias sobre natureza, tanto relacionado a equipamentos técnicos quanto à criatividade e disponibilidade do profissional, interpondo informações significativas e interessantes sobre os estudos que realizou e dados significativos, científicos, sobre os temas das fotos expostas.

O concurso da Bandeira da Escola

Outra sugestão da diretora Élide foi tratarmos de nossos temas de pesquisa para subsidiar um concurso para a criação de uma bandeira para a escola. Ela propôs que nós trabalhássemos com os alunos interessados em participar desse concurso, levando as informações que obtivemos sobre a história do bairro. Para essa atividade, achamos conveniente trabalharmos, com eles, informações sobre o significado de uma bandeira. Essa discussão está particularmente mais detalhada no trabalho da Isadora, por se tratar de um tema de ação diretamente relacionado ao tema da história das transformações ambientais do Bairro.

Fizemos duas palestras, uma no período da manhã e outra no período da tarde. Preparamos um material onde, inicialmente, eu apresentei algumas idéias sobre bandeiras, qual a sua importância, o que significam cada uma das estruturas, cores, desenhos, representadas em algumas bandeiras importantes, como a bandeira nacional e a do município de Bauru, entre outras. Após isso, a Isadora apresentou aos alunos os dados que coletamos sobre a história do bairro Nobuji Nagasawa, realizada pelo GPC. Esse assunto é tratado de forma mais complexa no trabalho de Almeida (2005).



O princípio educativo no escopo da metodologia

É nesta fase que pudemos apreender, significativamente, a importância do princípio educativo para a metodologia. Ao tentar aproximar os alunos do que havíamos realizado até então, propusemos também para eles uma espécie de ensino pela pesquisa (DEMO, 1999), entendendo a pesquisa, neste momento, como instrumento na elaboração de conhecimentos que, como nos diria este autor, só se configura como tal quando "formulado pessoalmente, elaborado com criatividade, interpretado com autonomia" (p.81)

Em seu livro *Conscientização*, Paulo Freire (1979), denomina as primeiras características deste pensamento, ao tentar conceituar a palavra, título deste livro. Originalmente ela implicava ação, isto é, uma relação particular entre o pensar e o atuar. Segundo o autor "o educador e o povo se conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente ação no processo da luta libertadora" (p.39). Conscientizar-se é ser capaz de desvelar a razão de ser da exploração, das desigualdades, entendendo, porém que esse conhecimento deve vir acompanhado de uma ação transformadora, de uma organização política que possibilite a ação, e que represente uma luta contra as razões desta exploração, desta desigualdade, etc. Para Paulo Freire conscientização é:

[...]desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica (FREIRE, 1979, p.12)

Assim, nossa busca por uma concepção pedagógica que trouxesse aos alunos a experiência própria como modo de conhecer, nos levou a explorar a questão da fotografia, como uma espécie de pesquisa, baseada no olhar interpretativo de cada um, para trazer a tona as

definições próprias que poderiam amparar futuras ações transformadoras, no nível do discurso e da ação, para esses educandos, e neste ambiente.

Pesquisar e educar são termos diferentes, mas podem ser facilmente aproximados neste contexto: bem colocada, a pesquisa é procedimento que induz ao pensamento crítico, inclui sempre a autocrítica de quem pesquisa porque não sabe tudo, realça a presença do sujeito capaz de proposta própria, e, não por último, planta cidadania que sabe usar uma das energias mais decisivas de intervenção que é conhecimento (DEMO, 2000, p. 83).

Essa experiência nos trouxe a oportunidade de observar que esses alunos, além de observarem e retratarem a realidade do bairro, embora muitas características importantes não tenham aparecido nestas fotos, verbalizaram durante nossos encontros tudo o que haviam visto neste passeio, relatando pontos insatisfatórios da vida naquele lugar, tantas das dificuldades e precariedades encontradas naquele ambiente. Isso os motivou, consideravelmente, a pensarem a realidade de forma mais crítica, etapa fundamental para as ações transformadoras. Foi neste momento que o encontro dos estudos do GPC e deste novo grupo se consolidou. Ficou mais claro para esse grupo a necessidade do trabalho com o ambiente do bairro tendo como ponto de partida as vielas, proporcionando novas oportunidades para serem trabalhadas.

O projeto das "vuelas"

Concomitantemente aos preparativos referentes à Oficina de Fotografia, Isadora e eu iniciamos, também, os preparativos para as atividades de revitalização da viela. Claro que precisaríamos construir um projeto com todo o grupo, incluindo os alunos, porém, precisávamos adiantar alguns procedimentos. Aprendemos, durante o processo, que nosso papel de pesquisadoras acadêmicas, numa pesquisa coletiva e participativa, era o de garantir exeqüibilidade às ações e que, embora a participação de todos seja importante em todas as etapas, é importante



também "adiantarmos" as soluções de algumas dificuldades, com o objetivo de manter o grupo motivado. Então, iniciamos a busca por materiais que julgávamos necessários para as ações iniciais de revitalização desses espaços. Com essa intenção, iniciamos a procura por mudas para serem plantadas na área, solicitando-as ao Horto Florestal da cidade de Bauru. Depois de uma conversa com o diretor da instituição, que se interessou bastante pela proposta, conseguimos a doação de muitas mudas de Ipê, o que avaliamos como um bom começo. Ele nos indicou outros locais onde poderíamos conseguir os materiais que precisávamos. Conseguimos madeira para calçamento da viela em uma madeireira da região, a Faidiga, que doou-nos cerca de três sacos de estopa de uma espécie de farelo, ou melhor, de pequenos pedaços de madeira, que pensamos utilizar como calçamento alternativo para a via.

A rede de informações que foi se formando, levou-nos ao viveiro de mudas da Prefeitura de Bauru e lá, também em conversa com o responsável, percebemos que poderíamos fazer uma coisa muito mais organizada se pudéssemos contar com o apoio da Prefeitura. No próprio viveiro de mudas conseguiríamos muitas espécies para serem plantadas, além de adubo e pessoal especializado para nos ajudar no plantio. Mas para isso precisávamos de autorização da Secretaria do Meio Ambiente da cidade de Bauru.

Procuramos então a Secretaria de Meio Ambiente e, em conversa com o Secretário, conseguimos autorização para a retirada das mudas, para a solicitação dos serviços do pessoal do viveiro, e ainda nos foi proposta a realização de algumas palestras sobre a coleta seletiva, com o pessoal da EMDURB. Só precisaríamos escrever um projeto para ser entregue na Secretaria.

Para a elaboração do projeto, por se tratar de uma atividade com características de atividade de extensão, procuramos a ajuda do vice-diretor da Faculdade de Ciências de Bauru (que na estrutura organizativa da UNESP é o responsável, nas unidades, pelas atividades de extensão),



Prof. Dr. Osmar Cavassan, que nos orientou sobre alguns passos para a execução deste tipo de atividade e nos apresentou a uma de suas orientadas, estudante do curso de Arquitetura, para que ela nos desse algumas dicas sobre a estruturação de um projeto nesta área.

Através dela e também por sugestão da Profa Dra Jandira Líria Biscalquini Talamoni, entramos em contato com o grupo do curso de arquitetura da FC, o Arquihab. Expusemos a eles nossas intenções e resolvemos articular nossas ações às ações daquele grupo, porque então seríamos mais pessoas trabalhando com um mesmo objetivo. Propusemos a eles que trabalhassem também com a escola, e contamos um pouco sobre nossa experiência vivenciada até então, e sobre como os alunos também poderiam estar envolvidos nesta atividade. Eles gostaram muito da idéia e os convidamos a se apresentarem aos alunos.

Em data marcada, compareceram à escola cinco representantes do ARQUIHAB: quatro alunos e a Profa Ms Silvana Aparecida Alves, que levaram a planta do que haviam desenvolvido para a área e apresentaram sua proposta de trabalhar na revitalização daquele ambiente. Os alunos discutiram um pouco sobre as idéias, propondo ações para serem desenvolvidas, tanto com relação à planta que havia sido proposta quanto com relação à divulgação e participação dos demais moradores para a execução da tarefa. O pessoal da ARQUIHAB convidou o grupo a participar de uma reunião, realizada no período da noite, na EMEI do bairro, onde seria discutida, mais detalhadamente e com a participação de outros moradores, a execução do projeto. Nesta oportunidade os alunos apresentaram muitas idéias para a execução do projeto, como algumas mesas para serem utilizadas para jogos, canteiros de plantas, e se prontificaram a ajudar na execução.

Comparecemos ao local da reunião, na data e horário marcados, mas não encontramos ninguém. Após isso, soubemos que a reunião teria mudado de local porque não haviam encontrado o responsável por abrir os portões da escola. Compareceram poucas pessoas, também porque a



mudança de local foi muito em cima da hora, mas nenhum dos alunos esteve na reunião. Já esperávamos por isso e havíamos alertado ao pessoal da arquitetura, porque sabíamos que os alunos gostariam muito de participar da ação, mas que nos horários fora do período escolar a participação dos mesmos fica prejudicada. Sentimos também que como o convite foi para uma reunião de discussão, os alunos ficaram desmotivados. Percebemos que eles gostariam e queriam participar, mas quando viram os projetos prontos, já construídos, perceberam que não precisavam mais dar opiniões e que o próximo passo seria participar da construção propriamente dita do espaço das vielas, assim como do processo de 'conscientização' dos moradores, como assim chamaram, para com o cuidado com este ambiente em construção.

Infelizmente, a atividade não teve andamento satisfatório. Procuramos o pessoal do curso de arquitetura, mandamos mensagens por e-mail, mas eles não retornaram nossas procuras. Temos que levar em conta que essas atividades, relacionadas ao calendário escolar, tanto por parte dos alunos da escola do bairro quanto dos professores e alunos do curso de arquitetura, sofrem descontinuidade nas férias escolares. Acreditamos que não faz sentido algum trabalhar em duas frentes diferentes sobre uma mesma ação, portanto, continuamos buscando contato com esse grupo para participarmos com eles dessa atividade. Mas, sem resposta, tentamos pensar em outras possibilidades. Uma delas foi trabalhar com os alunos uma ação reivindicatória junto aos órgãos públicos pela construção desse espaço. Não devemos esquecer que as obras públicas são de responsabilidade do poder público. É importante ressaltar a obrigatoriedade das políticas públicas como ponto central e pertinente ao processo de consolidação da melhoria da qualidade de vida, políticas estas tantas vezes esquecidas e esvaziadas de valores e relegadas à responsabilidade solitária do cidadão no modelo neoliberal. Assim sendo, não é papel do morador executar essas construções. Por outro lado, o papel político do cidadão neste caminho está na



importância da participação reivindicatória de um espaço público de qualidade, que lhe ofereça a infra-estrutura necessária ao bem estar. Até porque não podemos esquecer que a qualidade de vida está além dos padrões pré-estabelecidos, e as comunidades têm grande responsabilidade na construção dos novos, regionalizados e imbricados conceitos de bem estar.

A qualidade de vida se estabelece através de um processo de reapropriação das condições de vida da população em relação com suas necessidades e seus valores subjetivos. Os valores culturais intervêm como mediadores das necessidades básicas e da qualidade de vida da população. Assim a qualidade de vida se converte no valor fundamental que orienta o desenvolvimento de cada comunidade e o projeto de vida de cada pessoa (LEFF, 2001, p.326)

Esbarramos mais uma vez na falta de comunicação para a aquisição do projeto de arquitetura. No entanto, entramos em contato com um assessor de vereador, para possibilitar o contato entre ele e a escola, a fim de viabilizar uma conversa política sobre o tema, mas não encontramos agenda livre para o encontro. Porém, soubemos que esse mesmo vereador faria uma visita próxima ao bairro, tratando com outros moradores sobre os problemas da região, e conversamos então sobre a participação neste encontro do novo grupo da Associação de Bairro do Bauru 2000. Este grupo ainda não conseguiu se organizar, emperrados na burocracias para a oficialização junto à prefeitura, o que determina que, por enquanto, essa aliança não pode ser estabelecida.

Esta situação nos causou decepção e tristeza. Ao voltarmos à escola para tentar organizar a reivindicação, percebemos o grupo já muito desanimado, e a falta de tempo e possibilidade na grade escolar para trabalharmos mais elaboradamente com a questão, neste sentido, tudo o que pensávamos em realizar também se mostrou um complicador. O tempo transcorrido do término da atividade de pesquisa, realizado ao final do ano de 2004, até a data de reingresso na escola, no início de 2005,



período de férias escolares, foi muito grande, e descaracterizou todo o processo. Ao mesmo tempo não conseguimos realizar atividades nas férias porque grande parte dos alunos não reside no bairro. Enfim, as complicações foram múltiplas e sobrou-nos apenas, até o momento, lamentar não ter conseguido dar o fechamento adequado a tanto trabalho realizado.

Longe de colocar a culpa nesta ou naquela situação, teria sido um grande facilitador se tivéssemos conseguido efetivamente aliar nossas intenções ao grupo da arquitetura. O que nos limitou, acredito, é a situação que está no cerne da estrutura universitária e que nos impede de agir coletivamente na busca da complexidade do conhecimento e da ação. Agimos sempre, e estruturalmente, separados, isolados em áreas de conhecimento que sequer conseguem se contrapor. Segundo Wanderley (1983), as estruturas tradicionais universitárias impedem a modernização do papel da mesma na sociedade e, além disso, seu caráter hierarquizado, rígido e sua representação como um mero conglomerado de escolas superiores, reforça características corporativistas, de interesses de grupos, contraditórias à construção de um saber contextualizado.

Em Santos (2004) encontramos uma crítica aprofundada do papel da universidade na contemporaneidade e como suas estruturas tradicionais necessitam de uma reavaliação para proporcionarem uma reinserção destas instituições no seio da sociedade democrática, pela busca de conhecimento de sua própria atuação social.

Esses são os traços da crise universitária na atualidade. Para superá-las, o autor propõe então uma série de alternativas. É preciso que a universidade reconquiste seu papel no quadro social atual, reformulando para isso sua estrutura e sua inserção na sociedade. A pesquisa-ação e a ecologia de saberes surgem como alternativas:

A pesquisa-ação e a ecologia de saberes são áreas de legitimação da universidade que transcendem a extensão uma vez que tanto atuam ao nível desta como ao nível da pesquisa e da formação (SANTOS, 2004, p.75).

Foi grande a oportunidade, neste trabalho, de aliarmos esforços tanto na busca por nossas realizações pessoais, dentro de nossas áreas de pesquisa, como numa pequena amostra da potencialidade da metodologia nesta nova concepção de universidade, tanto para a comunidade como na reconstrução de nossa autonomia. No entanto, parece que a segmentação nos engessou. Porém, as possibilidades foram formuladas, e o interesse por este tipo de metodologia deve ser crescente na busca tanto de recolocação do papel universitário como da pesquisa, no conhecimento e enfrentamento das desigualdades e opressões sociais como também na emancipação dos indivíduos, através da participação política e social, e do envolvimento radical nas questões que determinam as situações opressoras.

O tempo exigido para a realização de um curso de mestrado é relativamente curto para um trabalho conduzido sob a metodologia da pesquisa-ação, exigindo a contextualização de cada trabalho. Ou seja, é possível realizar pesquisa-ação, independente do tempo disponível, mas para alcançar os objetivos propostos é preciso que a metodologia se adeque a este tempo, e isso vai depender da competência e do conhecimento do pesquisador universitário sobre a metodologia, adequando-a de maneira satisfatória (MORIN, 2004). No nosso caso, a inexperiência foi também um complicador. Se tivéssemos mais tempo, novas ações poderiam ser pensadas e realizadas pelos grupos de parceiros formados.

Por outro lado, temos que levar em conta que um dos princípios da educação ambiental e da própria pesquisa-ação-participativa é a continuidade. É preciso, então, que seja objetivo de trabalho garantir a continuidade do processo que iniciamos. Nossa vontade é que essa continuidade possa ser garantida sem que nossa atuação seja necessária, pois assim realizaremos um outro princípio, também muito significativo para a educação ambiental e para a pesquisa-ação-participativa: a autonomia dos sujeitos comunitários.



Uma das estratégias pensadas por nós, para tentar garantir a continuidade do trabalho, é o contato com a nova Associação de Moradores de Bairro, que foi eleita também neste início de ano. Nossa intenção é relatar as experiências do GPC, o nosso processo e método de trabalho, os dados que conseguimos até então, buscando sensibilizar esse novo grupo de lideranças da comunidade para se tornarem parceiros na continuidade das ações, principalmente no que se refere ao enfrentamento dos problemas relacionados à qualidade de vida do Bauru 2000. A expectativa agora está na estruturação desse grupo para o início dos trabalhos.

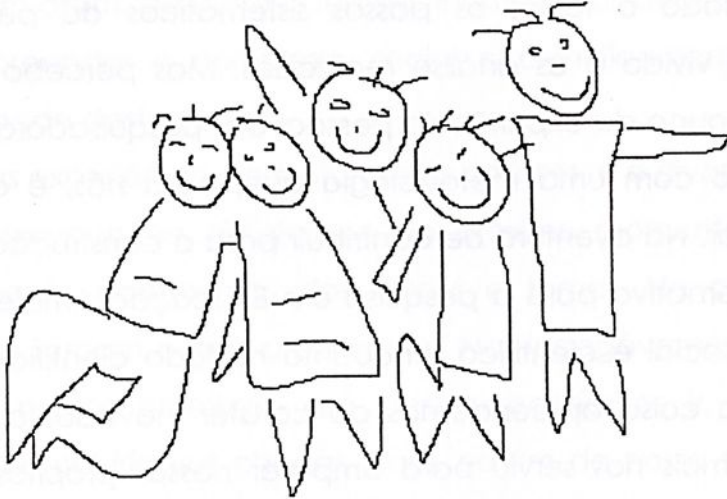
Outra possibilidade de continuidade está na articulação de outro trabalho a ser realizado na escola, por outra aluna de mestrado do programa de pós-graduação, que tem um projeto de educação ambiental sob a metodologia da pesquisa-ação-participativa: Rosana Caetano Baldani. Há possibilidade de que ela trabalhe na mesma escola, talvez até com o mesmo grupo de alunos, o que favoreceria a continuidade do processo.

Todas essas possíveis oportunidades ainda estão em andamento, revelando o dinamismo próprio de um trabalho processual com a metodologia da pesquisa-ação-participativa.

Quanto a este trabalho, cumprimos as nossas exigências epistemológicas e metodológicas, pois vivemos, a todo momento, "a busca da verdade sobre a práxis e as ações empreendidas desenrolaram-se no respeito às leis do diálogo e da participação" (MORIN, 2004, p. 180), sem os quais qualquer pesquisa que busque superar os desafios do mundo contemporâneo, no encontro por um ambiente democrático e inclusivo, seria apenas a cristalização da situação ambiental que aí está.



Considerações Finais



"Urbe imensa,
Pensa o que é, e será, e foi
Pensa no boi
Enigmática máscara boi
Tem piedade

Megacidade,
Conta teus meninos
A felicidade intensa
Que se perde e encontra em ti
Luz dilui-se e adensa-se
Pensa-te"

Caetano Veloso – "Aboio"

Finalizar um estudo como este é difícil e desconfortável. Escrevi, reescrevi, apaguei, recomecei, não conseguia... Percebo então a necessidade e minha vontade de não repetir aqui tudo o que já foi dito ao longo de todo o texto: os passos sistemáticos da pesquisa-ação, a experiência vivida e as análises realizadas. Mas percebo a vontade de narrar um pouco da experiência pessoal das pesquisadoras nesta jornada de encontro com uma metodologia que, para nós, é ainda um novo experimentar. Na aventura de contribuir para a construção metodológica de uma alternativa para a pesquisa em Educação Ambiental que tenha relevância social e científica, enquanto método científico e instrumento social, tanta coisa apreendemos do caráter inovador da metodologia, que muito mais nos serviu para amparar nossas próprias convicções e nosso desejo não só de realizar um trabalho acadêmico, mas de dar consistência teórico-metodológica à luta ambiental, tal como a pensamos.

A ciência nos prepara a um devir abstrato. Prover instrumentos para o entendimento da vida, em suas múltiplas determinações, tentando fazê-la entendível a partir do conhecimento. Para isso, exercitamos nossa busca muitas vezes amparada por instrumentos de captação da realidade que nos parecem simples demais ao seu papel. Afinal, existe um tom para o viver capaz de ser percebido e elaborado em fórmula, técnica, verso? É possível captar o complexo através da simplicidade? A resposta pode estar na idéia de que viver é complexificar o entender das coisas. Simplificar o complexo se configura como um esforçado exercício dialético: buscar o simples para, desvelando-o, compreender o complexo.

Talvez seja isso o que conseguimos apresentar neste trabalho: um grande esforço de simplificação do real, do vivido, na busca por uma contribuição para uma metodologia alternativa, comprometida social e



academicamente, na procura por seu entendimento, sua configuração a partir do real, entremeado das dificuldades e possibilidades da realidade. Digo simplificação do vivido, porque nada poderia fazer para melhor ajudar a envolver o leitor no entendimento desta metodologia. O relato e a escrita se tornam assim, ao mesmo tempo, instrumentos de simplificação para fazer compreender o complexo, social e cientificamente, e esta parece ser a validade deste estudo.

No relato, as experiências se misturam às análises, e é divertido como as dificuldades parecem se dissolver, e no próximo momento estamos todos analiticamente conscientes dos rumos a tomar. Na prática, no entanto, as coisas tomam outras proporções. Nos indagávamos a todo o momento sobre nossos objetivos, até onde poderíamos ir, com que qualidade documental iríamos chegar, aqui, no fim da nossa trilha pelas constatações científicas, nas considerações finais. Nossos conflitos se sustentavam na consciência de que esta não é uma metodologia convencional, na qual se podem prever momentos, etapas pré-estabelecidas. Assustava-nos o imprevisível, o vir a ser de nossa prática: nunca tivemos um plano B.

E foi nesse caminho, pela busca científica e pela melhor compreensão do método, que tivemos que encontrar em nós outros sujeitos. Assim como nossos companheiros se tornaram pesquisadores comunitários por/para a prática de pesquisa, nós, de pesquisadoras acadêmicas, vivenciamos também como "sujeitos comunitários" as angústias e necessidades daquelas pessoas e suas relações com o ambiente. Na prática, vivemos suas dificuldades, seu ambiente dia-a-dia, caminhando com eles pelos mesmos caminhos em que a experiência pedagógica e a prática social nos colocou. Só assim, combinando o que em nós era esforço profissional e cidadania consciente, conseguiríamos construir compromisso e transportar eficiência tanto ao caráter acadêmico



quanto ao caráter democrático de nosso processo de investigação e ação.

A essência do que amparou nossa vontade, do que sugeriu nova consciência à nossa prática, foi a possibilidade do trabalho coletivo. Digo coletivo quando comento todas as dimensões de nossa parceria, como pesquisadoras, estudando a mesma realidade, porém com diferentes enfoques, como grupo, aprofundando a realidade vivida. O diálogo foi sempre, neste caminho, a melhor maneira de superarmos nossas crises, de apostarmos em novos caminhos, de procurarmos novas saídas e de crescermos como pesquisadoras e também como sujeitos, social e politicamente comprometidas.

Foi por isso que neste caminho reorganizamos nosso olhar sobre nossa área de estudo, buscando nela o que melhor fundamentaria nossa prática, nossas necessidades particulares advindas da formação, mas também, nosso papel de cidadãs.

E assim encontramos na metodologia da pesquisa-ação-participativa muito mais do que nossas convicções científicas nos exigiam. Vimos espelhar, na pesquisa, um modelo de ação, um modelo que se mostrou muito próximo do nosso sonho de educação, do nosso sonho de educação ambiental. Sonho este que defendia a prática participativa, o envolvimento crítico, o conhecimento contextualizado do real na inclusão dos sujeitos no escopo da luta social ambiental. Sujeitos que agora poderiam ser muito mais do que "massa de manobra" na conquista por ideários que, na maioria das vezes, são alheios à sua experiência social, política e cultural. Sujeitos participantes, envolvidos em sua própria emancipação, em busca de sua autopromoção. A possibilidade de vivenciar esta metodologia nos garantiu, mais do que um método de investigação da realidade educativa ambiental – principal objetivo da pesquisa em Educação Ambiental no mundo acadêmico – um método de



viver – plena e fecundamente – a ação educativa ambiental como educadoras e educandas de um processo de apropriação de conhecimentos, atitudes, valores, comportamentos, idéias, símbolos e emoções, apropriação do fazer-se plenamente humano em nossa relação com o ambiente.

Mas esses são apenas mais alguns versos para o que talvez não possa ser explicado. Percebo agora que jamais conseguiria explicar, argumentar e exemplificar plenamente o que se passou conosco, autores e atores nesta partilha, neste ambiente de descoberta e reconhecimento. O vivido pode, talvez, ser relatado, analisado, interpretado, mas não pode ser sentido pelo outro que não esteve conosco nesta caminhada.

Neste sentido, a simplificação do vivido na sua apresentação acadêmica só faz sentido para trazer ao leitor, interessado em conhecer as possibilidades da metodologia, a sua validade científica e seu caráter participativo. Ao analisarmos nossos objetivos, concluímos tê-los alcançado, de forma satisfatória, pois através da necessidade de compreender a metodologia, pela temática da qualidade de vida e da história ambiental, experimentamos o investimento na participação efetiva dos atores sociais na busca pela mudança, que pudesse ser prática e dialógica, por um ambiente melhor.

Entendemos que este foi o objetivo de nossos trabalhos, como é objetivo da metodologia e da própria ação educativa ambiental. Através deste estudo, todos nós nos tornamos mais aptos a compreender nosso ambiente, entendendo que a melhor maneira de conhecê-lo é participando, identificando seu dinamismo para, então, estudar e promover formas de agir sobre ele através da participação democrática e da luta social. As transformações que quisemos e que talvez tenhamos conseguido podem não ser diretamente observáveis, porque provavelmente o que pretendemos em educação ambiental foi tanto



mais construir, individualmente e coletivamente, uma nova forma de agir sobre o ambiente e sobre a comunidade. Porém este entendimento é, mais uma vez, fruto da reflexão posterior, impregnada do vivenciar.

Por isso é preciso dizer que, na verdade, muito do conhecimento do método parte da própria prática de vivenciá-lo. E possivelmente seja esta a maior contribuição que possamos deixar aos pesquisadores interessados por metodologias participativas. Viver a prática é o exercício mais aprofundado, conscientizador e elucidativo ao entendimento pedagógico e participativo. Construir seu próprio papel e ajudar o outro a construir o caminho de uma participação radical, que seja um aprendizado, mas que se torne experiência formadora para toda vida, é o grande empreendimento. E construí-lo é criar na prática com o outro, e em cada situação, a experiência e a vivência necessárias ao alcance da liberdade democrática.



Referências

- ALMEIDA, I.P. *Contando sobre a vida à beira do Rio Tietê: conteúdos históricos de Educação Ambiental*. Botucatu, 1999. (Monografia apresentada ao Instituto de Biociências, UNESP, Campus de Botucatu, para obtenção do título de licenciado em Ciências Biológicas).
- ALMEIDA, I.P. *Recolorir o presente pela aquarela da memória ambiental: pesquisa-ação-participativa em um bairro de Bauru*. Bauru, 2005 (Dissertação apresentada ao programa de pós graduação em Ensino de Ciências, Campus de Bauru, para obtenção do título de mestre).
- ALVES, A.J. *O planejamento de pesquisas qualitativas em educação*. Caderno de Pesquisa, São Paulo (77): 53-61, maio 1991.
- ÁNGEL, J.L. *La investigación-acción: un reto para el profesorado*. Barcelona (Es) : INDE Publicaciones, 2000. 2ª ed.
- BENJAMIM, W. Apresentação. In: GRAZIA, G (org) *Direito à Cidade e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Reforma Urbana, 1993.
- BRANDÃO, C.R. *A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRANDÃO, C.R. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, C.R. (ORG.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- CARVALHO, I.C.M. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental*. 2ª.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- COELHO, F.D. Desenvolvimento sustentado e reforma urbana. In: GRAZIA, G (org) *Direito à Cidade e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Reforma Urbana, 1993.
- DEL-CUETO, A. M.; FERNANDES, A M. In: BAREMBLIT, G. (org). *Lo grupal 2*. Bueños Aires: Ed. Búsqueda, 1985.
- DEMO, P. *Educar pela pesquisa*. 4ªed. Campinas: Autores Associados, 1999.
- DEMO, P. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.



DEMO, P. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 3^o ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

DEMO, P. Política social e participação. In: DEMO, P. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez, 2001.

DUPUY, J. P. *Introdução à crítica da ecologia ambiental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

ENGUITA, M. F. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FOUCAULT, M. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. Coleção Ditos e Escritos, vol. II.

GAJARDO, M. Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, C.R. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

GEORGEN, P.L. *Pesquisa em educação: sua função crítica*. Faculdade de Educação, Unicamp (mimeo), s/d.

GÓMEZ, G.R; FLORES, J.G.; JIMÉNEZ, E.G. *Metodología de la investigación cualitativa*. Málaga (Es): Ediciones Aljibe, 1996.

GRÜN, M. *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. Campinas: Papirus, 1996. 120p.

JANKE, N. *Indicadores sociais de qualidade de vida: um estudo em educação ambiental*. Botucatu, 2001, 82p. (Monografia apresentada ao Instituto de Biociências, UNESP, Campus de Botucatu, para obtenção do título de licenciado em Ciências Biológicas).

KUHN, T.S. *A estrutura das revoluções científicas*. 8^o.ed. São Paulo: Perspectiva, 2003).



- LANE, S.T.M. O processo Grupal. In: LANE, S.T.M. & CODO, W. (orgs). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LEFEBVRE, M. H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes Ltda, 1991.
- LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- LOUREIRO, C. F. B. *Trajetória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.
- MANACORDA, T. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1989.
- MEYER, M.A.A. *Educação ambiental: uma proposta pedagógica*. Em Aberto, Brasília, v.10, n.49, p.41-46. Jan/mar 1991.
- MINAYO, M.C.S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 9ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998. 80p.
- MORIN, A. *Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada*. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- NETO, O.C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C.S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 9ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998. p.51-80.
- PICHON-RIVIÈRE, E. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- PORTO-GONÇALVES, C.W. O conceito de natureza não é natural. In: __. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1990.
- SANTOS, B.S. *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SANTOS, B.S. *Introdução à uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SANTOS, B.S. *Um discurso sobre as ciências*. 7ª.ed. Porto:Edições Afrontamento, 1995.
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 6ª ed. São Paulo: autores associados. 1997



SMITH, J.K. *Pesquisa quantitativa X qualitativa: uma tentativa de esclarecer o problema*. Departamento de Educação, PUC-RJ (mimeo), 1983.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 10 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2000.

TOZONI-REIS, M.F.C. *Educação ambiental: natureza, razão e história*. Campinas: Autores Associados, 2004.

WANDERLEY, L.E.W. *O que é universidade*. 4ªed.São Paulo: Brasiliense, 1983. Coleção primeiros passos.

VASCONCELLOS, H.S.R. A pesquisa-ação em projetos de educação ambiental. In: PEDRINI, A.G.(org.) *Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. 3ª ed.



0810001324

